



Imprensa Oficial

Eletrônica da Estância de Atibaia - IOE

Quarta-feira, 27 de março de 2024 - n.º 2649 - Ano XXVIII

Lei Complementar n.º 760, de 29 de setembro de 2017 | www.atibaia.sp.gov.br

esta edição tem 71 páginas

Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura da Estância de Atibaia, CONVOCA os interessados e o público em geral para a Audiência Pública a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, segunda-feira, às 18h00, no **Auditório do Cine Itá Atibaia** – Rua Visconde do Rio Branco, 51 - Centro, neste município, a pedido da Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, para exposição e discussão do **Projeto de aprovação bem como do novo Estudo de Impacto de Vizinhança, de um Prédio de Apartamentos que está sendo edificado, na Av. São Paulo esquina com a Rua Yolando Malozzi – Jardim do Alvinópolis, conforme processo administrativo da prefeitura nº 9.222/2021.** Essa audiência pública será promovida pela Ouvidoria Geral do Município, que por este edital de convocação e no uso das atribuições previstas no Decreto nº 5.525 de 11 de abril de 2008, indica e nomeia ad hoc 03 (três) membros representantes do Poder Público Municipal para compor a mesa diretiva dos trabalhos: **Presidente** – Daniel Carreiro de Teves – Secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano; **Secretário** – Engenheiro Clayton Gomes; **Assistente** – PROCURADOR MUNICIPAL. A Audiência Pública tem por objetivo dar oportunidade aos empreendedores de apresentar seu projeto, demonstrar o Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EPIVIZ, recolher subsídios para o processo de tomada de decisões do Poder Executivo, objetivando proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões; identificar de forma mais ampla, os aspectos relevantes à matéria e dar publicidade a um assunto de interesse público. A participação na audiência é aberta a todo e qualquer cidadão, bem como a associações, conselhos e todas as classes representativas da população. Os critérios usados nesta audiência pública obedecerão ao artigo 7º do Decreto 5.525/2008 e seus respectivos parágrafos, assim como suas alterações estabelecidas pelo Decreto 8.258/2017. Para obtenção da documentação do presente projeto, deverá ser registrado um pedido através do endereço <https://atibaia.ldoc.com.br/atendimento>, no item **e-SIC**. Para maiores informações sobre a **realização** da Audiência os interessados poderão entrar em contato pelos meios de comunicação ou se dirigir à Ouvidoria Geral do Município, na Rua Castro Fafe, 295 – Centro – Prédio FACILITA, de 2ª a 6ª das 10h00 às 16h00 horas.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, FÓRUM DA CIDADANIA, aos 25 de março de 2024.

Emil Ono
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Marcos Henrique de Melo
OUVIDOR GERAL DO MUNICÍPIO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 11.12.2023

No dia 11 de dezembro de 2023, às 18:00 horas, os participantes abaixo-assinados reuniram-se presencialmente, para tratar e deliberar acerca dos assuntos aqui expostos, no seguinte local:

A reunião foi convocada pela Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano sendo a convocatória enviada com a devida antecedência.

Na reunião, os componentes e participantes discutiram sobre os seguintes assuntos:

Assunto: Transporte Público do Município.
Discussão: Recolher subsídios para a tomada de decisões do executivo.

Na abertura dos trabalhos, com a palavra o Ouvidor Marcos Mello:

Boa noite a todos. Agora são dezoito horas em ponto. Estamos aqui no auditório do Cine Atibaia, no dia onze de dezembro de dois mil e vinte e três, na qualidade de Ouvidor Geral do município e daremos início a audiência pública a pedido da Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, para discussão referente ao transporte público municipal. A audiência pública tem o objetivo de recolher subsídios para o processo de tomada de decisões do Poder Executivo, no sentido de proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus feitos, sugestões e opiniões e identificar de forma mais ampla os aspectos relevantes da matéria.

E dar publicidade é um assunto de interesse público. Informamos ainda que essa audiência pública segue os parâmetros fixados pela Lei Municipal três mil cento e noventa e dois mil e um, alterada pela Lei três mil quinhentos e sessenta e sete, de dois mil e seis, bem como suas alterações, dada pelo Decreto oito mil duzentos e cinquenta e oito, de vinte e sete de junho de dois mil e dezassete e terá duração máxima de três horas.

Solicitamos aos presentes que pretendem se manifestar como orador, que se procurem a servidora Rita ou a servidora Gleice, que está na plateia para registrar na lista. Informamos que as manifestações feitas fora do microfone não constarão em ata, pois a ata é gravada e transcrita. Compondo a mesa aqui, o presidente desta sessão, o secretário adjunto, é secretário interino, nesse momento, o Sr. Rafael Montezuma, Secretário Interino de Mobilidade e Planejamento Urbano, secretariando essa audiência, o Sr. Rodney Andrade Cruz, diretor de transporte, compondo a mesa também como assistente, o senhor Cléber Alves dos Santos, que é fiscal de transporte, ao lado do senhor Cléber, o senhor Carlos Malta, representando a empresa Sul Atibaia. Do meu lado direito, a procuradora Ana Cláudia Aur Roque, representando a Procuradoria do Município.

Passo a palavra nesse momento ao presidente Rafael Montezuma, para que inicia os trabalhos de hoje.

Com a palavra o presidente da audiência e adjunto da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, Sr. Rafael Montezuma:

Boa noite a todos. Primeiramente cumprimentar todos os presentes na mesa, aqui na pessoa do nosso Ouvidor Geral do Município, Marcos Melo. Gostaria apenas de ressaltar a importância dessa audiência pública como um mecanismo de diálogo entre o poder público e a população. Onde é que os presentes podem apresentar suas sugestões, críticas e questionamentos acerca do tema objeto dessa audiência pública, que, no caso, é da melhoria do nosso transporte público aqui do nosso município.

Passo a palavra agora para o Rodney, que é o nosso diretor de transportes, para que ele possa fazer uso da palavra, obrigado.

Com a palavra o secretário da audiência e diretor de transporte da

Assinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.ldoc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE



Atos do Poder Executivo

Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, Sr. Rodney Cruz:

Boa noite a todos. Agradeço a presença de todos, principalmente aqui do Conselho de usuários de transporte. Estou vendo alguns. Alguns dos membros aqui são pessoas que estão aí no dia a dia nos ajudando nessa batalha. E vamos lá, pode passar por favor (slide). Nós vamos discutir sobre o sistema de transporte público municipal, que teve início no processo número dezasseis mil zero dezoito de dois mil e dezasseis, Concorrência pública zero zero quatro dois mil e dezasseis e findou no termo de Contrato de concessão zero zero oito de dois mil e dezoito, com a empresa, como vencedora do certame Santa Cecília Turismo Santos Setor e tem como nome fantasia SOUL Atibaia, pode passar (slide).

Vamos conversar um pouco sobre o contrato de concessão do sistema de transporte público. Nós temos uma metodologia nesse contrato, que é com base na metodologia GEIPOT, esse é o sistema de cálculo do sistema de transporte, do contrato de concessão. Essa metodologia ela vem da CNT, que é a Confederação Nacional dos Transportes, e ela prevê que sempre se tenha o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Quando a gente fala de equilíbrio econômico financeiro, a gente tem uma tarifa técnica, que essa planilha GEIPOT, pode nos dar. E temos também uma tarifa real. A tarifa real é aquela tarifa que nós vemos no ônibus, na catraca, no dia a dia. Tá, hoje o nosso contrato dentro do sistema de transporte público, ele tem um desequilíbrio, ou seja, ele tem uma diferença entre a tarifa técnica e a tarifa real. E..., acontecendo isso, quando ocorre isso dentro do sistema de transporte público, só há duas formas de você equilibrar esse sistema ou você aumenta a tarifa real para o usuário que ali direto na catraca, ou o governo por si, ele decide subsidiar essa diferença, ele decide subsidiar essa diferença para que não haja o aumento para a população, o que onera ainda mais a população principalmente, geralmente vai bater em quem mais precisa. Tá? E a gente vai também discutir um pouco a frente a demanda de passageiros do transporte público. Nesse início eu vou passar de forma bem rápida. Depois o Cléber, aquele nosso chefe de operações de transporte, vai voltar nesse assunto um pouco e também vai tratar desse tema. E também vamos tratar das linhas do sistema de transporte público municipal.

Pode passar (slide) por favor. Vamos falar um pouco da legislação. A legislação que rege o sistema de transporte público municipal é a trezentos e seis de mil novecentos e noventa e nove, além do contrato de concessão, nós temos o regulamento do Sistema de Transporte Público municipal, através da Lei dez mil trezentos e noventa e cinco, de dois mil e vinte e três, perdão, não é lei, é um decreto, que foi atualizado recentemente, porque o último que nós tínhamos era de dois mil e oito e a gente tinha algumas dificuldades, principalmente o Cléber aqui, que é o chefe da fiscalização de transporte, de fiscalização e operação. E então a gente atualizou esse, esse decreto e, nós tivemos vários problemas aí, principalmente na queda da demanda de passageiros, na pandemia, de lá para cá, nós lançamos um pacote de leis que foi para a Câmara aprovado na Câmara até aproveitar esse momento para saudar a presença, estou vendo aqui, se eu não enxerguei ninguém, tem dois vereadores aqui, o Júlio Cuba e a Ana Paula, boa noite! E a partir desse momento aprovamos algumas leis. Uma delas foi a quatro sete nove oito, que autoriza a Prefeitura a conceder o subsídio tarifário, pela situação que eu já apresentei anteriormente, foi a forma que o Governo achou de não onerar, ainda mais a população nesse determinado momento. Temos também a quatro sete nove quatro de dois mil e vinte e um, que institui o Conselho de Usuários de Transporte, que tem vários membros aqui. Agradecer de novo. Vi que chegou mais dois e eu trouxe também aqui a Lei oitocentos e sete de nove sete dois mil e dezanove, para a gente também fazer uma discussão sobre a gratuidade do cartão que é o cartão de PCD, por que, a gente tem alguns tipos de cartão, eu vou explicar mais a frente e aí eu vou voltar a falar dessa lei também. Pode passar (slide), por favor. Isso aqui é uma breve comparação que eu falei que ia fazer

da demanda nesse momento e, que foi um problema que a gente teve no período pré pandemia. Eu não vou ficar me apegando muito nesse tema porque nós já passamos, mas, para que a gente entenda o momento do sistema de transporte hoje, é essencial que a gente tenha esse entendimento do que aconteceu em maio de dois mil e vinte, que nós tivemos uma queda da demanda de passageiros e perto de oitenta e dois por cento, oitenta e um vírgula quatro para ser mais específico. E a gente teve essa queda e teve também. E a quilometragem percorrida teve uma queda também, mas não acompanhou isso. Em junho de dois mil e vinte um, para vocês terem ideia, essa demanda ainda não tinha voltado ao seu patamar final. E hoje, hoje ainda, a gente ainda tem setenta por cento da demanda do que a gente tinha no período pré pandemia. Então, hoje a gente ainda não tem a mesma demanda de passageiros que a gente tinha no período anterior à pandemia e não vai, e a gente já teve um, tem um ano que vem se mantendo isso e a gente não tem a previsão e não vai acontecer de retornar.

Então a gente tem a ciência que o que o cenário hoje é, o que o cenário de hoje é, esse é que vai ter um aumento, mas não vamos retornar ao que era anteriormente. Pode passar (slide), por favor. A gente agora vai falar um pouco da integração do sistema de transporte público municipal, porque a gente tem bastante gente com bastante dúvidas para a gente por meio da Ouvidoria, até por meio de todos os canais da prefeitura, nas reuniões dos conselhos em todos os níveis, também da Câmara Municipal, vários questionamentos que a população faz sobre a integração dentro do sistema de transporte público municipal pode passar, por favor (slide). E isso, aqui nós trazemos as formas possíveis de se realizar a integração. E quando a gente entra no veículo do transporte público, utiliza o cartão Sou Atibaia e vai e pode andar e até três destinos diferentes e aí você pode utilizar. Essa é a forma correta de fazer a integração. Tem algumas questões aqui que parecem até que são fáceis, mas muitas pessoas confundem essas situações.

Por exemplo, o cartão precisa ter saldo, claro, e quando trocar? E essa questão de trocar de linhas se sentindo complementar ao da viagem, porque muitas pessoas, vou dar um exemplo, pegam um ônibus na linha cinco, o Jardim Imperial vem até o centro e quer retornar no tempo, fazendo a integração. Aí fala mais e até três passagens. Mas o meu cartão não integrou.

Mas não vai integrar, a gente para fazer viagens complementares e para você chegar a um destino na cidade por meio de uma viagem complementar, dentro do tempo de noventa minutos. Tá, não é para que ocorra no sentido de retorno ou pode passar (slide). Agora vamos trazer algumas formas onde não é possível realizar a integração. A primeira é quando o usuário não tem o cartão da empresa e utiliza e faz o embarque no veículo pagando em dinheiro.

Dessa forma, a gente não consegue fazer integração, não tem como fazer a integração. É importante salientar aqui o que o cartão ele é gratuito. A primeira via somente se a pessoa perder e extraviar qualquer ou quebrar o cartão que uma segunda via tem um custo. Mas na primeira via sempre gratuitamente, a gente tem um tempo de noventa minutos.

Então, quando exceder esse tempo de noventa minutos, a pessoa não consegue fazer esse essa integração, a não ser que talvez algumas vezes acontece alguns eventos externos e aí tem fiscais que ele estará lá no momento da linha. Ele tenta intervir de alguma forma, quando deseja retornar ao ponto de partida foi aquela parte que eu acabei de explicar para vocês.

Muitas pessoas querem fazer a viagem e retornar com o mesmo veículo, pagando uma passagem só, e não vai conseguir, porque é para fazer viagens adicionais e utilizar de uma forma que você consiga chegar nos destinos da cidade sem que pague mais de uma passagem aqui ou quando a linha não for complementar ao sistema de integração. É isso aí, é essa parte.

A gente está até atualizando o sistema e tem algumas discussões sobre isso. Tem até o Carlos vai poder exemplificar para a gente que tem alguns pontos, que a gente tem problemas com isso, porque o sistema entende que ele é uma linha de retorno. E isso a gente vem trabalhando

Atos do Poder Executivo

ao longo do tempo para que não ocorra mais. Pode passar, por favor. De cartão, está o cartão vale-transporte convencional que qualquer usuário do sistema pode fazer. É só ir no guichê da empresa com os documentos pessoais, comprovante de endereço que é feito na hora. Ele já carrega e é o mais convencional. Tem o cartão que ele é um vale-transporte também, mas ele só é de empresas, colaboradores, que ele só pode ser carregado pela empresa.

Então às vezes tem uma dúvida porque a pessoa tem esse cartão e ele quer fazer a recarga? E não, não pode fazer a recarga nesse cartão, ele precisa ter um outro cartão de vale-transporte, o cartão escolar, que geralmente é utilizado aí pelas Fundamentais dois e ensino médio que ele tem a gratuidade. Em outros casos ele tem cinquenta por cento de gratuidade e vamos lá no cartão PCD que aí ele vai.

Ele é o mais complicado porque ele através da Lei Complementar oitocentos e sete de dois mil e dezanove é necessário que seja reunido um formulário médico e anexado no ldoc., hoje no assunto concessão de gratuidade, transporte público. E nesse protocolo há uma análise junto com os documentos pessoais, análise de documentos pessoais, relatório médico, ele é feito uma análise por uma comissão da Secretaria de Saúde que vai deferir ou indeferir esse protocolo, de acordo com o CID, que também consta no anexo dois dessa lei. Então é o que chega, muitas vezes a gente vê as pessoas irem no guichê da empresa e muitas vezes brigam lá e dizem que a empresa ou a própria, ou a própria Secretaria de Mobilidade, que somos eu, eu e o Cléber representamos aqui hoje e eles acham que nós que estamos deferindo um deferindo mais não é um corpo da Secretaria de Saúde que tem pessoas que tem mérito para julgar se é pertinente ou não, de acordo com a lei e o cartão de idoso, que é aquele que todos os idosos têm direito e só também se dirigir ao guichê da empresa com documentos pessoais e o comprovante de endereço, desde que tenha sessenta e cinco anos, pode passar por favor (slide).

Nós vamos falar agora dos terminais que nós já temos como existentes os terminais de integração do sistema de transporte público. Vamos falar um pouco também e os terminais que estão em construção e que estão no radar da secretaria, que estão em vez de serem construídos.

Temos o terminal da região Imperial, é um terminal antigo, fica ali na Avenida Imperial, é constante, ele suporta e ele não está na integração, nem uma linha integra lá hoje. Mas ele é da linha cinco, que é a linha mais populosa do sistema dentre as vinte e cinco linhas do vinte e cinco linhas do sistema de transporte público, pode passar (slide).

Temos o terminal do bairro do Portão da linha cinquenta e cinco, que ele vai integrar com as linhas sessenta e cinco e cento e seis e ele engloba ali toda a região do portão para um lado e a região ali do clube da Montanha, toda aquela região e do outro o bairro da Lagoa, Palmares. Aquela região ali, já é um terminal também bem conhecido, tem terminal da região do tanque, hoje ele também, ele não integra, mas ele tem a linha cinquenta e nove que junto com a antiga linha Cento e onze, atende a região da chácara de Fernão Dias. Tem essa gente toda ali, a região do agro Flora, Chico Saito, toda essa região é contemplada por essa linha e para ela nós utilizamos esse terminal. Tem os terminais centrais onde quase todas as linhas integram o terminal da região do centro, a rodoviária e ali nessa linha você pode integrar com vários pontos da cidade, temos esse terminal, eu até tenho que fazer um agradecimento por ele existir hoje e depois a gente vai falar sobre ele mais a frente. Mas nós utilizamos hoje uma junção, uma adaptação que foi feita no Centro Comunitário do Maracanã, queria agradecer o Marcelo, que foi, que nos ajudou muito nisso aí, E hoje a gente tem entre a linha zero sete e a tinha um sentido dois, que 102, região do Rio acima, e 101 região Vitória Régia. Agora vamos falar dos terminais, estão em fase de construção ou em fase de licitação.

Temos o terminal ali na Praça Antônio Scavone, no Caetetuba que já está em fase de construção. Ali nós vamos entregar, integrar as linhas treze, cinquenta e um, cinquenta e quatro e cinquenta e sete, treze vai daquela região que vai desde o São Filipe até passando pela Usina, vai até a Ponte Alta e Laranjal e 63, e ali a linha da Granja

Yamane. Essa 63 ainda está em análise, as outras quatro já está certo, até para trazer uma transparência, esse terminal foi licitado através do processo eletrônico dois meia quatro oito meia dois mil e vinte e três, ele está tramitando nesse protocolo, tomada de preço zero zero dois dois mil e vinte e três, TA (termo de contrato administrativo), também em zero zero dois dois mil e vinte e três Previsão de entrega agora para janeiro de dois mil e vinte e quatro Operação fevereiro de dois mil e vinte e quatro.

Vamos voltar a falar da região do Maracanã. Esse aqui está na fase de elaboração do termo de referência. O projeto já está pronto nesse projeto, inclusive, que eu apresentei para um dos gestores do Centro Comunitário do Maracanã também, e para os membros do Conselho de Usuários esse transporte para aquela região e esse terminal, ele deixa de ser uma junção com um centro comunitário e passa a ser um terminal separado do centro comunitário, conforme é o do Caetetuba que está sendo produzido, está sendo construído, perdão, nesse dado momento, e no terminal da Ressaca, que já é um terminal existente hoje lá e geralmente é o ponto final de todas as linhas. Nós também estamos em fase de licitação de um novo, de um novo terminal. Pode passar (slide), por favor, para esse terminal. Nós estamos aguardando um crédito de uma emenda parlamentar que já foi enviada.

Toda a documentação está tramitando através do memorando cinco nove zero dezoito dois, de vinte e três. Todos os documentos pertinentes que nos foram solicitados até o dado momento já foram entregues, inclusive tivemos o convênio firmado no último Imprensa Oficial Imprensa Oficial dois mil zero oito através da Portaria GP quatro nove três oito. Previsão de entrega desse, quando findar o certame.

Todo esse processo licitatório oito meses e operação um mês após a entrega pode passar por. Vamos trazer essa parte. A gente vai falar bem brevemente, mas fala sobre a abrangência por região do sistema de transporte público municipal.

Pode deixar (slide), o sistema de transporte público municipal. Ele funciona da seguinte forma, na região urbana, aqui eu já vou falar pra vocês da região central da cidade e o que significa estão as linhas de acordo com o mapa do município sobreposto. E aí a gente mostra que as linhas tem na região e na região central quinhentos metros ela tem que ter para atendimento de todas as regiões, todas as microrregiões da cidade.

Está dentro da região central. Quando passa para o rural. Essa abrangência tem que ser de dois quilômetros, Tá, É importante fazer constar que é principalmente na região rural. É que dois quilômetros da entrada das propriedades, porque tem várias propriedades rurais. Aqui tem três, quatro, cinco quilômetros dentre as pessoas existir ali da casa, da sede. E a gente já teve alguns problemas com isso.

Esse eu vou passar bem rápido, eu vou trazer as outras regiões, pode passar, por favor. Região sul da cidade, região lá do portão tem a região noroeste e região norte e nordeste da cidade. Não sei se dá para ver bem aí, mas esse material também a gente pode disponibilizar para todo mundo. Aí sem problema nenhum, pode passar (slide) essa parte também fala da demanda, tá?

Ela fala da oferta de passageiros da época, do período que foi uma, foi uma comparação, foi uma constatação que uma consultoria do primeiro estudo do sistema de transporte público municipal que foi contratado nesse município nos deu em dois mil e vinte um e começo de dois mil e vinte e dois, eles nos deu essas seguintes informações, que tinha uma oferta de lugares ela precisa ser pelo menos maior que dois, então era satisfatório.

A taxa média de ocupação com passageiros era vinte e nove por viagem a média. E o certo é que gira em torno de sessenta setenta. Então nós temos muitas linhas em dados horários que tem uma baixa adesão. E aí eu trago um assunto que a gente sempre fala sobre a

Atos do Poder Executivo

situação. Quando as pessoas solicitam novos horários, há duas coisas que nós temos que pensar é o equilíbrio do sistema de transporte público, Porque toda vez que a gente adiciona ou estende um horário em qualquer linha que seja, a gente tem que pensar que a gente vai onerar a hipótese.

Então a gente tem que ter uma responsabilidade quanto a isso, para que a gente não aumente cada mais, cada vez mais. E essa conta da hipótese, normalmente cada vez mais o subsídio. E é por isso que a gente tem muito cuidado para fazer isso. É importante fazer constar que no ano de dois mil e dezanove, então, lá atrás, antes da pandemia, quando nós transportávamos trinta e quatro mil passageiros, os Ainda o estudo da consultoria já nos apontava que a tarifa técnica do município era cinco e vinte e nove e nós?

E a tarifa vigente, a mesma até hoje, quatro e sessenta. Então, desde dois mil e dezanove nós já tínhamos um desequilíbrio na tarifa e lá na época nós não tinha um subsídio, não tínhamos nada, mas já era desequilibrado o sistema. Esses aqui são dados só para passar, mas para mostrar o que nós enfrentamos dentro do sistema de transporte público do município, pode passar.

Só que é uma tarifa por linha, que foi o que o estudo também nos deu, para vocês verem que nós temos aí apenas cinco, sete linhas na cidade, que elas nos dão uma hipótese menor de quatro, sessenta as todas as outras. Para você exemplificar aí na cor verde limão, sei se identificar mais. O amarelo é o vermelho e o mais agravante o laranja, como se tivesse uma tarifa técnica por linha E os valores que você tem, vocês veem que tem linhas que chegam a ser cinquenta reais e é absurdo isso.

A gente está falando de tarifa técnica, tá, gente? Então isso se a gente separasse as linhas. Então, como nós temos sete linhas que ela tem uma demanda maior de passageiros e ela consegue suprir as outras. Mas lembrando que a gente está falando do sistema de transporte nesse dado momento, a gente está falando apenas da parte financeira, não está falando da parte social, porque na parte social a gente entende sim, que a onde tiver o passageiro nós vamos precisar buscar dentro da legislação.

Só que a gente tem que ter uma responsabilidade para fazer isso, para não onerar cada vez mais o sistema. Lembrando que esse sistema que nós temos tá aí há quarenta anos, não tinha nunca, foi primeiro estudo do sistema de transporte que foi feito foi esse então a primeira leitura técnica que foi feita dentro do sistema foi essa. Então a gente tem muito a avançar dentro disso ainda, pode passar essa parte, pode passar também, que é a parte que eu estava explicando agora.

Agora a gente está passando, vou passar rapidamente isso aqui, até pra gente não ficar só nessa discussão. Mas é a mesma linha sete Para a primeira, passou a primeira linha zero cinco imperial e a abrangência agora a sete Maracanã, linha oito, que a região do Maristela, Linha onze, Jardim dos Pinheiros, linha treze, Jardim São Filipe. Isso aqui é a abrangência da linha que ela tem que ter quinhentos metros na linha urbana até dois quilômetros de abrangência.

Ela tem que atender também o mapa do município, dentro do então uma sobreposição são para mostrar que as linhas atendem o mapa do município. É importante fazer constar tem aqui, lá no canto embaixo tem uma parte roxinha ali. Isso aí, algumas coisas que o estudo nos ajudou a corrigir, porque a gente tinha alguns problemas de sobreposição da volta para mim na linha quinze, por favor, só para eu terminar de explicar aqui, a linha treze não tem a quinze, por favor. E tem algumas linhas que elas saíram do município, elas saíram dos domínios do município. Então isso é uma coisa que é importante a gente ter esse dado, porque assim muitas pessoas querem que a gente estenda a linha e a gente tem que ter uma responsabilidade que

principalmente o Tribunal de Contas nos cobra, que é o recurso do município.

E o município pode passar linha vinte Jerônimo de Camargo, cinquenta e um, na Usina cinquenta e dois, Região do Boa Vista cinquenta e quatro Ponte Alta cinquenta e cinco cinquenta e cinco perdão, Região do Portão e cinquenta e seis Cachoeira cinquenta e sete Região do Laranjal cento e dois É a linha do rio acima é cinquenta e nove chácaras.

Fernão Dias cinquenta e três é Maracanã, é a Monique, é aquela que está sobre estudo para a gente integrar. Está no terminal do Doma do caráter Tuba, perdão, Agua Espreada, a linha cento e cinco, que integra na cinquenta e cinco, na região do bairro do Portão, é linha cento e seis Palmares, divisa e as entidades Agro Flora Village chique site, conforme foi exemplificado, tem algumas considerações sobre a demanda do sistema atual de transporte público que o Cléber fará para gente.

Se consegue, por favor colocar só aquela planilha de hipóteses para a gente mostrar aqui, Só para dar um exemplo do que, do que e como ela funciona, Acho que não parece que não ficou muito boa a que nós temos aí é só para vocês entenderem e exemplificar para mim. Por favor, volta no início a planilha, já a hipótese que ela é o nosso sistema de cálculo e ela tem vários dados.

Ela vai considerar os veículos que integram um sistema ou um modelo de veículo. Qual a quantidade operacional de veículo que tem no município? Ela vai considerar todos os custos fixos e variáveis da empresa. Isso comprovado. Nós temos uma consultoria que nos auxilia nisso e que audita esses fatos. Então todos os dados que são solicitados diretamente a empresa, ela tem acesso.

Assim como nós temos acesso operacionalmente, nós temos acesso ao sistema Mercúrio, que é o sistema de bilhetagem, a outra que é o sistema de GPS. A consultoria também tem acesso a todos esses dados para estarem fazendo esse fim. Esse custo eu não sei se ficou muito, não ficou tão aparente ali, mas isso aqui é dado público, a gente disponibiliza para vocês.

Mas resumindo, ele traz tudo ali nos variáveis combustível, pneu, toda essa taxa, peças, acessórios, tudo isso. Nem nos outros cursos ele está, ele despesa, salários é o salário-base de motorista do administrativo. Ela engloba todos.

Todos esses temas. Então a forma de cálculo do transporte público, ela é, ela é um é um pouco diferenciada se tratando de planejar a hipótese de das outras formas dos outros contratos que a gente tem dentro da própria secretaria ou dentro da própria prefeitura. Agora eu vou passar para o Cléber, ele vai falar um pouco sobre a demanda e agradeço.

Aí você pode colocar. Eu estava conversando aqui com o Marcos Melo que houve aqui até uma discrepância de informação. Nós fizemos uma reunião no Ministério Público um tempo atrás e eles, dentre uma série de sugestões, sugestões, eles nos sugeriram que nós realizássemos uma audiência pública para apresentar o sistema sem tema e que a população pudesse perguntar qualquer que fosse a situação dentro do sistema de transporte.

Não foi uma imposição, não está dentro de nenhum processo, foi uma sugestão. E nós, como não? Não vemos problema nenhum nisso, resolvemos por fazer.

Com a palavra o fiscal municipal, atualmente na função de chefe de operações de transporte da Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, Sr. Cléber:

Boa noite a todos. Agradecer a todos pela presença especial aos conselheiros já há quase dois anos com a gente no Conselho Municipal de Transporte Público, agradecer a presença dos vereadores também e ontem já passou uma visão geral a respeito da demanda. Eu vou dar

Atos do Poder Executivo

um aprofundado um pouco maior.

Meu nome é Cléber, sou fiscal municipal, atualmente designado como chefe de operações de transporte público e eu sou o responsável a está fazendo essa intermediação junto à empresa Soul Atibaia, no que se refere à questão de horários, ampliação de horários, ampliação de itinerário, criação de novas linhas.

Sou técnico responsável por essa área, então vou aprofundar um pouquinho mais na área de demanda. Vou dar até alguns exemplos práticos aqui simples, para todos poderem entender um pouquinho mais da parte técnica e das dificuldades que nós encontramos. Muitas vezes, para atender a alguns pedidos que são feitos pela própria e pela população. No período pré pandemia, a gente transportava uma média de trinta e quatro mil passageiros por dia e no período pré pandemia a gente já estava tendo uma baixa significativa de quase dez por cento de passageiros por conta do transporte por aplicativo que surgiu com força não só aqui na cidade de Atibaia, mais isso foi geral a nível Brasil.

O transporte por aplicativo já começou a tirar uma boa parte dos usuários do transporte público. A gente já sentiu uma dificuldade aí quando chegou em dois mil e vinte, após fechamento total de comércio, escola, esse número chegou a cair pra menos de três mil passageiros por dia, que foi logo no início da pandemia que estava aquela confusão. Todo mundo assustado, ninguém entendendo direito o que estava acontecendo.

Então os passageiros, a gente chegou a transportar aí dois mil passageiros num dia, mil e seiscentos passageiros em um dia, mas a média ali ficou no fim, já no finalzinho de março, ficou mais ou menos uns três mil passageiros diário. Naquela época a gente teve que reorganizar todos os atendimentos, porque nós tínhamos quase mil partidas diárias na época que eram ofertadas pela empresa.

Soul Atibaia, e com uma queda de demanda de mais de noventa por cento. É óbvio que a gente não conseguiria manter isso. Era uma época que ainda não tinha subsídio. Algumas outras leis que foram criadas para tal, auxiliando também, como hoje nem falou no equilíbrio econômico financeiro do contrato. Então nós não tínhamos isso, Então nós fomos obrigados a fazer uma redução drástica também nos horários e foi diminuído de acordo com os passageiros que nós estávamos transportando.

A gente prioriza sempre o horário de pico, horário de trabalhador, horário de ida para ir para o trabalho, o retorno, horário de almoço, que também tem muitos que trabalham intermediário entrando no período da tarde, retorno no período da noite foram os horários que nós priorizamos na época, a nossa tabela começou a ser alterada constantemente porque a nossa demanda flutuava muito, principalmente quando as escolas voltaram, porque as escolas elas voltaram também de uma forma não obrigatória.

Então tinha aluno que ia, tinha aluno que não ia. Aí a gente começou a colocar alguns horários, outros não voltaram. E também nem todo, nem todo comércio estava funcionando na época. Então, conforme foi reabrindo os comércios e as coisas foram voltando ao normal, a gente foi acrescentando a gente teve lá de três mil, foi subindo quatro ou cinco ou seis.

A gente deu um pico para os quatorze mil, ficou por um bom tempo nessa linha dos catorze mil passageiros e a gente foi ajustando. Esse foi um período de bastante dificuldade para a gente, para o pessoal da empresa, porque tinha linha que toda semana a gente estava alterando o horário das linhas porque começava a aumentar, o passageiro começava a encher o ônibus, a gente tinha que colocar mais horário, aumentava em outra linha, a gente estava acrescentando horários.

Por que eu estou explicando tudo isso pra vocês? Pegando desde o limite da pandemia que eu quero chegar até os dias de hoje. É só para a gente ter uma visão geral de como funcionava, como funcionou durante a pandemia e para ficar claro para todas aqui como é que está funcionando o quadro hoje, porque isso aqui é uma introdução que vai dar para a gente a luz de como está funcionando.

Transporte hoje na cidade, mesmo após a abertura total dos comércios, retorno obrigatório dos alunos para as escolas, ainda a gente teve mais variação constante nos números e a gente foi aumentando os horários de acordo com a demanda, de forma paulatina. Como o Rdney explicou, nós temos o equilíbrio do contrato, que a gente tem que manter o equilíbrio econômico financeiro.

Então nós precisamos ter uma demanda para a gente conseguir colocar mais ônibus, mais horários, porque não coloca mais horários na linha tal? Nós, para colocarmos mais horários na linha atual, nós dependemos de demanda. Quando nós não temos demanda de passageiros, fica difícil a gente colocar mais horários. Como a gente já falou ali da tarifa equivalente por linha, tem linha que tem um custo aí de cinquenta reais por tarifa.

Seria o passageiro para pagar ali para se pagar aquela linha precisaria porque cinquenta reais? Porque são mais necessariamente mais longas e geralmente com carregamento baixo de passageiros. É claro que a gente sempre vai manter um mínimo de horários, mesmos aos sábados, aos domingos, mas aí a gente tem que conseguir colocar um mínimo assim que seja, para atender trabalhadores e estudantes, principalmente no período noturno, último horário, que é o onze horas da noite que nós temos para todos os locais da cidade.

E o importante é nunca ficar ninguém sem atendimento. Só que a gente tem que sempre priorizar a demanda, porque senão a gente acaba causando ainda mais desequilíbrio que, como a gente já falou, existe. A gente ainda causará um problema maior durante todo o período em que nós reduzimos as partidas, principalmente após voltar ao normal. A principal cobrança que nós tivemos e ainda temos até o dia de hoje é os horários precisam voltar ao normal, tem que voltar, o horário normal tem que ser igual.

Antes igual era antes da pandemia. Mas o que seria o horário normal pra população quando acaba o horário normal? Eles entendem o que é o horário normal e a gente voltar cem por cento da tabela de que nós tínhamos antes da pandemia, ou seja, até o dia quinze de março de dois mil e vinte. Foi dali para frente que começaram as alterações pra nós, o que é normal, o normal na época, quando caiu os passageiros para três, quatro mil passageiros era o normal da época.

Então vamos trabalhar em cima de quatro mil. Quando chegou nos quatorze, o nosso normal era o que é trabalhar com catorze mil? Hoje pode passar o slide, por favor. Hoje nós estamos aí com uma média de vinte e cinco mil passageiros por dia. Essa média, como a gente também já falou, já vem já faz algum tempo, já há praticamente um ano que estamos trabalhando com essa faixa e pelos estudos que a consultoria já tinha falado para a gente durante a pandemia, que não só aqui em Atibaia, mas em todo Brasil, o transporte público ia cair numa média de trinta por cento em todas as cidades.

E foi realmente o que ocorreu, não só em Atibaia, mas em todo o estado de São Paulo. Em outros estados também ocorreu tudo nessa mesma faixa de trinta por cento de queda de demanda. Então, o que é o normal para a gente hoje, o normal para a gente hoje é trabalhar com vinte e quatro mil passageiros e ofertar horários de ônibus em cima dessa demanda, que é o que nós temos.

Nós não podemos trabalhar pensando numa demanda de trinta e três mil, sendo que hoje nós temos apenas vinte e quatro mil passageiros dia. Mas eu gostaria até de mostrar um comparativo que nós fizemos hoje na Extrema transportamos em média de vinte e cinco mil, ou seja, em média de vinte e seis por cento a menos do que no início de dois mil e vinte.

Ou seja, nós temos uma oferta atual também de novecentos e cinco partidas diárias, que são mais ou menos dez por cento a menos que no início de dois mil e vinte. Nós estamos com menos de dez por cento de horário a menos do que nós tínhamos antes da pandemia. Porém, a demanda de passageiros ela caiu em vinte e seis por cento, ou seja, ainda tem uma defasagem é de dezesseis por cento.

Atos do Poder Executivo

Então, se nós analisarmos hoje, embora para a população pareça ter menos horário, porque o normal que é o normal que a população costuma chamar quero antes da pandemia ofertar e mais horários. Hoje, se for analisar pelo nosso cenário atual, pelo nosso normal de hoje, que é o que nós encaramos em relação à demanda, nós estamos ofertando mais horários para os passageiros do que na época antes da pandemia.

A integração vem até como uma forma de compensação para ajudar esses dias, porque nós perdemos dezesseis por cento a mais de passageiros. Então, a integração, ela dá uma ajuda para a gente. A gente consegue um fôlego, a gente consegue ofertar mais horários em linhas mais distantes, como por exemplo, ocorreu na última mais recente, lá no bairro do Rio acima, onde foram ampliadas alguns horários que nós não tínhamos condições de ampliar antigamente, porque é uma linha extensa, pega muita quilometragem de terra, então são poucos passageiros nessa.

Não tínhamos condições de ampliar mais horários dessa linha. Com a integração, nós conseguimos ampliar mais horários sem aumentar o custo da operação. Então é uma forma inteligente de se fazer isso, que foi feita não só aqui em Atibaia, mas a integração, esse sistema que é conhecido como sistema tronco alimentador, que são as linhas alimentadoras que rodam só ali no bairro e elas vem até o bairro onde os usuários ali no terminal pegam a linha tronco, que é uma linha que já vai ter mais horários para vir até o centro.

Então nisso a gente consegue otimizar os nossos atendimentos. Num comparativo anterior a pandemia, nós tínhamos um total de novecentos e setenta e nove horários, com uma demanda de trinta e quatro mil passageiros por dia. Atualmente nós estamos com novecentos e cinco horários, ou seja, menos de dez por cento ainda com uma demanda de vinte e cinco passageiros dia, possuímos uma oferta de noventa e dois vírgula quarenta e quatro por cento dos horários do período pré pandemia, com uma demanda de apenas nove mil passageiros a menos, então transportando nove mil passageiros a menos.

Se a gente for fazer uma conta rápida, aí isso aí em dias úteis, no final do mês vai dar mais ou menos novecentos e uns novecentos mil reais por mês. Ou seja, são novecentos mil reais por mês a menos na arrecadação de tarifa que a empresa está recebendo. Por conta dessa redução, tanto que por isso, como você falou, foram criadas leis, decretos para fazer o equilíbrio.

Agora, um exemplo prático que eu queria passar para todas que eu falei para bem simples de entender a conta que a gente faz quando perde se mais horários, por exemplo, vamos supor que uma determinada linha tem um horário, meio dia e o outro horário, uma hora. Aí o pessoal fala olha, esse horário tá muito puxado, precisava ter um carro meio dia e meio, uma hora e um intervalo grande.

Precisava ter um carro de meia em meia hora. Aí nós vamos ter, é claro, o custo de mais um ônibus e mais o motorista vai aumentar o custo da operação. Aí a gente vai fazer o cálculo. De repente, esse horário de meio dia, ele carrega dez passageiros. O horário dá uma hora costuma carregar vinte passageiros, um total de trinta passageiros.

Quando a gente colocar o meio dia e meio, o que vai acontecer? Esse ônibus que carregava dez e o outro que carregava vinte, vai ser dividido ali, Vai carregar em média dez passageiros por ônibus. O que carregava? Vinte e já estava carregando pouco. Quando a gente colocou mais um, vai ficar praticamente sem passageiro nenhum. E tudo isso vai aumentando.

O custo da operação vai encarecer no sistema e vai dificultando mais o nosso trabalho. Então, quando nós falamos hoje que não tem como acrescentar determinados mais horários em determinadas linhas, é por conta desse cálculo que é feito. A gente faz o cálculo e a gente vê que vai ser um custo muito elevado para uma demanda mínima de passageiros, que às vezes já nem tem nos horários que já estão sendo ofertadas.

Então, essa é a grande dificuldade que nós temos hoje. Mas como a gente já falou, nós atendemos todas, atendemos todas as quatro cantos da cidade. Quando precisa. A gente estende horário, estende itinerário, fazemos o nosso melhor para poder atender a população. Só que, infelizmente, nós precisamos trabalhar com essa parte do equilíbrio. Tudo o que está ao nosso alcance, nós estamos fazendo para equilibrar cada vez mais e conseguir ofertar cada vez um transporte melhor para a população.

Pode para o próximo dimensionamento final e conclusão, pode para o próximo. Como foi falado aqui a entrega dos terminais de integração, ela dá uma grande ajuda no reequilíbrio do sistema. A última foi feita no Maracanã. Agora, como a gente já passou, vai ser feito um terminal melhor lá, vai ser feito uma estrutura boa, está sendo quase concluída, uma estrutura no cateter toba.

Já temos a previsão também ali na ressaca. E tudo isso para ajudar na otimização. Esse ano, no ano de dois mil e vinte e três, nós estamos com vinte e sete veículos que chegaram para a empresa zero-quilômetro, vinte e sete veículos dois mil e treze já modelo dois mil e catorze. Alguns recentemente chegaram vinte. No começo do ano chegaram sete.

Então são vinte e sete veículos novos que vieram para ajudar na operação. A gente recebia bastante reclamação de quebra de veículo, quebras constantes, bastante veículos que tinha dois mil equipes de vocês, bastante de dois mil e dezassete também já foram substituídos também isso como parte nosso plano de melhorias para ajudar em redução de atraso, em redução de perda de partida porque quebrou o ônibus, então já são melhorias também que a gente está conseguindo já com essa fase da implantação dos terminais e com as leis que a prefeitura, através da Secretaria de Mobilidade e do prefeito, fizeram leis e decretos para conseguir equilibrar a tarifa e equilibrar o contrato.

Temos uma nova construtora em fase de licitação que como hoje, passou de uma maneira rápida. Só para vocês terem uma noção, tem a tabela GEIPOT, que é a nossa base que controla todos os dados ali da empresa, gasta com pneu, com funcionário, gastos gerais fixo e variável e dá um valor da tarifa no final do mês.

Então essa consultoria estará sempre acompanhando a gente, porque nós não temos um setor técnico para fazer essa conta. Então essa consultoria nós já temos uma hoje provisória e a partir do ano que vem nós vamos ter uma definitiva para estar sempre acompanhando, para está informando pra gente se está tudo certinho ou se tem algum gasto a mais, vão gastar menos.

Essa consultoria apontará para a gente. E também. Atualização do estudo do sistema de transporte público no município já há alguns anos. Nós já fizemos duas vezes essa pesquisa aqui nos últimos anos, só que após a pandemia ainda não foi feita nenhuma. Agora, como nós já falamos há praticamente um ano, nossa demanda estabilizou. Nós cremos que agora vai ficar sempre nessa variável aí das vinte e quatro, vinte e cinco mil.

Não vai aumentar mais do que isso, pode até aumentar um pouquinho e diminuir um pouquinho, mas sem grande relevância. Então, essa pesquisa que vai ser contratada pela prefeitura, ela vai mostrar exatamente de onde o passageiro vem, para onde ele vai. E isso vai ajudar a gente, dentro do nosso sistema atual, a organizar e a melhorar ainda mais o sistema de transporte para todos.

O Rodney me chamou a atenção e daí eu falei treze, quatorze, vinte e três, vinte e quatro. Perdão. Veículos zero-quilômetro ano dois mil e vinte e três, modelo dois mil e vinte e quatro. Retificando a minha fala vai agradecer a todos Presidente da mesa mais uma vez a todos os presentes aqui vereadores, em especial aos conselheiros. Os conselheiros têm uma grande participação, são bastante ativo, estão sempre cobrando.

Tanto eu quanto o secretário estão sempre cobrando lá no grupo, cobra o pessoal da empresa. O nosso conselho, embora é um conselho, novos, são os pioneiros. Aí é um conselho que não tem nem dois anos

Atos do Poder Executivo

de idade. Ainda é a primeira formação, mas podem procurar os nossos conselheiros, que são pessoas competentes e que estão aí lutando por todos, por todas os usuários do transporte público e estão auxiliando a gente aí nas demandas, falando olha, tentar a demanda em tal lugar e está acontecendo isso, acontecendo aquilo.

Um agradecimento especial aos membros do Conselho de Transporte público. Obrigado. Boa noite!

Abertura para as Perguntas:

Antes de abrir para as perguntas da plateia, eu gostaria de passar a palavra ao representante do Conselho de Usuário de Transporte Público de Atibaia, o senhor Marcelo, para que seja também enquadrado em ata como expositor, porque ele vai fazer uma manifestação que vai passar de cinco minutos. Então, como é um direito que está se manifestando, está representando uma organização que é um conselho público, a gente está enquadrando ele como expositor.

Fique à vontade se quiser subir aqui no palco. Marcelo Microfone é seu.

Sr. Marcelo:

Boa noite a todos membros da mesa do público presente. Antes de falar, eu quero também dar o destaque que a gente vai fazer críticas, mas que a gente reconhece o trabalho das e da equipe da mobilidade urbana, o esforço que eles fazem com os recursos que eles têm à disposição e também da Atibaia, que tem funcionários muito dedicados, pessoas que se entregam de coração.

A Fabi está aqui representando todos eles e é a gente reconhece o trabalho dessas pessoas. Mas o sistema precisa ser melhorado e é sobre isso que nós vamos falar. Eu vou fazer a leitura porque é bastante coisa. Eu calculo que seja mais ou menos os quinze minutos que vai demorar a nossa leitura aqui. Esta exposição é fruto do trabalho e da experiência dos membros do Conselho de Usuários de Transporte Público de Atibaia.

Este conselho foi criado há cerca de dois anos e a presente formação é a sua primeira. Trata-se de um conselho com forte participação da sociedade civil, estruturado para ter representantes de todas as regiões do município que trabalham para exercer o controle social sobre este importante serviço público e interação praticamente todos os dias com os representantes da gestão municipal e da concessionária, buscando apontar os problemas, buscar soluções e servir como interlocutores entre os usuários.

A prefeitura e a sua baía no curto espaço de tempo de existência do nosso conselho. Fora o trabalho diário de fiscalização e suporte à operação do transporte coletivo, cumprimos com nossas obrigações regimentais, com reuniões regulares. Já estivemos reunido com o prefeito Daniel Ono, inclusive já ocupamos a Tribuna Livre da Câmara Municipal para denunciar e alertar para a agudização da crise do transporte público no pós-pandemia.

Dito isso, consideramos imprescindível dar início à nossa fala, colocando que não nos resta dúvida de que a gestão municipal apoia a gestão municipal, o setor de transporte público de Atibaia, cuja importância para a qualidade de vida e para a pujança da economia da cidade, é indubitável, vem sendo negligenciado e tem convivido com déficit de atenção, de planejamento, de investimentos e de recursos de custeio de que necessitaria para bem servir a seus usuários e para se tornar atrativo para uma parcela mais ampla da população, o que é muito importante para a saúde do trânsito da cidade.

Voltando um pouco, no passado tivemos a substituição da Viação Atibaia pela SOU Atibaia. Naquele momento perdemos a oportunidade, ao invés de como fizeram outras cidades. Em situações como esta, aproveitar a oportunidade da interrupção do contrato vigente para elaborar um estudo profundo e redesenhar o modelo de transporte coletivo público da cidade, construindo um chamamento moderno e mais eficaz, contemplando práticas avançadas de gestão, soluções

tecnológicas inovadoras e estabelecendo parâmetros de fiscalização da operação através de uma ampla gama de indicadores de desempenho e de acompanhamento dos custos da operação, como garantia de um serviço com uma relação vantajosa de custo e benefício, mantendo concomitantemente a atrativa idade para o operador privado.

Bastaria elaborar um contrato provisório para manter a operação, algo viável, já que foi feito em muitos municípios para que houvesse tempo para executar a estratégia que acabamos de citar. Lamentavelmente, o contrato vigente entre a prefeitura e a Só Atibaia reproduziu praticamente o mesmo modelo defasado e envelhecido que vigia, que vigia com a Viação Atibaia, sem atentar para o crescimento da cidade e para as exigências dos novos tempos.

A gente está vendo que os novos tempos são desafiadores para o transporte público, o modelo de transporte público em vigor e a própria inapetência dos gestores públicos pelo tema do transporte público. No decorrer das sucessivas gestões municipais o levou a seguidas crises. A primeira crise estourou com a breve intervenção na empresa pelo governo São Paulo, devido a reclamações dos usuários face aos péssimos serviços prestados pela concessionária.

Naquele momento, foi a atitude ineficaz do gestor público, como prova a brevidade da intervenção face à incapacidade técnica e operacional da Prefeitura para gerir a operação de transporte coletivo na cidade. A segunda crise veio com a pandemia da Copa de dezanove, quando o número de usuários despencou de mais de trinta e quatro mil por mês para cerca de treze mil, havendo a necessidade de manutenção de um número mínimo de viagens para que a economia da cidade não colapsar se de vez, o que gerou um forte desequilíbrio econômico-financeiro no contrato entre a prefeitura e a concessionária é um passivo imenso na casa de cerca de vinte milhões de reais, ainda não equacionado esse número é o número que a gente infere, mas a gente não tem acesso a essa informação de forma precisa. A terceira e última crise foi a referente ao basta por parte dos gestores da sala Atibaia, que alegava vir acumulando prejuízos mês a mês, ao passo que a Prefeitura de Atibaia não dispunha de estrutura técnica para apurar se os números eram corretos ou não.

Naquele momento, a Soul Atibaia decidiu unilateralmente diminuir a frota e o número de viagens, instalando um caos na operação, com graves prejuízos para os usuários e para a economia da cidade. Esta última crise só se resolveu com a contratação uma auditoria financeira que acabou por corroborar os números apresentados pela concessionária Sul Atibaia e a solução encontrada foi o aumento do pagamento do subsídio mensal que havia que a variável conforme o déficit operacional apurado a cada mês, num montante não inferior a um milhão a um milhão de reais por mês.

Até onde temos conhecimento, desde o início do funcionamento do Conselho de Usuários do Transporte Coletivo Público de Atibaia, vínhamos agora aguardando a prometida contratação de uma consultoria para estudar a modernização do modelo de transporte coletivo no município. Mas até o momento, até onde sabemos, isso não ocorreu. Isso é grave, pois este seria um caminho para pesquisar e adotar práticas e tecnologias inovadoras, visando construir um novo paradigma para o transporte público na cidade.

Está claro que sem a contribuição de especialistas e sem praticar o benchmark junto a municípios com sistemas mais avançados e mais eficazes, continuaremos repetindo as antigas práticas e, por conseguinte, colhendo os resultados insatisfatórios. Esta fala é curta e não será possível nos aprofundar nos problemas e possíveis soluções para o transporte público de Atibaia. No entanto, achamos importante dar destaque às questões que melhor espelho a realidade do transporte público no município, algumas delas específicas do mesmo e outras comuns a muitas cidades do país e do mundo.

Historicamente, o investimento na infraestrutura do transporte público é muito inferior ao investimento na infraestrutura do transporte individual. Para exemplificar, temos os investimentos feitos nos últimos na região da Lucas, nas entradas da cidade e na área urbana da

Atos do Poder Executivo

Jerônimo de Camargo. Todas as áreas já pavimentadas e com estrutura de drenagem pluvial, ao passo que extensas áreas das vias utilizadas pelo transporte público carecem de drenagem e pavimentação, por serem vias rurais e periféricas.

Com isso, a cada chuva mais forte, a população destas regiões se vê privada de seu direito de ir e vir, de trabalhar, de estudar e de ter acesso aos serviços sociais, entre outros. Também é importante lembrar que os veículos coletivos que transitam dia a dia nestas vias não pavimentadas são submetidos a um processo contínuo de sucateamento, com quebras constantes, alta sujeidade de seus interiores e grande desconforto para motoristas e passageiros.

Este conselho vem solicitando que sejam mapeados os pontos críticos destas vias e que ao menos os mesmos sejam drenados e pavimentados para minimizar os problemas. Nas épocas de chuva, o que não ocorreu até a presente data. Com esse mapeamento é possível fazer um planejamento plurianual e, digamos, em cinco anos de você conseguir ao menos fazer o tratamento desses pontos críticos.

Atibaia conta com dezenas de linhas que atende a todas as regiões do município e com sistema de integração de viagens através de um cartão que necessita ser recarregado. A recarga somente é possível de forma presencial, nos quatro guichês mantidos pela sua Atibaia, na rodoviária, no terminal do Maracanã, no Terminal do Tanque, no Terminal do portão. Mesmo que estes pontos estejam disponíveis e horários, mesmo esses pontos estão disponíveis em horários e dias restritos, o que dificulta muito a recarga para os usuários.

Estes vêm reivindicando há anos que seja possível fazer a recarga por meio de moderno, como Pix ou aplicativos. A Soul Atibaia oferece esse serviço e outros municípios onde atua, mas mesmo instada a implantá-la e Atibaia não o fez até o presente momento e não há previsão para que o faça. A prefeitura alega que isso não está previsto no contrato e que, portanto, não pode ser exigido que seja feito.

Este é o exemplo de que o contrato atual é anacrônico e prejudicial ao sistema de transporte público. Também com relação ao sistema de integração. Com a piora do trânsito em nossa cidade. Que é consequência do transporte individual crescente e do público até crescente. Há uma reivindicação de que o tempo em que é possível fazer a integração aumente de uma hora e trinta minutos para duas.

Isso foi prometido pela prefeitura já faz mais de um ano, mas até o momento não foi cumprido. Estamos ciente também de que aqui perto, em Guarulhos, ao contrário do sistema de Atibaia, que limita a integração a só direção, lá é possível utilizar a integração sem limitação de direção, o que um atrativo importante para o transporte público. A Prefeitura de Atibaia é a responsável pelo serviço de transporte público coletivo da cidade e através de concessão pública o faz funcionar.

Cabe à Prefeitura planejar e fiscalizar o serviço prestado através da gestão privada da concessionária. É imprescindível que a prefeitura fiscalize a operação e verifique o desempenho dos serviços prestados. No entanto, o contrato vigente prevê poucos indicadores de desempenho absolutamente insuficiente para verificar a qualidade dos serviços. E soma-se a isso um quadro exíguo de gestores e fiscais da Prefeitura.

Para que esta fiscalização pudesse ser desempenhada a contento. Em tempos de inteligência artificial, mineração de dados e 5G, entre outros recursos tecnológicos, fosse o contrato mais moderno e fosse adotado as tecnologias condizentes com o estágio tecnológico vigente. Esta fiscalização poderia ser feita com um contingente de profissionais enxuto e com resultados altamente satisfatórios. Hoje, na prática, os problemas são percebidos in loco, na pele pelos usuários e só quando o nível de satisfação cresce muito é que chega aos ouvidos dos gestores municipais.

Os conselheiros civis, por iniciativa própria, criaram o grupo de WhatsApp com os usuários das linhas de regiões periféricas. E é neste ambiente que os problemas são denunciados. Informações são trocadas

entre usuários que se ajudam mutuamente a enfrentar as limitações do aplicativo, que informa a posição dos ônibus, que muitas vezes não funciona e para que saibam de interrupções, quebras e atrasos na operação.

Uma solução simples, tecnológica e gratuita. Um bom exemplo de inovação vindo da própria população. Estamos cientes de que nos últimos. Nos últimos anos cresceu o investimento no custeio do transporte público pela Prefeitura de Atibaia, atingindo valor bastante elevado, como já citamos na casa de um milhão de reais por mês. No entanto, consideramos importante trazer a reivindicação de que, em conformidade com a lei que regulamenta os conselhos municipais, haja recursos orçamentários anuais para infraestrutura e operação do Conselho de Usuários de Transporte público.

Para se ter ideia, as reuniões virtuais são feitas com o notebook de um conselheiro, assim como também uma verba para o planejamento da operação por parte da Secretaria de Planejamento. O nome já diz Planejamento e mobilidade urbana, mas precisa ter recursos para planejar e buscar tecnologia e informação. Então precisa ter dotação orçamentária para a secretaria operar. Lamentavelmente, a operação vem sofrendo com acidentes, alguns dos quais custaram a vida de usuários do transporte público.

E nós, do Conselho, estamos cientes de que se os veículos coletivos fossem dotados de itens de segurança passiva e ativa amplamente adotados em todo o país, estas vidas provavelmente teriam sido poupadas. O controle social da operação, seja por este conselho, seja pelo cidadão comum, é grandemente prejudicado pela absoluta falta de transparência da operação. Não há, ao menos através de acesso simplificado e facilitado no site da Prefeitura, registros de indicadores como, por exemplo, número de viagens programadas executadas, número de passageiros transportados, pagantes não pagantes, percentual de atrasos, número de quebras, número de viagens feitas com dinheiro, desrespeito ao percurso determinado, entre outras informações importantes para medir a qualidade dos serviços da concessionária.

Também não está facilmente ao conhecimento do cidadão o montante do subsídio pago mês a mês pela Prefeitura. A tarifa em Atibaia está congelada já há vários anos e há várias justificativas para isso. Por exemplo, a queda da renda e do emprego dos usuários no pós pandemia, a forte queda no número de usuários do transporte público, tendência que, se não revertida, pode levar à desestruturação e inviabilização deste serviço público, ao menos no modelo atual.

Baixa qualidade dos serviços, baixa capilaridade do transporte público, maior acesso e maior incentivo econômico e cultural ao transporte individual, entre outros. O crescimento do transporte individual e o encolhimento do transporte coletivo público, juntamente com a verticalização das construções no município, já vem tendo efeitos perversos para o trânsito das regiões centrais da cidade e apontam para o futuro de caos no trânsito.

Isso está já atrapalhando muito a operação. A gente faz integração no Maracanã, mas a gente nunca sabe que horas que vai chegar. O ônibus está vindo do centro. Se algo não for feito, se o planejamento da cidade não for revisto, o caos nos espera. Em cidades onde o transporte público é priorizado e o transporte privado desincentivando as classes média e alta, fazem uso do mesmo.

O que leva à sua melhoria permanente. Num ciclo positivo autossustentado. Ao ler o Plano Diretor de Atibaia, constata-se que o mesmo teve foco imenso na questão do zoneamento das construções na cidade, tendo em vista a liberação da verticalização sem grandes preocupações com o fato da infraestrutura da cidade comportar ou não este movimento. Em São Paulo, a verticalização foi circunscrita ou mais incentivada nas proximidades do metrô.

Aqui, o que pareceu pautar este movimento foi a especulação imobiliária e a indústria da construção civil soube justificar e de incentivar a economia, mas, na verdade, incentivando o lucro deste segmento econômico que é poderoso. Por outro lado, este mesmo

Atos do Poder Executivo

Plano Diretor dedicou poucas e esqueléticas linhas ao transporte público. Ou seja, mais uma demonstração da pouca importância que se dá ao mesmo.

No entanto, foi possível pinçar algumas indicações importantes no Plano Diretor que passa ali e gente, presta atenção. Priorizar o transporte coletivo sobre o individual. Garantir o acesso da população da zona rural aos serviços de proteção social básica, com oferta de transporte. Esta população. Não é raro. A pessoa aguarda há meses para fazer uma consulta, fazer um exame no SUS e no dia chover e ela não consegue.

É expandir e consolidar o espaço prioritário nas vias e espaços públicos para o serviço de transporte público coletivo e de modo de transporte não motorizado. Aqui a gente fala de corredores exclusivos, fala de ciclovias. Estudar a aplicação de tributos sobre modos e serviços de transporte urbano individualizado pela utilização da infraestrutura urbana, visando desestimular seu uso. Estamos hoje um sistema de transporte público eficaz e acessível à população e uma mola propulsora para a economia municipal.

Tendo isso em vista, o número crescente de municípios no Brasil e no mundo tem adotado modelos diversos de gratuidade do transporte coletivo. Atibaia Na prática, já está relativamente próxima deste modelo, na medida em que a gratuidade para idosos, ao transporte escolar, ao vale transporte, a gratuidade PCD. Pessoas com deficiências e com determinadas CID Classificação Internacional de Doenças. Cremos que Atibaia precisa abrir uma discussão sobre a viabilidade e as vantagens de construir um modelo de gratuidade do transporte público para o nosso município.

Lembramos o fato de que o sistema de transporte gratuito traz em seu bojo muito mais flexibilidade na hora de negociar a remuneração da concessionária e de planejar transporte em todo o município. Nós, conselheiros regionais do Conselho Municipal de Usuários do Transporte Público, queremos crer que esta audiência pública gere subsídios que permitam à gestão municipal municiar se do feedback da população e de conhecimento, de forma que esteja mais apta e desperta para a necessidade de refundar o modelo de transporte público no município de Atibaia, tirando o da posição de patinho feio da gestão municipal para o lugar de destaque que seus usuários e a economia e a qualidade de vida da cidade merecem.

Muito obrigado.

CONSELHO

Obrigado Marcelo, pela participação e contribuição. Representando o Conselho Usuários de transporte público de Atibaia. Vou pedir para que você protocole então via DOC esse documento para que ele fique registrado e seja vai constar na ata. Vai ser transcrito tudo o que você falou aqui, mas eu gostaria que esse documento fosse encaminhado também na forma de processo administrativo. Tá bom.

Eu descrevi. Como, Secretário regional, mas disseram que não podia porque eu já estava inscrito.

Então você pode se inscrever novamente depois pra tá falando, tá bom? Então nesse momento da audiência pública, a gente passa para as pessoas que queiram fazer sugestões ou questionamento, ou fazer uma pergunta para a mesa, ou propor alguma ação. Temos aqui acho que treze pessoas inscritas até o momento. Eu vou chamar o primeiro escrito aqui porque se o primeiro escrito é o Giovane Doratioto, você pode dirigir até o púlpito, tá?

São cinco minutos para você, está se manifestando. Se puder se identificar de dizer quem que você está representando.

Com a palavra Giovani Doratioto

Boa noite, companheiros e companheiras! Meu nome é Giovani Doratioto. Sou advogado na cidade. Especialista em Filosofia e Teoria do Direito. Mestre em Governo, Estado, Governo e Políticas Públicas.

E fala aqui em nome do PSOL Atibaia. Partido que se preocupa há anos com a questão do transporte público. A gente não pode falar de transporte público sem falar do surgimento do transporte público e como ele está imbricado com a classe trabalhadora de cada local, com a industrialização ainda incipiente no país.

E quando o Estado, ele assume a função de transportar o trabalhador da sua casa, que agora já não é mais perto da empresa, distante dos centros urbanos e passa a oferecer esse trabalho com esse serviço com o intuito de diminuir o valor do custo do trabalho pra empresa privada. E novamente, o Estado comete um grande erro, que é se aliar às empresas privadas para oferecer um serviço público e uma privatização com o nome de concessão à exploração de serviço público.

Tão importante quanto o transporte público, que não deveria só garantir a ida e a vinda do trabalhador para o trabalho, mas sim o direito à cidade desse trabalhador. Porque o trabalhador, meus senhores e minha senhoras presentes, ele não só precisa trabalhar, ele tem o direito ao lazer, tem o direito à cultura, ele tem o direito a participar das audiências públicas.

Nesse momento eu só imagino um lugar pro trabalhador de Atibaia na rodoviária, esperando o ônibus para voltar pra casa. Ele não está aqui falando por ele. E resta a nós, que temos o mínimo de consciência, falar por esse trabalhador e dizer que há muitos anos, desde mil e sete, nós lutamos pela gratuidade do transporte público. E esse serviço significou que tarifa zero no transporte público é uma realidade que já foi muito questionada por vários governos.

A gente passou desde governos mais abertos ao diálogo e menos abertos aos diálogos, a ouvir sempre a mesma afirmação É inviável a gratuidade do transporte público. Mas eu nunca vi, senhores, um estudo de viabilidade de implantação da gratuidade do transporte público de Atibaia. Eu acho que está na hora da secretaria de mobilidade urbana olhar para a classe trabalhadora, criar uma comissão para verificar a viabilidade econômica e social da implantação no município de Atibaia, da tarifa zero e da gratuidade total do serviço de transporte público.

Porque é esse transporte público que vai garantir a participação das pessoas em todos os processos, inclusive os processos eleitorais, que ano a ano a gente tem que brigar para ter gratuidade durante a eleição. Tem que brigar para ter gratuidade durante eleição do Conselho Tutelar. E a gente sabe que o interesse privado da empresa às vezes se confunde com o interesse público e político de determinadas gestões. A gente sabe que há uma confusão entre os interesses da empresa privada e os interesses públicos. E isso tem que ser dirimido, porque o que se diz, o que se chama de instabilidade contratual, o que se dá o nome de diferença contratual, na desestabilização do contrato, na verdade é prejuízo da empresa. É isso que nós estamos pagando através do subsídio garantir que a empresa continue lucrando.

Subsídio hoje da prefeitura serve para garantir o lucro da empresa privada. E não é para isso que deveria ser o dinheiro investido. O dinheiro público que nós, com tanto sacrifício, investimos dia a dia, que vem principalmente dos impostos pagos pela classe trabalhadora, não é? Não é a elite da cidade econômica que mantém os serviços públicos funcionando, não é a elite da cidade mantém o orçamento superavitário.

Nós estamos com o orçamento de um bilhão, quatrocentos milhões. É impossível que com esse orçamento não se dê para pensar na gratuidade do transporte público. Nós temos já no país oitenta e oito cidades que implantaram com sucesso o modelo de gratuidade no transporte público. Nós temos Nazaré Paulista aqui do lado, ensinando pra gente como é que faz, como é que faz a gratuidade no transporte público.

A gente precisa que a gente possa repensar esse modelo e que o transporte público seja visto como pela sua visão social do contrato, porque o contrato público tem essa perspectiva. Então a gente não sabe o custo real, porque quem vai apontar o custo para a prefeitura

Atos do Poder Executivo

é a própria privada, que oferece o serviço. A prefeitura não tem a condição hoje, nesse momento, de contestar esse valor.

Hoje, a hipótese e a metodologia Gia é ultrapassada. Ela é ultrapassada para fazer os cálculos e os cálculos do transporte público e falar que a gente tem uma tarifa real e uma tarifa que a gente tem que subsidiar e subestimar a nossa inteligência. Porque, por exemplo, peça um transporte público, um transporte privado, um Uber, um táxi, aquele trajeto, ele vai custar a mesma coisa se transportar uma pessoa ou quatro pessoas, que é um número a favor. Desconhecido, Norte do Paraná.

Na Paróquia, pegar outro não pega o outro não tem problema, não é razão para a com o obrigado. Então eu gostaria de concluir dizendo que nós temos que rever a maneira como a gente calcula o transporte público na cidade de Atibaia. Nós temos que criar uma comissão para que se avalie a possibilidade de implementação no município do Tarifa Zero, porque é a única maneira de garantir a função do contrato garantir a função social do contrato.

E que a gente entenda que os interesses privados da empresa não podem se sobrepor ao interesse público da classe trabalhadora que paga verdadeiramente por esse serviço. É por isso que nós do PSOL Atibaia propomos e temos um planejamento e temos uma proposta concreta, viável, que é a criação da Comissão para que se estude a viabilidade no município de implantação do Tarifa Zero.

Tarifa zero. Não por mim, não pela empresa de ônibus, mas pelo trabalhador que paga a tarifa pelo trabalhador que precisa do acesso à cidade, pelo trabalhador e que precisa ir e vir. Ter seu direito de ir e vir garantido, como nos diz o Estatuto das Cidades, inclusive concluo tarifa zero agora, tarifa zero já.

Obrigado Geovani, pela participação. E depois você vai ficou de fazer o encaminhamento também das propostas pelo DOC.

Vou chamar agora, a senhora Lúcia Luciana Polidoro. Por favor, senhora Luciana, se dirija até o púlpito. Cinco minutos.

Com a palavra a Sr.^a Lúcia polidoro:

Boa noite a todos. Sou membro do Conselho Regional do Transporte Público da Região Boa Vista, Cachoeira e Bogotá. Venho me posicionando aqui diante de termos criado junto com o senhor Marcelo, o grupo de WhatsApp onde diariamente recebemos inúmeras mensagens dizendo sobre o atraso, sobre as quebras de ônibus e isso não tem como a população confiar. É impossível a população voltar a usar o transporte se ela não confia.

Infelizmente a gente não consegue fazer com que olha, não tem como aumentar porque não tem demanda. Quem vai confiar num transporte? Nós temos no bairro um único motorista elogiado durante toda a semana. Chama se Carlinhos. Ele deveria se referência, não atrasa, ele cumprimenta, é educado. Tudo isso a empresa tem que olhar. Ela tem que observar que nossos motoristas também não estão cuidando do usuário.

Ele não mantém a regra dos horários. Ele não mantém a regra de itinerário. Como que nós confiarmos na empresa? A prefeitura tem o seu papel? Tem feito sim, mas somente agora ela tem realmente atuado? A empresa feito a sua multa? Há quanto tempo? Nós? Não somente como conselheira regional, mas como conselheira municipal. Nós viemos pedindo isso, embasando Aí pergunto qual é o percentual da malha que nós temos do transporte público no município que faz a área rural?

Porque não é possível que a área rural esteja tão esquecida pela empresa e pela prefeitura. Também. Nós precisamos. Aí nós temos pontos e mais pontos. Temos um ponto com cinquenta alunos que precisa em demanda desse ponto, desse transporte chegar até eles. É uma luta diária. Todas as vezes que chove e esse ônibus não chega nem para o trabalhador e nem para o aluno.

Como que nós vamos tentar fazer com que usemos na minha região? Para vocês terem uma ideia? Não é de hoje. Eu só tenho três horários ônibus. Eu vou usar algum momento, não vou nem final de semana. Tem região com mais de sessenta moradores que utilizam do transporte. Ele não tem ônibus aos finais de semana. É o que a prefeitura está esperando para que aos sábados ao menos tenhamos um horário normal de semana.

O trabalhador não tem sábado, ele trabalha no mesmo horário. Eu entendo perfeitamente. Faço jus aqui ao nosso que falou da gratuidade. É algo que nós do Conselho já batemos inúmeras vezes. A gratuidade vai fazer com que a população use esse transporte e dessa forma a gente possa lutar, porque não é possível. Um tem um carro, eu vou abandonar e deixo de usar esse transporte.

Acho que. A gente precisa fazer com que a população retome e sinta confiança, credibilidade. Agora, ter um aplicativo que não funciona na área rural, porque nós não temos sinal de internet, é fora do comum. Nós não temos um fiscal para olhar esses horários, saindo o motorista hoje ele sai às dezassete, vinte, amanhã ele sai às dezessete e quarenta. Quem verifica isso? Nós temos que ligar na empresa para poder saber o horário que está saindo. Não pode isso acontecer em hipótese alguma e nem eu ficar com o aplicativo, porque na zona rural ele não funciona, ele não tem sinal. Então eu penso que aí a gente a ter uma solução para tudo isso é que eu peço aqui tem um olhar especial ao Boa Vista e Cachoeira que haja um desmembramento da linha cinquenta e dois para que os usuários da linha cinquenta e dois, que tem o trajeto da Juca Sanches, completamente asfaltado, possa ali fazer uso.

E também Luciano Peçanha, no bairro da Cachoeira, onde a linha cinquenta e seis também poderá ser atendida independente devido ao número de usuários. Obrigada.

Com a palavra Diretor de Transporte Rodney, respondendo a indagação da Sr.^a Luciana:

Boa noite, Tudo bem? Então, gostaria de agradecer as suas colocações com relação ao percentual. A gente tem hoje cerca de trinta por cento de todo o sistema e ainda transita em áreas rurais. Isso quando a gente fala de quilometragem, não estamos falando de linhas, estamos falando de quilometragens percorridas mensalmente.

Oi, eu preciso. Tipo, eu preciso pegar esses dados dos trinta por cento de todos, mas eu te passo. Com relação. A, não, mas ele colocou do sistema quanto? Porque assim? Marcelo E por que eu preciso de passar o número exato? Porque tem a quilometragem operacional, que é quando os passageiros estão dentro do ônibus e tem uma parte dessa conta que é quilometragem ociosa. É uma conta mais complicada, mais é trinta por cento de todo sistema. Ainda tramita em área rural e a gente vem avançando nesse tema ao longo dos anos.

Inclusive há uma em tramitação hoje que. É uma demanda do próprio Conselho, está em tramitação, passou por nós. Secretaria de Mobilidade está em estudo na Secretaria de Serviços de um planejamento, pelo menos para as áreas, para os pontos que são mais críticos para que o ônibus chegue. A gente avançou muito. Eu estou há alguns anos da Secretaria de Mobilidade, para quem é usuário da linha, que nem a Luciana, da linha cinquenta e dois.

Ela tem o conhecimento que um tempo atrás era muito aonde o ônibus não chegava. E a gente tem o intuito de cada vez mais poder chegar mais perto. Então a gente tem uma tramitação na Secretaria de Serviços. Hoje já é uma demanda que veio do Conselho de usuários, passou pela Secretaria de Mobilidade, nós julgamos como pertinente e está lá que seja feito um planejamento para que, num dado período de tempo, a gente consiga atender cada mais, cada vez mais regiões da cidade, né?

Tem algumas coisas que a gente também precisou fazer, inclusive na própria linha.

Do da Linha cinquenta e dois. Recentemente nós tivemos uma parte

Atos do Poder Executivo

de topografia onde nós definimos porque lá tínhamos um problema muito complicado de divisa de municípios. Então quando era para fazer manutenção, um falava que era Bragança, outro Atibaia e a gente pôde construir junto ao Conselho documento oficial, que a Ponte assinou um documento oficial que aponte isso. E vamos tramitando ao longo do tempo e com o intuito de sanar isso, vou voltar um pouco a questão aí até que a Luciana colocou o Geovani também colocou uma questão relacionada à gratuidade.

A gente vai tramitando, a gente precisa cumprir um rito para falar de gratuidade. A gente precisa ter um estudo do sistema do município, que foi um passo que nós tivemos. Nós precisamos ter uma lei que permita o governo subsidiar a tarifa para que nós bem pensássemos em falar em gratuidade. E hoje precisamos fazer a atualização e estudo do sistema de transporte que nós temos para a gente ter esses dados em mãos e, a partir daí, começar a fazer essa discussão.

Claro que é uma discussão pertinente, mas nós precisamos fazer por etapas. Eu acho que não vou negar que nós temos muito a avançar, mas não podemos colocar também que nada há sendo feito nos últimos anos. Obrigado.

Vou chamar o senhor Evandro Elias Dias. Senhor Evandro, por favor, pode se dirigir até o Púlpitos. Se o sr. Está representando, se o senhor é um usuário, pode se identificar, por favor.

Com a palavra o Sr. Evandro:

Quando eu sou pai de aluno, o Ministério Público até hoje não me respondeu. Talvez responda hoje. Boletim de Ocorrência também, talvez me responda hoje eu não tenho ou não vou ter tempo, lembra? Depois, se quiser, posso. Estou à disposição. Solicitei o arquivamento da eleição. A doutora Fabiana, do Ministério Público, também não me respondeu o seguinte Eu sou pai de aluno.

Meu filho tem um problema de saúde grave. Ele estuda no Isolina, ele pega o ônibus cinquenta e um às dezoito e trinta, por volta dezoito, trinta e cinco, constantemente. Não foi uma, não foi duas. O uso de droga dentro do ônibus teve na empresa. Eu falei com a senhora Fabiana. Tenho aqui contatos, mensagens, trocas de ideia, tenho telefones e ela pode até constar, constatar ou não sei.

Cheguei. Ela pode comprar um galão de gasolina e esperar o ônibus no meio da estrada. Lá no dia ela foi com a Guarda Municipal. Como eu sempre digo, unicamente ficaram ali, nada fizeram. Ela entrou no ônibus, eu levei meu filho no carro, ela entrou no ônibus e fez o percurso. No dia seguinte ela me fez contato que os alunos até o esfriar chifre do ônibus tiraram para quem não sabe esfriar, tipo eu, o teto, o lado ou dentro.

E então é muito fácil meter o pau na empresa, mas não tem uma estrada para ter vendido eu ligar para ela e falar Fabiano, não manda o ônibus porque não tem estrada, já teve dia de eu ajudar, socorreu eles na estrada, então é muito fácil. Eu tenho um exemplo. Vocês conhece São Carlos dá duzentos quilômetros daqui a sul, São Carlos, ar condicionado, tudo asfalto.

Agora, aqui é muito fácil criticar a Soul, não estou defendendo não, porque eu sou o primeiro aqui eu tenho duas interferências no Ministério Público, que até ontem não me deu resposta. Pode ser que hoje dê um boletim de ocorrência ou no Ministério Público, na ouvidoria da prefeitura lá de Bragança Paulista e todo lugar. Ninguém me deu ouvido. Cheguei ao ponto de falar para Fabiana eu ia pôr fogo no ônibus e ela foi por consulta e ela ver se eu estou mentindo.

Não estou escondendo minha cara. No dia seguinte, pedi a GCM um boletim de ocorrência e eles me ligaram, me forneceram. Propus para Fabiana, junto à Secretaria de Segurança Pública, pega um policial à paisana e o tal do P2, para quem não conhece, não sabe. Um policial à paisana ir do ônibus. Ela me ligou, ela falou Os quatro alunos que usam droga no ônibus não foram.

Nesse dia. Como ela não sabe o que é isso? Ela falou que os quatro

não sabia. Pedi a câmera para ela. Falei acabou, o ônibus não está funcionando, lógico. O magistrado então é fácil, arromba as estradas que ali não vão ter autoridade para cobrar isso, aí sim, não estou defendendo, sou não. Só estou cobrando o Ministério Público porque meu filho não vai na escola, tenho aqui documento médico, posso mostrar o que quiser aqui, o exame e tudo mais.

Lá ele não vai na escola, foram lá no Conselho Tutelar. Eu tenho que mandar meu filho pra escola. Mas qual é a segurança do ônibus? Por várias e diversas vezes minha mulher teve que procurar ele na estrada desmaiada do ônibus. Um dia Fabiana pôs um funcionário fiscal dentro do ônibus. Eu entrei no ônibus, o meu filho passando mal do lado do fiscal, com droga, o ônibus não fiscal droga, o ônibus não fiscal do lado do meu filho no mesmo banco, acalentando o meu filho.

Vou questionar Fabiana. Ela me respondeu Ele passou por uma cirurgia. Talvez ele não tenha sentido cheiro. Isso eu não tenho documentado. Tá bom. Então é muito fácil criticar, mas a prefeitura tem que dar o respaldo. Já teve ocasiona o motorista deixar a criança desmaiada na porta da escola, lá no Isolina, o ônibus cinquenta e um no dia seguinte só foi procurar quem era criança e tal.

Senhor Valter, dois pesos e duas medidas. É fácil criticar, mas vamos tentar resolver. Põe uma segurança no ônibus. Especificamente nessa linha tem uma outra linha também. Ela me falou Não vou dizer aqui que a pessoa quis, vou entregar droga no ponto de ônibus tá muito fácil. Mas e a segurança? Secretaria de Segurança Pública O papel aceita tudo bonitinho?

Eu vou pedir opinião sobre isso nas reuniões. O senhor quer tudo por papel, aceita tudo, os olhos, todo custo da tela. Porque? Porque a prefeitura não faz com uma estrada. Tenho várias empresas aí, os ônibus administrados, boas, condicionado rodou moça a água ir ao banheiro. Agora como que vai por um ônibus bom para a molecada arrebentar tudo? Você sabe quanto custa o ônibus?

Baixou? É muito fácil. Ah, não tem ônibus que não tem quebrar no meio da estrada. Aí eu fui na dois via para comprar a peça, porque a peça não vende aqui. Atibaia também não tem um comércio para não o político. Até vi essa peça. Se eu voltar para ali é fácil criticar, mas vamos dar respaldo também, né? Meu nome é Evandro, se quiser eu estou à disposição para uma reunião à vontade.

A hora que você fizer a Fabiana, até o meu contato, qualquer coisa. Cheguei a falar pra Fabiana me dar o contato do seu chefe em Campinas e eu vou lá conversar com ele. Ela não tem autonomia para isso. Compreendo perfeitamente. Ela falou. Não posso, é muita fibra para o motorista. O isso eu estou comparando. O senhor não é motorista, eu proponho a qualquer um.

Eu entro no meu carro, vou dar uma volta numa estrada. Aí, numa linha de ônibus, você escolhe qual a área, tem o número da linha. Aí qualquer linha eu vamos com o carro particular para o carro oficial e todo mundo entendeu. O carro é todo mundo ali. Vamos no carro particular, vocês vão ver o que os motoristas enfrentam.

É muito simples e fácil. Paulo Motorista Paulo, eu sou. Vão cobrar, vão cobrar.

Senhor Evandro, pedir pro senhor concluir. Passou cinco minutos.

Muito obrigado. Estou à disposição. Você quer colocar as pessoas que pediu?

Coma palavra novamente o Sr. Rodney, diretor de transporte:

Sr. Evandro? Boa noite, Tudo bem? E me coloco à disposição. Enquanto a Secretaria de Mobilidade Planejamento Urbano para a gente fazer as reuniões que forem necessárias com as secretarias competentes, no caso, pela fala do senhor, seriam Secretaria de Serviços e Secretaria de Segurança Pública. Inclusive, a gente tem conhecimento dos problemas de segurança no Isolina. O conselho, os conselheiros regionais da região, inclusive.

A gente tem um aqui, o Carlos. Eles já trouxeram. Isso pra gente. A gente inclusive, chegou a fazer reunião na Secretaria de Segurança

Atos do Poder Executivo

Pública, que é da prefeitura, oficiar, oficiar por meio de memorando, fazer um memorando para essa secretaria, que foi essa época que foi escutando o ônibus. Nós fizemos reunião, foi ótimo, foi. Só não vai falar na minha vez, aguardo.

Eu respeitei a fala do senhor e estou à disposição para discutir o que foi e o que não foi feito. Mas na região a gente precisou fazer uma reunião lá, fazer um documento oficial. A mesma coisa na Polícia Militar, que é um órgão do Estado. A gente precisou ir lá fazer uma reunião com o capitão da polícia, fazer um ofício.

E a gente tem esses ofícios, Inclusive, foi mandado na época para diretoria, ensino foi para diretora do Isolina, a gente mandou e eu estou à disposição. Tem algumas coisas que fogem um pouco da Secretaria de Mobilidade, mas não, não, não. Por isso que a gente vai deixar de ter esse olhar e de colocar a secretaria disposição. O senhor não pode contratar uma pessoa aí pra você, o senhor, O senhor não pode falar agora porque o senhor precisa falar no microfone no seu momento de fala, por favor.

Mas me coloco à disposição. Obrigado.

Com a palavra o ouvidor Marcos Melo:

Senhor Evandro, o senhor pode solicitar essa reunião então, diretamente na Secretaria de Mobilidade, se quiser que a ouvidoria faça intermediar essa reunião. O senhor pode também solicitar na ouvidoria que a gente agenda. Tá bom? Eu vou chamar a senhora Claudete Bastos agora, Senhora Claudete, por favor, pode se dirigir ao púlpito cinco minutos para sua pergunta Será que eu vou pedir pra levar o microfone?

Aí só tem dificuldade de mobilidade. Só minuto, por favor, pode ficar aí. Pode ser alguma pessoa que for fazer uso da palavra, tiver qualquer dificuldade de mobilidade para descer até o público. É só que a gente leva o microfone até você, tá bom? Sr. Claudete, fique à vontade, tá?

Com a palavra Sr.^a Claudete:

Boa noite! A minha situação é o seguinte os ônibus não estão nesse momento, eles não estão tão de pedradas. Eles estão bons? Tem ônibus que chegou até novo no nosso, na nossa colocação lá de rua. Mas os nossos motoristas precisam, pelo ensinamento. Hoje o motorista me deixou do lado de fora depois da minha irmã ter pago a minha passagem.

Simplemente porque ele não prestou atenção ou porque ninguém avisou ele. Qual é o trabalho dele? É observar. É um cara grosso a numeração do ônibus e disse para ele Telefoni na ouvidoria, mas como nosso amigo falou muitas vezes a gente não é ouvido e a gente não só não escuta ou se escuta, não dá valor no que se fala.

Eu sou usuária preciso, porque se eu tivesse condições, eu não usaria, não dependeria de um ônibus pra nada. Então vamos conversar com o motorista, fazer palestra e ensiná los a usar até mesmo a plataforma, porque tem muito, muito deficiente que não tem condições nem de subir a escada do ônibus. Mas a gente também não levanta a plataforma ou baixa uma plataforma, porque muitos não sabem nem o mexer com aquilo.

Teve um dia que nós passamos uma hora e meia o motorista tentando suspender um cadeirante. Gente, isso também é degradante para todo mundo, principalmente para o usuário que já passa horas plantado esperando horas plantado, sentado até chegar no seu destino. Como é que a gente, como é que vocês podem responder para o usuário nesse sentido, é difícil. O outro dia o motorista quase me derruba porque ele fechou a porta com medo de outra pessoa entrar atrás de mim.

Como seria se ele tivesse me derrubado? Como é que ele? Como é que ia acontecer? O que aconteceria? Só iria me ajudar? O motorista iria me ajudar? Eu creio que não. Eu creio que não. Então eu preciso de uma resposta como usuário, gente. E como deficiente. Eu estou

vivendo essa situação de ser deficiente agora, porque eu era muito bem, graças a Deus.

Mas agora eu preciso, necessito e dependo até mesmo de ajuda para me movimentar, a me mobilizar. Eu peço, eu peço como usuária e como deficiente, tenho uma palestra com os motoristas, porque nós precisamos de pessoas que realmente olhe para as pessoas como ser humanos, não como somente objetos ou dinheiro de passagem, porque nesse sentido eu também tenho direito e paguei a minha passagem, mas não fui respeitada nada.

E nós precisamos de respeito, respeito. E eu gostaria que vocês me dessem uma resposta disto se não esta noite. Mas gostaria, porque não foi. Não é só eu, gente. Tem muita gente que passa a ter coisa pior que eu. Tem gente que passa coisas piores que eu, tem idoso que passa coisas piores que eu. Às vezes nem param para atender, porque um idoso não paro para atender, porque um cadeirante não parou para atender, porque é uma pessoa, porque é um deficiente mental.

Não. Nós temos direito a usar o transporte ou temos? Temos o direito é por lei. Então ensinem, conversem, façam palestras para que eles sejam mais humanos, porque tem muitos que não são. Me perdoem a franqueza, são bons de cavalo, são um monte de gente que não tem educação e educação. A gente não ganha na escola, a gente ganha dentro de casa.

São pessoas que precisam passar a gente ter um banco para poder saber como é que se sente um deficiente quando é rejeitado ou quando é maltratado. É muito bom você estar de pé, andando com seus próprios pés, mas para o deficiente se torna difícil. E é isso que eu gostaria que vocês fizessem, não só por mim, mas por todos que precisam, por todos que precisam e eu agradeço. Nesta noite.

Com a palavra Sr. Carlos da empresa Soul.

Claudete ou boa noite, dona Claudete. Nós entendemos a colocação da senhora e respeitamos muito. Se algum motorista tem esse comportamento, com certeza não foram instruídos por nós. E reconhecendo essa necessidade, em torno de quarenta dias mais ou menos atrás, nós contratamos um especialista em treinamento para motorista. Treinamento como em relação à segurança, comportamento atendimento ao cliente, justamente visando resolver todos esses problemas que a senhora deixou.

Tá bom então a solicitação da senhora já está sendo.

Atendida nesse exato.

Momento.

Com a palavra novamente o Rodney, respondendo a dona Claudete:

Viu, senhora Claudete? Depois, senhora, quiser formular também essa denúncia na Ouvidoria e a gente junta a Secretaria de Mobilidade, Planejamento Urbano, para acompanhar.

Inclusive a um assunto específico dentro do regulamento do sistema de transporte, que trata sobre má conduta do motorista. Então é quando a gente tem conhecimento, apura, constatando, é atuado por tais práticas, principalmente porque é uma coisa que assim não dá para generalizar. Não dá para dizer que todos sejam assim. E ainda, apesar de do Carlos, o Carlos, que é o diretor da empresa, ter colocado que foi contratar alguém, isso é um processo.

Então pode ser que infelizmente alguma prática como essa ainda aconteça. E a gente está aí para apurar junto a Ouvidoria e está tomando as medidas, providências. Tá bom, obrigado, viu? Boa noite. Eu vou pedir também para dar publicidade, essa capacitação, essa formação, depois junto ao poder público, pedir para que faça uma divulgação disso. Tá é, e é que o conselho também possa acompanhar. Isso é muito importante. Vou chamar a senhora Célia Bastos. A senhora Célia pode dirigir até o púlpito cinco minutos para formular sua pergunta, ou sugestão ou questionamento.

Com a palavra a Sr.^a Célia Bastos:

Atos do Poder Executivo

Boa noite, Meu nome é Célia, eu sou e hoje tem uns meses eu faço parte de delegada da Assistência Social daqui de Atibaia, juntamente com a minha irmã, porque ela é minha irmã, acabou de falar até aqui. E eu gostaria de pedir aos senhores que verdadeiramente sejam solícitos a nós que somos idosos e somos deficientes. Não só a minha irmã é deficiente, como também eu tenho um neto que também é autista e são quatro fases que um autista tem. Eu comecei a interagir há anos através de isso. Hoje os autistas eles tem prioridade nos ônibus e eu tive problemas muito sério com os autistas que passam pelos ônibus também, juntamente com meus, com meu neto.

E também tive uma dificuldade muito grande com relação ao transporte para o meus e para o meu neto. Na escola eu cheguei à Secretaria de Educação, ali em Bragança Paulista e cheguei até lá e fui pedir a van de São Paulo, que é uma ligação em São Paulo, para levar e trazer o meu neto na escola e também não houve resultados.

Triste, mas não tem resultados, simplesmente porque meu neto não é deficiente de paralisias, então ele também não é deficiente autista. Não entendo isso, mas entre aspas, vamos colocar a lei em evidência porque tem lei do autista.

Tem lei de deficientes, tem lei pra tudo que é colocado.

Dentro de determinados assuntos políticos. Então eu gostaria que verdadeira.

Mente isso funcionasse, assim como funciona a lei para mim não entrar num ônibus para não pagar assim também eu gostaria que funcionasse. O transporte que verdadeiramente está um absurdo. Entrei há pouco tempo no ônibus Atibaia, Mairiporã. Eu sou eu ando muito aqui nesse lugar, causa do meu neto e da minha irmã atualmente. Então cheguei em Mairiporã, peguei aquele ônibus e meu Deus, com esse calor eu fiquei num desespero tão grande que eu não sabia se eu ficava lendo onde eu só pedia para o motorista.

Parar, porque sem nenhum ar-condicionado. Nesse ônibus de Mairiporã, daqui para Mairiporã.

De Mairiporã para Tietê também não, porque eu faço o que eu posso pagar. E até que atualmente, graças a Deus, eu cheguei aos meus sessenta anos e também quero aumentar mais um pouquinho.

O que eu vi aqui com vocês em lei.

Eu não sei porque há um trânsito, não sei. Eu não entendo porque até então eu não tenho conhecimento de causa. Eu só falo aquilo que eu sei. Então eu não sei quais exames que vocês tem com relação a sessenta anos, porque eu tenho todos os meus documentos de São Paulo, Atibaia, Atibaia, não tem para São Paulo de sessenta anos, sessenta e cinco anos, por que entre aspas também não vou entrar em casa que eu estou pedindo para vocês mudarem essa estratégia, porque assim como lei implanta todo território, o universo daqui de dentro do Brasil, eu acho que sessenta anos deveria ser geral. Assim eu entendo.

Então, se há sessenta anos e sessenta anos em todos os lugares, sessenta anos, mas sessenta e cinco eu vou usar com esse ônibus? Eu passo anos e anos trabalhando, trabalhando, trabalhando, pagando, pagando, pagando, porque eu nunca entrei ônibus e nunca cheguei com motorista, para não dizer assim eu posso entrar, eu não tenho dinheiro, não ônibus porque eu perdi agora, porque eu andava todo tempo com o meu dinheiro contado na bolsa, que às vezes acontecia de eu perder o dinheiro.

Eu pedia, mas nunca cheguei um motorista ou então dizendo que eu tinha que entrar ano de qualquer maneira. Não, nunca, porque eu sempre respeitei as pessoas. Motoristas tem muitos motoristas maravilhosos, mas tem muito motorista que precisam ser capacitados, principalmente na área de deficientes. Quem Eu vim aqui para isso porque eu sou usuária. Eu vou para os médicos em São Paulo porque às vezes não tem médicos aqui também é uma.

Acho absurdo. Eu não estou falando da área da saúde, não acho absurdo porque não tem, né? E a gente tem que correr. Campinas

meu Deus, eu vou em Campinas. Como que eu vou em Campinas? De que maneira? Vou em Campinas? Eu tenho três ônibus. Só em Campinas eu tenho um de manhã, outro lá. Quando o último que sai de Campinas tem três.

Só eu estou falando porque eu uso esses ônibus. Eu não estou falando porque eu tenho carro, porque eu já tive carro, mas eu gosto muito. Eu gosto de andar de ônibus, não faço questão de carro, então eu preciso que isso venha a ter mudança verdadeira, sabe? Eu gosto de coisa séria. Dois e dois. Quanto é na matemática? É cinco?

Não. O Roberto Carlos canta cinco, mas na matemática é quatro. Daqui do ser humano e do ser humano é quatro. Então, se é quatro, vamos existir com quatro, vamos ter um respeito no quatro. A matemática diz isso.

Senhora Célia, Vou pedir o senhor concluir que passou.

Cinco Tá, não pode deixar. Eu só estou até então. Gente, eu preciso que vocês me deem solução. Eu não vim trazer problema, eu só quero solução. Tá bom? Muito obrigada, tá? Continue o trabalho de vocês, que vocês eu sei que vocês vão se empenhar, porque nós precisamos falar e estamos aqui pra isso. Se não fosse por isso, vocês não tinham aberto essa posição.

Muito obrigada, Deus Abençoe a todos.

Com a palavra Rodney responde a Sr.^a Célia:

Dona Célia. Com relação às colocações sobre as autistas e os motoristas, eu acho que o Carlos já explanou na pergunta anterior o que eu queria deixar claro aqui, que é uma dúvida de muita gente E quando a gente tem a competência que a gente tem para discutir o transporte, ele é em âmbito municipal, então é a concessionária de transporte público municipal e apesar de a gente conhecer as outras empresas, tem um relacionamento.

Quem fiscaliza o transporte público intermunicipal no estado de São Paulo é uma agência reguladora que se chama Artesp. Então, assim, qualquer coisa que for impositiva, de fiscalização, de ter horário, de não ter e de tudo o que a gente apresentou aqui dentro do sistema de transporte público municipal, nós do transporte público intermunicipal, ele é regulamentado pela Artesp. Então eu sugiro pra senhora tá levando essas situações pra parar, porque é uma agência do estado de São Paulo ou é nossa? É até bom colocar aí. Acho pertinente a dúvida dá, senhora, porque muitas pessoas tem a mesma dúvida e nos cobram muitas vezes de ir de ônibus de toda região aqui que dos entornos da cidade de Atibaia.

São sessenta anos.

Nós temos a legislação que é de sessenta anos e tem alguns locais em específico que sessenta e cinco e alguns locais em específico. Eles reduzem essa gratuidade para sessenta anos. Isso aí faz parte de um estudo e, conforme foi colocado no exemplo inicial da tarifa zero de todas essas coisas, você tem que fazer um estudo do impacto econômico-financeiro disso.

E aí você decide por subsidiar ou não. É uma coisa que está no radar. Conforme foi apresentado essa questão dos sessenta, sessenta e cinco anos, conforme foi apresentado lá na apresentação inicial das conclusões finais, que essa empresa que vai fazer a atualização do estudo, o que foi feito? Ela é o indicador que está lá para nos darem esses números para a gente começar a discutir essa questão também. Eu vou chamar agora o senhor Ray Simon, por favor, cinco minutos para fazer sua pergunta. Sugestão.

Com a palavra o Sr. Ray Simon:

Boa noite pessoal, me chamo Ray Simon, sou líder comunitário lá do bairro Boa Vista do Cachoeira e região, sou usuário do transporte público, embora utilize muito pouco, mas me coloco no lugar das pessoas que utilizam todos os dias. Primeiro eu gostaria de agradecer

Atos do Poder Executivo

a presença de todos que estão aqui nessa noite e ressaltar a presença também dos vereadores que estão presente, Ana Paula e vereador Júlio Cuba e lamentar pela falta de comprometimento, dos demais vereadores, que é. Eu acho que acredito que esse seja um dos motivos porque o transporte está nessa situação, um tema tão importante da nossa cidade, que reflete no dia a dia da população e infelizmente pouca participação da nossa Câmara de Vereadores. Vou ser muito breve. Gostaria de saber a respeito dos valores do subsídio enviado para sul, os repasses que são feitos e onde a população consegue obter esses dados.

Gostaria ainda de ressaltar que a qualidade do transporte público não envolve só os ônibus, as linhas, os horários, mas como um todo e principalmente para os usuários que estão no dia a dia. Um abrigo adequado para se esperar o ônibus, a iluminação pública. Muitos casos nós temos usuários que têm que andar quase dois quilômetros em área rural para chegar até um ponto de ônibus.

Chega lá, se depara com o ponto de ônibus todo, sem qualquer tipo de estrutura, sem um meio de entregar mais conforto para esse usuário. Que a qualidade do transporte não está só no transportar as pessoas, mas num todo.

Então, gostaria do empenho da prefeitura para que olhasse também para essas questões, porque são coisas que são simples de resolver, que basta um pouquinho mais de envolvimento de disposição.

Da prefeitura por parte da prefeitura para que entregue um pouco mais de qualidade para a população. Nesse queria ainda ressaltar como o representante da Somo já comentou, já falou que está em andamento essa parte de capacitação dos funcionários, mas que isso tem que ser de fato uma coisa concreta e que seja contínuo. Eu acho que todos os usuários do transporte público, eles merecem respeito, merecem ser tratados de maneira adequada e um profissional bem capacitado consegue entregar isso de uma melhor forma. Por hoje é só.

Com a palavra, respondendo o Sr. Ray Saimon:

Obrigada por agrado as colocações. Vamos lá. Quanto às colocações sobre abrigo, sobre iluminação e iluminação, é outro setor, mas vamos levar. A gente sempre faz esse meio de campo e também leva outros temas que são análogos ao transporte público. Com relação aos valores de subsídio, pode ser solicitado por qualquer que seja o usuário no sistema de protocolos da prefeitura, que é o andor DOC.

Não o segredo, qualquer um. E a gente responde por lá. Se é o questionamento mensal, porque assim esse valor ele tem um cálculo a ser feito e ele varia mês a mês e mas não tem problema nenhum, pode entrar no sistema de protocolos na prefeitura, a gente coloca esse valor lá mês a mês e varia muito, tipo se o meio é um milhão e duzentos ou até um milhão e meio, por exemplo, no período.

Férias então varia muito, entendeu? Tem vários indicadores conforme foi apresentado na planilha e pode que pode fazer subir ou descer, mas é todo documento público pode solicitar pelo sistema de protocolos que a gente já envia, inclusive, conforme o rei Salomão colocou aí que ele faz parte. Aí é assessor no sistema legislativo. Diversas vezes a gente enviou essas informações aí por meio de alguns requerimentos, a quem questionou no sistema, no Poder Legislativo.

Tá bom, mas é totalmente transparente para qualquer usuário que queira solicitar pessoalmente.

Senhor Alexandre Nascimento Senhor, por favor, fique à vontade, cinco minutos formular sua pergunta.

Com a palavra Sr. Alexandre:

Boa noite a todos Vereadora Ana vereadores do Cuba na mesa. Eu trabalho a prefeitura desde dois mil e quinze né, Mas eu passei a morar Atibaia só ano passado, mas por conta de infraestrutura que aqui infelizmente não é tão boa quanto Guarulhos, tem shopping, tem gás encanado, aqui não tem encanado, tem mais coisas que quem fez mensagem meio que pequena, a gente entende que tem limitações né?

Mas eu vim com minha mãe no começo do ano passado, né? Eu sempre usei o carro, né? E na verdade tem um dado que é interessante que Atibaia é menor do que Bragança e tem mais carro do que Bragança. Aqui é Atibaia daqui, ou seja, o pessoal aqui usa mais o carro do que realmente o espaço público. E então pra mim até que foi uma boa experiência, mas pra minha mãe que eu não dirige e ela tem medo de dirigir e tal, e eu acabava tendo que ficar levando para todos os lugares, porque os ônibus tinha pouca oferta.

A gente pegou um período depois da pandemia que já tinha reduzido, então eu não cheguei a conhecer como é que era antes, não o sistema. E acontece que depois né, minha mãe acabou nessa situação que tinha pouco ônibus e acabou voltando pra Guarulhos. Ela se mudou de volta e eu fiquei sozinho aqui. Aqui na cidade por conta de trabalhar aqui né, Porque pra mim tudo bem.

Só que eu fico pensando as pessoas que precisa do ônibus e não tem essa atrativa de ah, vou mudar pra Guarulhos que é melhor. O que acontece é Guarulhos também tem seus problemas. Por exemplo, ela mora na Vila Galvão, lá que acabou tem muitos ônibus, só acontece e tem uma empresa lá que chama o Vila Galvão. Aí o que acontece?

Ela pega nos horários de pico, assegura. Ônibus você vai em qualquer terminal de ônibus dos bairros, vai vir dez, doze, umas paradas, porque pra ela é mais vantagem colocar um ônibus carregando cem pessoas do que colocar dois pontos cinquenta. É óbvio que eu pago menos diesel, menos, menos motorista e aí eu tenho um lucro maior. Tudo bem. Só que o capitalismo é a questão seguinte.

Além disso, em Guarulhos tem uma vantagem em cima de Atibaia em relação ao trajeto dos ônibus, por exemplo, a linha que passa lá no Alvinópolis, ele dá um rolê que ele chega a passar duas três vezes no meu lugar, porque ele não tem um ônibus que desce Gertrudes direto e vai até a rodoviária. No início ele dá um giro ali e aí acontece de dar mais vantagem o pessoal ir a pé da rodoviária do que pegar o ônibus. Eu acho que isso explica um pouco do baixo número de pessoas, porque você falou pra mim de vinte e quatro mil pessoas não chega nem quinze por cento para Atibaia, quinze por cento. O que eu proponho para a prefeitura acabar com o contrato com e fazer o seguinte alugar ônibus em São José dos Campos fez com a estação alugar o ônibus elétrico e tá pagando vinte e oito mil reais por mês em cada um do elétrico e pagar, fazer um processo seletivo de motorista e colocar.

Tem um motorista pago pela prefeitura diretamente para operar os ônibus. Dá um total de quatro milhões, cem mil. Fiz a conta mais ou menos que dá mais ou menos vinte e cinco reais para cada pessoa que vai. Eu pagaria vinte reais mesmo que eu não uso o transporte público pra garantir que uma pessoa que usa tem um sapato de qualidade que a prefeitura gere.

Por exemplo, eu tenho o meu motorista, eu tenho o meu ônibus, ele vai ficar dizer eu vou direto e voltando as vinte e quatro, não tem problema. Carregando no passageiro é relevante porque a prefeitura já está arcando com isso. Agora se coloca um intermediário. Ele realmente com o rapaz aí do pessoal falou ele que é o lucro dele e é justo.

Não estou falando mal do cara a empresa, mas aí vai ter que fazer esse cálculo, falar essa linha que só passa, só pega cinco pessoas da linha, compensa eu ter essa linha, entendeu? Aí eu fico pensando na questão do Japão, que manteve o trem por causa de uma estudante que estava lá, que precisava pegar o trem e manter o trem até lá para se formar.

Então o papel social tem relevância em relação ao transporte público e é por isso que a minha sugestão pra administração é na próxima hora. Depois que acaba contrato, é procurar esse caminho, ver como é que foi a licitação do de Campos, que alugou quatrocentos ônibus da ela mesmo. Direto sim, sem intermediário. Alugar onde eles podem escondê-la e colocar o motorista nosso para trabalhar na feitura e acabar com o convênio.

Esse é meu desejo. Muito obrigado.

Atos do Poder Executivo

Obrigado senhor Alexandre, pela participação. Consta em ata a sua sugestão. O senhor também participa do Conselho de Usuário chamar o senhor Leonardo Espadoni.

Com a palavra o Sr. Leonardo:

Boa noite, Boa noite a todos aqui presentes, membros da mesa, vereadores aqui presentes. Marcos Melo Ouvidor que fez o faz um trabalho espetacular aqui em Atibaia. Obrigado pela oportunidade aqui da gente, da gente falar um ponto interessante que o colega Rodney trouxe e a gente está nesse modelo de gestão de dutos do serviço público, transporte em Atibaia há quarenta anos e há quarenta anos a gente vem vivenciando e discutindo mais ou menos os mesmos problemas.

Então a gente vem discutindo sobre disponibilidade de horários, disponibilidade, linhas, manutenção dos equipamentos, falta de ar-condicionado, ou seja, há quarenta anos a gente discute os mesmos problemas. Aí o colega trouxe um ponto muito interessante que está relacionado ao modelo em si. O modelo de concessão é um modelo em que uma empresa privada vai fazer a gestão do serviço e, obviamente, ela vai visar prioritariamente o lucro dela, não a prestação do serviço para o usuário final.

Então existe uma subversão, uma inversão nos valores fundamentais, e a gente entende que essa inversão precisa ser desfeita. Então o serviço público precisa ser priorizado em relação ao lucro, ao lucro em si da empresa. Então, existem diversas formas de fazer isso. O colega trouxe uma forma muito interessante. Eu defendo que é prefeitura, então deixo aqui minha primeira sugestão.

Defendo que a prefeitura aproveite o ensejo dessa consultoria que vai ser feita, o estudo que vai ser feito para fazer um estudo de viabilidade da prefeitura, assumir integralmente o serviço, inclusive a manutenção dos equipamentos e etc. Outra questão interessante que o colega trouxe é que houve uma redução da demanda pelos serviços, até mesmo em função do uso do transporte por aplicativos.

É difícil dizer o que vem antes o ovo ou a galinha, mas a gente sabe que muitas pessoas passam a utilizar o transporte por aplicativo justamente porque a oferta do serviço não acontece. E esses trabalhadores dos aplicativos, eles são trabalhadores, precarizados Como? Como? Com a maioria de nós. Então, outra sugestão que eu gostaria de deixar também seria usar a força, a estrutura da prefeitura para talvez formar uma cooperativa desses trabalhadores por aplicativo e criar um aplicativo próprio, como já temos exemplos em algumas capitais aqui do Brasil, para que esses trabalhadores ofertem, continue ofertando esse serviço até de forma complementar, porém de forma menos precarizada, como acontece hoje.

Com todo respeito ao pessoal do conselho, me parece que eles estão servindo aí como saco de pancada. Eles estão ficando na linha de frente para absorver todas as da população e deixando a prefeitura muito à vontade nesse processo. Então entendo e entendo que o trabalho é importante e relevante. Mas enquanto a gente não fizer uma revisão radical na raiz do modelo em si, eu acredito que os problemas vão continuar sendo discutidos.

Os mesmos problemas pelos próximos quarenta anos. E isso, obrigado.

Obrigado pela participação em sua jornada. Chamo agora o senhor Vinícius Duarte. Por favor, senhor Vinícius, pode se dirigir o púlpito cinco minutos?

Com a palavra o Sr. Vinícius:

Oi, boa noite a todos. Em primeiro lugar, eu acho que para ficar melhor a dinâmica, se puder, por exemplo, eu posso fazer a pergunta e vocês responderem imediatamente ou não.

Porque uma pergunta pode estar encadeada.

Com outra e na audiência pública não tem direito a réplica. Não, não vou replicar, mas as perguntas são muitas perguntas. São algumas perguntas, só que podem levar a outras perguntas só por isso. Mas tudo bem se eu não puder dar réplica. Se você ele responder e você voltar na mesma resposta, é uma réplica. Então não esqueçam, não era essa.

Mas surgiu o problema. Eu sugiro cinco. A dinâmica Se fazer a pergunta total, eles vão responder E aí o senhor se escreve novamente, se escreve, faz novamente as perguntas perfeitamente.

Em primeiro lugar.

No final da exposição foi dito que vai ser feita uma pesquisa.

Origem, destino para avaliar com os usuários do transporte.

Era isso que eu queria saber se a pesquisa é com usuários de transportes, porque isso vai me levar a outras conclusões. Se for uma pesquisa, origem destino com os usuários do transporte, ela vai ter muito pouca utilidade. Na verdade, quando a gente pensa em mobilidade urbana, a gente pensa no.

Todo e em todos os modais de transporte. Então, carro particular.

Carro por aplicativo, táxi ou aqui só ônibus, bicicleta e outros meios, todos eles têm que estar integrado e eles tem que estar integrados.

Para que o sistema funcione. Não adianta, por exemplo, você saber que você tem hoje vinte e quatro mil usuários.

E você já teve trinta e cinco no passado. Por que perdeu usuário.

Por algum problema? Foi apontado anteriormente com muita propriedade.

Que o usuário não sente.

Confiança no sistema. Se ele não sente, ele vai procurar outros modais.

Aqui, por exemplo, quem tem moto táxi tem uma modalidade que eu acho muito esdrúxula, mas infelizmente está regulamentada e a gente tem que conviver com ela. Mas O que eu queria saber o seguinte por que essa pesquisa hoje é feita só com.

Usuário de transportes? Tem que ser feita com todo mundo porque.

Assim você descobre. Por que o sistema está perdendo usuário, se não você.

Não percebe, você fala ah, tá bom esse aqui. A gente já sabe, a concessionária já sabe.

Qual é a demanda de passageiro. Ela precisa entender por que está sem oferta de passagem, porque não aumenta. Por que essa.

Demanda não aumenta.

E no meu modo de entender, porque realmente o sistema não tem confiança nenhuma da que ele é operado hoje. Em segundo lugar, eu gostaria de saber que eu notei aqui. Eu não tenho anotado um caminho. Se sim, foram estabelecidas metas de qualidade e desempenho do transporte público no contrato e se essas metas de qualidade de desempenho estão sendo atingidas.

Em terceiro lugar, eu acho que, por exemplo, essa questão da gratuidade para idosos a partir de sessenta e cinco anos, eu acho que ela precisa ser revista porque ela está indo contra o Estatuto do Idoso, que é uma lei federal que prevê o atendimento ao idoso a partir dos sessenta anos e idoso no Brasil é a partir de sessenta anos.

Idoso em Atibaia também é sessenta anos. Agora, se vai ter oferta ou não de serviço público. Com relação à idade da pessoa, tem que ser respeitado o Estatuto do Idoso. Então eu.

Até o nobre vereador que está aqui, ela poderia fazer esse tipo de proposição legislativa para mudança da gratuidade.

E em último. Lugar, com relação ao com relação, que eu me esqueci agora, mas vou tentar retomá-la com relação ao a forma. Ou a qualidade dos ônibus.

Que estão circulando em Atibaia, não a qualidade de conforto, porque isso realmente é das melhores, todo mundo já sabe, mas o tipo de ônibus que é utilizado para cada linha. Eu acho que, por exemplo, tem

Atos do Poder Executivo

que ser revisto, pois você não pode andar com um ônibus num horário de baixa. Um ônibus de setenta lugares não.

Num período, que tem baixa demanda.

Esses ônibus precisam ser revisados, entendeu? Para quê? Para que você.

Diminua o custo.

Do sistema? Porque você rodando com o micro. Eu vejo alguns micro-ônibus aqui, mas eu acho que eles são meio aleatórios. Eles não tem muita, muito, muita lógica. Eu não vejo lógica nisso. Eu não tenho lógica elementos para afirmar isso, mas eu tenho a impressão.

Que a Ford, um modal.

Do transporte, tem que ser revisto aqui, não só com as integrações, mas também com ônibus que estão circulando na cidade.

Muito obrigado.

Respondendo o Sr. Vinicius, o Sr. Rodney.

Então seu Vinicius, vamos lá. Com relação a essa pesquisa de origem de destino, ela faz parte de uma consultoria que foi contratada para o transporte de transporte aqui. Como a gente veio falar especificamente do sistema de transporte público municipal, que o assunto era oriundo de uma reunião, ônibus, a gente colocou essa, fez essa colocação. Mas pra que essa pesquisa de origem, destino?

Ela vai levar a uma colocação que o senhor mesmo colocou, só mesmo fez perdão a pesquisa de origem que ainda é feita com o usuário do ônibus, porque ele quer saber do deslocamento, do deslocamento, como é o comportamento do usuário e os horários. Ele faz esse deslocamento que aí a gente utiliza esse estudo para fazer uma melhor oferta de horários, onde a gente precisa alterar os horários, onde a gente precisa estar com o veículo, que um veículo convencional ou um veículo micro-ônibus igual o senhor mesmo colocou.

Então a pesquisa que a gente utiliza para várias dessas variáveis, entendeu? Para a gente ter uma oferta de horários é justa e de acordo com o deslocamento da população e ajustar isso de acordo e ajustar isso. E esses micro-ônibus que o senhor viu que fazem parte hoje? Sistema Eles foram inseridos após a última pesquisa de origem destino.

Então a gente utiliza para isso. Com relação ao que as metas de qualidade e desempenho elas são apuradas, a empresa cumpre e é um documento público. Mas a gente está falando das metas e detalhistas. O que está lá no edital eu concordo. Que tal que hoje a gente precise de ajuste ordinário, de algum momento do contrato? Só que a gente precisa ver a legislação disso e aí a gente defini algumas outras, alguns outros indicadores, que é uma colocação, inclusive do Conselho.

Mas hoje o que a gente tem como cláusula contratual, sim, é o agrado. Com relação a gratuidade, eu já expliquei, é fórmula, modelo de veículos, o modelo que eles utilizam hoje aqui é Caio, Apache, VIP, Mercedes e também os micro-ônibus. São Volare em sua maioria, e são os veículos mais utilizados no sistema de transporte urbano nesse modelo de transporte.

Então, assim, em relação a modelo, a gente entende que está adequado sim, conjunto oi, oi, não, modelo não. Então é isso. A gente parecido com na última pesquisa de origem destino, a gente conseguiu adequar uma parte e não tinha nenhum micro-ônibus no sistema, com exceção ao que rodava numa linha externa que chama pai. A gente já inseriu sete, sete micro-ônibus no sistema com a última pesquisa de origem destino, estudando esse deslocamento e entendendo que naquelas determinadas regiões e linhas era atendido por micro-ônibus.

Hoje, como faz um tempo da última pesquisa de origem destino, a gente precisa atualizar para entender esse deslocamento real. Hoje, para não ter perigo de colocar um micro-ônibus numa linha que é atendida por ônibus. E aí a gente tem e geraria um problema que uma vez você troca o veículo e ele já está inserido dentro do sistema. Tá bom?

Eu acho que eu entendi um pouco errada a avaliação final, mas com relação ao ônibus, micro-ônibus e isso tem muito a ver. É muito atrelado com a pesquisa de origem, destino pessoal.

Como sou eu representando? Eu sou. Eu tenho ouvido.

Muito aí falar da qualidade do nosso trabalho. Deixa eu explicar um pouco para vocês. O contrato exige setenta. E cinco ônibus na garagem. Agora eu tenho setenta, cinco ônibus. O contrato exige a idade, média de cinco anos, não ultrapassando oito anos. A idade média dos nossos carros hoje está três anos e meio? Está. Ou seja, está bem superior, o que o contrato exige. O meu carro mais velho hoje, que é de quatro anos e meio, tá bom então. Ou seja, eu tenho a quantidade de hoje necessária. Eu tenho ônibus mais novo do que eu. O contrato exige e eu sei que o meu cliente que vocês querem o que é o ônibus? Limpo, seguro e na hora beleza, ônibus limpo. Eu tenho uma quantidade necessária.

E a dificuldade.

Nossa, qual que cumprir horário? Por que meu motorista que não quer cumprir horário não é O trânsito de todas as cidades? Não é uma particularidade? Particularidade de Atibaia estão sendo provados.

Haja vista, olha que a Fernão Dias.

A Dom Pedro congestionado o tempo todo meu ônibus tá lá no meio, aqui no centro tem.

O acidente e se você está com o seu carro particular, você pode.

Desviar, pode cortar caminho, meu motorista não pode.

Porque eu tenho que desembarcar o passageiro no próximo ponto e embarcar outro. Ele está travado ali no trânsito, então. Ou seja, e os horários às vezes atrasa, algumas vezes não é por conta da sua vontade, da sua, não é o motorista da Sul que não quer cumprir. O horário está sendo impossível. Então seja. Abra espaço para mim passar, me dê. Faixa exclusiva para o ônibus. Com certeza eu vou cumprir horário, pode ter certeza disso. Então, deixando bem claro, a frota é uma foto adequada, melhor do que o contrato exige. Motoristas como a senhora exigiu está sendo. Já tenho a estrutura para isso. Vai ficar constantemente aqui. Trouxe de fora uma pessoa capacitada. Então seja a única coisa que eu tenho uma certa dificuldade hoje cumprir horário, porque é justamente por conta que o trânsito está travado.

Então o que a gente precisa. É uma faixa exclusiva.

Para hoje rodar sem interferência. Nossa dificuldade é essa.

Ok, vou chamar agora o senhor Ulisses, Alessandro, Ulisses, por favor, pode se dirigir até o púlpito, por cinco minutos.

Boa noite a todos. Sou um mero morador de Atibaia também. Boa noite A nobre mesa, a nobre operadora Ana Nobre vereador Júlio, eu sugeria uma outra alternativa a essas todas que estão aqui são válidas. Eu acredito que isso em outras gestões já deve ter sido debatida ou questionada a um modelo parecido com transporte escolar. A própria prefeitura, juntamente com os vereadores, poderia elaborar um decreto permitindo como se tem em São Paulo.

Não sei se ainda estou meio desatualizado em relação a isso. Lotação na cidade. Eu também já peguei o ônibus algumas vezes. Isso que até o nobre conselheiro falou. Todos esses questionamentos são válidos. Eu já amassei barro pegando ônibus, as estradas realmente são péssimas, alguns pontos. O que acontece é o seguinte eu vejo de certa forma o comércio trabalha mais tarde algumas empresas que são fora do âmbito da cidade.

A pessoa sai tarde do seu trabalho e não tem o ônibus naquele horário para circular, para em carro para chegar sua casa. Isso é fato. Então, assim o que eu falei, a ideia alternativa se quebra esse monopólio, a prefeitura com transporte coletivo de ônibus, não que deixe de ter o transporte, mas vai ter esse transporte. E se abre um estudo com o quê?

Que nem o colega falou aqui. A plausível também. Você senta com os moradores e presidente de moradores de bairro que eles conhece o problema mais do que nunca dos próprios da cidade toda dos quatro cantos de Atibaia senta com a Secretaria de Mobilidade. Você faz

Atos do Poder Executivo

um estudo que quase. Quais são os reais horários que as pessoas que necessitam de transporte público da cidade precisam para chegar no seu trabalho, para fazer um passeio?

Porque eu acredito que fazendo essa reunião com presente de moradores de todos os bairros de Atibaia, sente se, conversa. Você tem um transporte que você vai agregar a todos. Realmente, quando você precisa de um transporte num domingo, você quer fazer um passeio, você não tem. Então assim você a pessoa sai mais tarde realmente voltar a falar isso e mais, sair de uma fábrica que é próximo aos eixos Rodovia Dom Pedro Fernão Dias não tem.

O sr. Precisa voltar para casa. Se ela tem um esposo, enfim, alguém que vem, vem buscar ela com esse transporte, seja o seu carro particular, seja o seu Uber, um aplicativo, mas muitos não tem e eu gostaria simplesmente só para finalizar isso, eu moro há vinte e três anos em Atibaia. Eu sei que Atibaia recebe todos os quatro cantos do país, é uma cidade muito acolhedora, mas eu vou deixar essa frase para todos repensarem aqui, não todos que estão no poder de Atibaia, mas que estão em alto escalão desse poder que fazem a gestão dessa cidade.

Vamos olhar as pessoas daqui com coração humano, não com coração de político essa frase ai, porque assim não adianta a gente gerenciar uma cidade. A cidade aqui tem classe média, tem rico, tem o pobre, você tem o comerciante, você tem o a pessoa que trabalha na indústria. Então assim eu olho meu ponto de vista dos anos para a cidade gerenciada, parece que só tem rico na cidade e não é assim.

O rico não precisa de pegar ônibus para trabalhar. O rico tem seu carro, ele pega seu carro e vai trabalhar. Agora Aquele que é trabalhador, o feirante, comerciante, ele precisa do transporte. Eu volto a falar. Eu já cansei de amassar barro e vou tocar no ponto que o colega falou também. O presidente da associação de moradores tem muitos pontos de Atibaia de ônibus que não são cobertos.

Então assim, já os pontos de ônibus fixos, que assim o sol de Atibaia escaldante. Então por isso que eu digo vamos olhar a população com coração humano, vamos deixar a bandeira partidária, deixar, vamos deixar de ser político. Olha o coração do político aqui de Atibaia, tem que ser mais humano pra essas pessoas que aqui falou, quem sustenta a cidade, essas pessoas que levantam para trabalhar cedo, paga seus impostos.

É uma coisa que no mínimo o colega falou. Aqui vai um pouquinho mais além. Eu assisti uma a uma votação da Câmara pelo YouTube e é um bilhão e seiscentos. Lá vai fumaça. A arrecadação vai ano que vem. Quer dizer, acho que nem metade desse dinheiro é usado para a cidade. Eu estou aqui há vinte e três anos. Eu só vi a cidade crescer, não todo, fazendo um lobby político.

Ninguém. Na gestão do Beto Tricoli, que cresceu em todos os sentidos, seja orgânico, seja e seja oportunidade para as pessoas trabalhar. Então, assim, esse é o meu repúdio. Realmente, eu acho que olhar as pessoas com o coração humano, deixar o coração de político de lado, tudo o que se falou aqui é válido e eu acredito que teria que ter um transporte alternativo, permitir que vans que nem o cara tem uma van legal para se trabalhar, tem horários que isso que eu falo realmente o cara sai de um horário diferente do horário, trabalho dele e da maioria da população, não tem um carro para ir voltar pra casa dele, então deixa as pessoas trabalhar, faz uma regulamentação parecida com a regulamentação do transporte escolar e deixa isso trabalhar. Quando eu vim morar para cá eu vim com esse intuito colocar a minha Kombi escolar como lotação, virar pra mim e falou Ulisses, você não é proibido a prefeitura, esse monopólio só dos ônibus, então acho que é uma ideia que deveria se realmente ser olhada com carinho, estudada, avaliada, porque assim a cidade é rica em arrecadação, ela só não tem o feedback com a própria população dessa cidade.

Esse é apenas o meu repúdio em relação a isso. E guardem essa frase deixamos o coração de político e temos o coração para as pessoas que moram nessa cidade, que vivem aqui, que pega chuva, pega sol, pega o ônibus lotado. Tudo o que você falou aqui é válido assim vamos olhar para isso ano que vem. A eleição está chegando de novo aí.

Engraçado, né? Modo de dizer novamente meu repúdio ano que vem a cidade uma maravilha, porque todo mundo quer estar no poder de novo. Não desmerecendo nenhum vereador nenhum, os vereadores estão aqui há anos. Me tratou super bem, que eu tive há dois meses conversando toda a minha demanda do bairro que eu moro, aquele loteamento atrás do Hotel Bourbon, sendo que tem um vereador e um vice que eu vou usar um termo muito forte, estão cagando e andando pra população daquele lugar atrás de Atibaia.

O mato tá dessa altura, calçada esburacada, rua esburacada, mas o imposto chega, o IPTU chega, a conta de água, chega a conta de luz chega e volto a falar novamente. A cidade é rica em arrecadação, mas na outra ponta dessa corda esse dinheiro não é revertido para os benefícios da população.

Pedi pro senhor concluir.

Apenas isso e só deixar esse meu repúdio. Voltem a ter um coração humano. Todos tem família aqui, todos tem um cargo, não desmerecendo ninguém, tem um coração humano não coração de político, coração de político. A gente sabe como é que é. Então assim tem o coração humano. Sejam humanos com as populações das pessoas daqui de Atibaia. Esse é o meu repúdio.

Obrigado Surdez. Vou chamar o senhor Carlos Alberto da Silva, que é representante do Conselho Regional da Usina. Sr. Carlos, por favor, pode se dirigir ao púlpito cinco minutos.

Boa noite a todos. Meu nome é Carlos Alberto, eu nasci na região da usina, sempre morei naquela região, na verdade no bairro Vila Abaixo. Atualmente estou. Como representante aí como presidente do Conselho.

De Usuários, mas também como representante do Conselho da Usina. O que gostaria de falar aqui? A primeira questão com o transporte da região para a zona rural, principalmente naquela região, é péssimo horário. E aí, quando você quer e que tem demanda, isso não tem um serviço de transporte de qualidade. Hoje e atualmente eu acho que a crise, o transporte veio e instalou em Atibaia quando a sua veio?

Quando foi plantado. Porque no primeiro dia donos. Sabe por quê? Sabe porque eu falo isso? Porque no primeiro dia o ônibus parou na frente do portão. Lá, o problema de óleo os homens vem desde o Rio de Janeiro, alguns tudo velhos, sucateados. E aí a população perdeu o interesse de utilizar o trem de transporte. Fora que a questão de o itinerário tinha.

O homem tem que fazer um percurso, tem horário que, ele fazia o outro percurso. Aí eu fui na ouvidoria reclamar, Eu e o ouvidor na época falou que não, o motorista, tipo a preço, cumpriu o trajeto, mas não o percurso exatamente com que a Veja tem que começar por aqui e terminar lá. Ele faz outra vez o contrário e a população vai ter no horário certo, esperando o então, essa questão de atraso bom que é recentemente, acho que semana passada aconteceu isso, o ônibus quebrou lá na ponte. O usuário que ficou duas horas aguardando porque é um zero seis sete um cinco dois, saca pra Ponte Alta e aí acho eu, entre em contato com a Sul Atibaia. Acho que oito é pouquinho, cinco para as nove ainda não tinha saído e falou que ia levar uns cinco minutos.

A passagem ficou até nove, trinta e cinco esperando o ônibus não veio, foi deu de de outra forma, mas duas horas esperando. Não tem o almoço para reserva técnica ou qualquer outro motorista. E aí é o Cardoso falou que tem setenta e cinco anos, mas o edital previa oitenta e oito ônibus e dois micro-ônibus. Atualmente quantos anos têm o período em Atibaia?

Quando ele fala, a questão se dá como se chamam métodos do ônibus, está falando em relação agora guarda vinte e um anos que teve agora novinho, você está falando que tem com relação fora esses vinte? A idade média, Porque antes desse contrato aqui é os anos de idade máxima dele era cinco anos, então a média não vai ser cinco, seria menos?

Posso falar, perguntar quanto na época da versão Atibaia, quando

Atos do Poder Executivo

pegou fogo e quanto pegou nessa gestão? Laranjal pegou um parque que no Jardim Maracanã também tinha pegado outro. Quantos anos queimou em operação? Fora a questão de quebrar sempre, não tem condição. Na minha opinião, tem que rescindir esse contrato ou o tempo ou não, ou pensar a questão. Outra questão que se fala que está demandando ter para lá.

Já o Ponte Alta, você tem que ver também a questão a tarifa é um limitador a questão da qualidade, tipo aquela região lá carece de homens. Todo domingo tem três, tem a que tem dois ou muito pouco horário, tipo você tem lá por volta seis e vinte e seis, quarenta, depois onze horas da noite. Quem trabalha consegue, Não é nem o pessoal que venha conseguir voltar porque não tem horário de domingo para voltar, entendeu?

Para voltar para casa, retornar. Você faz a prova para ter sete horas, mas esse horário não tem onze pra arranjar. O Ponte Alta. Fora que retirar a linha do Campos Aleixo. Enfim, é pra melhorar o transporte público e coloca a questão que tem que ter a tarifa zero, o poder público financiar. Aí a minha sugestão criar um fundo para o financiamento transporte público quando o transporte público não sei se faz, faz uma lei planta é para que seja garantido o usuário.

Dois mil e quinze foi o transporte como um direito social. Hoje a população precisa pagar para poder utilizar, fora a questão da gratuidade, mas não todo mundo que tem gente.

Que não tem dinheiro para.

Poder pagar o transporte, entendeu? E aí você é privado de estudar ou até mesmo de trabalho, Ele não tem horário. Então, essa é uma questão que coloca a gratuidade.

Para que seja um direito.

Resguardado, que o poder público financia o transporte público e aí sim, aí vai ter a regularidade. O pessoal vai utilizar e é o que o colega colocou. A questão de o transporte ou alugar o ônibus e ter próprio funcionário da prefeitura, valorizado, que vai ter um plano de carreira não é igual. Que falta de motorista. Estava relatando um tempo atrás no conselho.

Falta de motorista.

Talvez seja que só um atrativo do dinheiro, talvez a péssima condição de trabalho pode ser isso, porque se trabalha como se fica quebrando um pouco a população vai usar o atraso, pô, é outra questão agora para hoje a questão da integração, seja ida e volta para.

Tentar estimular o professor, utilizar o transporte e de volta. Em Guarulhos tem isso o pessoal pode ir e voltar e pegar outro longe. Agora você vai tocar, a população pode usar agora a integração só pode para ir, para voltar, não pode com a gente tem. Estimular a população, largar o carro para utilizar o transporte público. Outra questão é que com relação a faixa exclusiva de ônibus, o transporte tem ser prioridade e também é o poder público.

Para ser prioridade, tem que dar. Condições para que se que seja, que a população.

Possa utilizar. Então, talvez quanto o ônibus fica parado ali na Benedito Almeida Bueno, o passageiro não tem um corredor de ônibus. Meu na Rua Benedito Meira Bueno Podia tirar uma pá, faixa de estacionamento, carro parado, colocar só uma faixa de estacionamento e o outro ali para o ônibus. Não, não sei se dá para um carro ou ônibus.

Enfim, tem que ter priorizado priorizar o transporte público. É isso que eu queria colocar aqui. Muito obrigado.

Carlos, Carlos e conselheiro da Usina. Obrigado pela pelas colocações. Vou falar de algumas aqui. Com relação ao que você fala da tarifa zero, é tanto a integração ida e volta elas compõem a mesma situação. Tem Guarulhos, a integração ida e volta tem. Só que assim. Tem custo. Não. E a gente tem que definir, tem que ter um custo para isso. A gente já colocou o que a gente precisa fazer e está sendo feito para que a gente tenha indicadores e discutir sobre isso. Você colocou uma demanda específica que é sobre o ônibus no dia específico, ele foi autuado, que é a ferramenta administrativa que nós temos quando a

empresa não cumpre com os requisitos do produto.

Eu coloquei, eu vi que você colocou aqui com relação a Idade média até antes, antes de eles trocar, esses veículos que estão aí, a idade máxima não era cinco da idade média e sim com a idade máxima era oito, com média de cinco. Só para deixar claro. Aqui eu acho que foram essas colocações que você fez com as outras situações.

Eu agradeço, que são considerações e a gente vai levar em conta aí nesse processo que a gente está de levantar informações para a gente ter esse cálculo das novas situações que a gente precisa fazer.

Desconhecido

Relação a secretaria, ela vai estudar ou não?

Não, calma.

É que você tem que fazer a pergunta.

Mas então que já perguntar sobre Tarifa zero? Vamos voltar no mesmo assunto que até uma hora que a gente falou sobre isso, eu vi que você saiu um pouco e a gente tem um estudo que já foi feito do sistema de transporte e está sendo contratado uma empresa que vai está em fase de licitação já. Isso está lá na administração e essa empresa vai fazer a atualização desse estudo de transporte e a gente pode definir algumas coisas.

E aí, dentro disso, inicialmente, o que a gente tem já é essa questão de levantar o custo disso para a gente começar a discutir, para não dizer e não confundir a fala. Não estou dizendo amanhã a gente vai ter uma tarifa zero. A gente precisa levantar alguns custos. Primeiro da questão dessa integração, dessa tarifa zero, que foi uma menção do conselho que inicialmente fosse aos fins de semana.

Agora vocês estão trazendo uma questão que está bem mais distante, que é uma total, mas é uma questão distante. Mas eu sou um cara muito de construção, então a gente tem que começar a construir para um dia saber se vai acontecer ou não. Tá, mas é essa empresa que vai levantar esse custo para a gente começar a discutir isso.

Sr MARCELO

Chamar o Sr. Marcelo Melo Por favor, senhor Marcelo, cinco minutos. O Marcelo vai falar agora como representante do Conselho Regional. Isso não é exatamente bom.

Eu atuo no Maracanã, sou líder comunitário e lá a gente faz gestão do Centro Comunitário de Creche e atuei vários conselhos, entre eles esse aqui do transporte. Uma coisa que me chamou a atenção durante toda essa noite de conversa, que desculpa, é a necessidade que a gente já apontou na nossa fala como um conselho de que a gente saia desse modelo e vá para um modelo mais avançado.

Um modelo mais avançado significa N coisas, porque cada um tem um conceito na cabeça. Mas assim a gente sabe que o modelo atual é o modelo que está vencido e que aí eu vejo um esforço muito grande de fazê funcionar. Mas ele não consegue funcionar, né? Então a gente tem hoje a possibilidade de adotar novos modelos, novas, novos paradigmas.

Agora a pergunta é porque a gente está no terceiro ano do de assistência dessa gestão municipal e só agora, talvez no quarto ano, a gente fará essa consultoria para poder pensar algo, para poder avançar. Então acho que demorou demais.

Agora, falando lá da minha região, especificamente, o Maracanã é uma área rural e urbana, um pequeno centro urbano afastado. É consequência da falta de planejamento no município, esses centros urbanos surgirem e demandarem uma série de serviços, o que acaba sendo coisa, digamos, anti-econômica. Mas é a nossa realidade. A gente fez um movimento nesses últimos anos aí, de fazer um terminal sem terminal.

Foi uma decisão nossa de fazer esse trabalho junto com a prefeitura para poder tentar levar mais racionalidade ao modelo. E isso foi obtido. Mas a gente tinha um parâmetro que foi colocado de desempenho, que é o tempo que a pessoa aguarda entre chegar ao terminal e sair do terminal, tanto na direção do centro da cidade quanto voltando para o

Atos do Poder Executivo

bairro e parâmetro de dez minutos que pode.

Poderia, numa situação dificultosa, chegar a vinte. Mas a gente tem que alguns momentos. Isso chega a cinquenta minutos, uma hora é raro, mas acontece. E isso é decorrente de ene problemas. No trecho rural a gente tem uma linha que é a do rio acima, que ela é totalmente sem pavimentação. Essa linha tem ene pontos críticos, vários pontos críticos, tem um ponto crítico, chama pé de galinha até o nome bem curioso, onde a pessoa quando chega ali tem uma ladeira que vai para o campo.

Peninha Choveu, aquilo virou sabão e o ônibus não sobe e as pessoas têm que andar, caminhar cerca três, quatro quilômetros para poder chegar em casa, às vezes tarde da noite, às vezes. Acontece que quando o ônibus não consegue nem sair do Maracanã para ir para o Rio acima, porque aí a estrada está toda inviabilizada, porque há pontos de alagamento, há pontos onde, aquilo vira um lamaçal e o ônibus não passa.

Então é uma situação bem crítica e realmente há um desincentivo muito grande ao uso do transporte público. Até na outra linha, que é a linha do Vitória Régia, foi feita um asfaltamento em parte do bairro, primeiro até o bairro, depois é parte do bairro. É uma linha onde teve um avanço muito, muito grande da pavimentação, mas ficou um rabinho lá no final, que é justamente a parte do bairro onde eu moro, a população mais pobre.

E aí choveu, todo mundo fala olha, não passa do pé do Morro da Coruja. Outro nome curioso, mas dali para cima as pessoas têm que subir uma ladeira imensa. É íngreme, difícil de noite, de escuro, para poder chegar em casa. Então isso são coisas que eu observo no meu bairro e que me deixa muito triste com relação ao transporte urbano, porque como eu falei aqui, a fala conselho eu não me conformo em gastar setenta milhões de reais na Lucas e a gente não fazer um planejamento para poder atender a pavimentação dessa área rural.

Outro ponto que também é bem dificultoso é que quando a gente sai com o nosso ônibus lá da ressaca e vem para o Maracanã, ele passa pela Imperial e a população imperial do Caetetuba do Cerejeira. É a população muito grande. E essas pessoas, elas veem que os ônibus delas estão lotados. O que elas fazem? Elas pegam ônibus do Maracanã.

E aí, o que é que acontece? A pessoa que quer ir lá para o Maracanã para poder depois pegar o ônibus, para ir para Vitória Régia, ou pega outro ônibus para ir lá para o Rio acima, ou então lá na Campineira. Eu acho que é a extensão mais longa que tem na cidade. Essa pessoa fica parada num ônibus porque o ônibus dela, o ônibus do Maracanã, está lotado com a população dos bairros intermediários.

Então eu não sei qual é a solução técnica para isso, mas precisa haver. Então são pontos que eu aponto. Eu reconheço sempre tudo o que é feito para melhorar. Eu tenho observado que existe um esforço no sentido de melhorar os carros. Ação faz um esforço nesse sentido. Mas como eu também falei na fala do conselho, o carro vai para essas estradas rurais e ele é muito destruído.

O carro não fica limpo. Hoje de manhã na garagem, quando chega no meio do dia, o carro tá com só tempo, só tem barro e as pessoas, tem que tráfegar dessa forma, sacolejando, porque é impossível de se ter conforto nessas estradas. Muito obrigado.

Obrigado. Eu chamo agora o senhor Marcos Varanda. Senhor Marcos, por favor, cinco minutos e fique à vontade.

Com a palavra Sr.^a Vanda

Boa noite! Eu sou Marcos Vanda, morador do Jardim dos Pinheiros e integrante do movimento Salve Atibaia, e aqui eu acho que nós estamos num ponto de inflexão bastante interessante. Antes de mais nada, deixo agradecer aos vereadores aqui presentes o Júlio, em especial a Ana Paula Beathalter, que está sempre possível, presente em todas as ocasiões de audiência público e notório saber que o transporte público envolve a cidade toda e vereadores que trabalham pelo povo deviam estar presentes aqui.

Então agradeço em especial a senhora Vereadora Beathalter e ao Júlio. Eu moro em matéria de transporte coletivo, num bairro privilegiado, uma demanda baixa e é. E existe um problema ali, porque o transporte requer também estradas boas, estrada com asfalto. E quando você faz uma reforma numa Jerônimo de Carvalho e você consegue colocar oito lombadas e entre o bairro Ressaca e o Centro, que dá aproximadamente um quilômetro e meio, a cada duzentos metros você tem uma lombada.

Isso dificulta o trânsito. É questão de educação. Então, educar as pessoas é muito interessante também. Nas rodovias de Carvalho há um retorno onde o ônibus faz o retorno e para que ele possa fazer o retorno, ele tem que tomar todo o lado direito e depois, quando embica, ele fecha a via, sendo que cento e cinquenta metros à frente, a via larga e aí a possibilidade de ele fazer o retorno sem necessidade. Eu estou bastante decepção com todos os secretários de mobilidade dessa cidade. Está ajudando a aprovar planos de expansão da cidade em área rural. Quando eu ouço o Cléber falar que custa cinquenta reais um passageiro na área rural e a cidade quer crescer para lá, ela parece não estar preocupada com o transporte ou Acredito que o executivo devia ter um olhar mais integrador de todas as secretarias.

Uma coisa que a gente está ouvindo aqui, é o passageiro que chega a ficar duas horas no terminal rodoviário. Eu espero que esses terminais rodoviários sejam acolhedores, cobertos, protegidos de chuva, protegidos de sol. Os pontos de ônibus todos eles protegidos. Eu acho que as pessoas que não usam o transporte público não tem a ideia do quanto é horrível. Você ficar num ponto de ônibus que você tem o horário marcado.

Você sabe que ele vai chegar. Determinada hora você se pergunta pra chegar cinco minutos antes e ele atrasa quarenta minutos. Aí você fica debaixo de sol e você fica debaixo de chuva. Então o meu pedido é esse olhar com o coração. Foi isso que nós ouvimos aqui. Cuidar do cidadão. Administração pública. Política partidária de quatro em quatro anos muda.

Funcionário público não muda. Então, o funcionário público que assessora esses secretários que trabalham com coração, sabe? E é isso que eu peço. Eu vou pedir especificamente o ouvidor de todas as atas de audiências públicas sejam publicadas na sua íntegra escrita e não com referência ao minuto do vídeo onde foi dito, porque nem todo mundo vai ter acesso ao vídeo.

Agora não está sendo mais transmitido os vídeos das audiências então que todos, porque é digital, o custo não vai aumentar. É só alguém para a Gazeta para fazer a digitação. O próprio solo de se auto digitar. Então, por favor, senhor Ouvidor, que todas as atas tenham o texto explícito em cada um deles. Eu acho que é só isso. Obrigado.

Obrigado, senhor Marcos. As atas são transcritas. Tá, a gente está fazendo uma revisão, na verdade, da legislação, mas a princípio vai ser mantida a transcrição. O que a gente está tentando mudar é para que o vídeo, a tela fique de forma permanente, disponível para acesso a qualquer momento oficial. Talvez o vídeo não está perfeito, mas a ideia é que seja transcrita.

A última passou a data do vídeo horário. Eu posso mandar como foi feito, então a gente vai corrigir isso, tá bom? Desculpa, eu não sei que é cinco minutos. Eu acho que eu tenho direito a cinco minutos. Falta aqui mais quinze segundos. Então eu gostaria possível de ter acesso a todas as informações que foram passadas aqui. Senhor Cléber, que falou sobre número de ônibus ou de passagem, não de passageiro, demanda.

É possível isso? Eu agradeço. Pode solicitar pelo andar aqui, senhor Marcos.

O senhor pode solicitar pelo 1doc e ter acesso a todo o material, qualquer outra informação que o senhor julgar específico. E agora a gente agradecer pelas colocações formais com relação ao todo do sistema, com relação a uma demanda específica. O raio de giro que vai ser considerada e eu acho que é isso, a colocação o senhor fez,

Atos do Poder Executivo

mas é só solicitar que a gente entregue, inclusive, até a apresentação na íntegra.

Não tem problema nenhum.

Coma palavra o vereador Júlio Cuba:

Vou chamar agora para que faça uso da palavra. O vereador Júlio Cuba por favor, Júlio, cinco minutos para formular a pergunta ou sugestão ou questionamento.

Boa noite a todos. Quero aqui fazer o cumprimento ao presidente da seção, Sr. Marcos Melo, Ouvidor do nosso município, no qual saúdo toda a mesa que está sendo composta. Deixo aqui o cumprimento também a minha companheira de Câmara Municipal, Ana Beathalter e a todos os presentes. Faço questão também de deixar minha participação nessa audiência pública, no qual eu penso ser muito importante.

Inclusive, já deixo a sugestão para que possamos fazer mais audiências públicas relacionados a esse tema, pois é tema de grande debate na nossa cidade e eu acredito que é uma das principais pautas e desafios para esse governo, para os próximos governos, que é a questão do transporte público e a questão da mobilidade urbana. Alguns companheiros que me antecederam, no qual cumprimento aqui o Léo foi muito feliz quando diz que há quarenta anos estamos discutindo o transporte público, mas historicamente, na nossa cidade, há três anos que historicamente estamos indo para três anos que a prefeitura está subsidiando o transporte.

Então estamos falando de valores milionários, valores que por mês, aí chegam aproximadamente a dois milhões de reais que está sendo subsidiado ao transporte público e o resultado da qualidade. Infelizmente, como eu digo, nós na Câmara de Vereadores acabamos sendo também ali muita das vezes a linha de frente das sugestões, opiniões, reclamações. Como já tive oportunidade de conversar com o Sr. Carlos, representante da sua Atibaia, no qual fui muito bem atendido, com grande educação, mas precisamos mais transparência também nesse dinheiro que está sendo, eu digo eu, investido nessa empresa de transporte público. Eu além de eu ser vereador no quadro, não nego que sou um agente político, sou um agente público também sou um empresário nessa cidade, mas estou aqui como representante da nossa população, no qual eu fui eleito de maneira democrática.

Então já deixo aqui também essa sugestão e fico muito triste por que esses números também não foram apresentados mês a mês. O quanto a prefeitura está subsidiando a empresa? Sou Atibaia e também fico muito triste, pois a gente sempre estamos. Ultimamente falamos muito em estudo, estudo, estudo e estudo. Temos que fazer estudo, estudo, estudo e muita das vezes quando vem a resposta no qual recentemente, através de requerimento na Câmara Municipal e aonde esse vereador ele questionou o porquê da redução de veículos, pois a gente sabe que o contrato exigido, salvo engano, por mais que o senhor Carlos colocou aqui no contrato de setenta e cinco veículos que a cidade teria que ter, exatamente, eu ia dizer oitenta e cinco, salvo engano o senhor Carlos de setenta e cinco. E após o nosso requerimento e a nós o nosso questionamento, a prefeitura nos deu a resposta que estavam rodando com sessenta e cinco veículos na cidade de Atibaia devido a um estudo e esse estudo demonstrou que sessenta e cinco veículos atendia a demanda da nossa cidade.

Mas não é isso que no dia a dia a gente tem visto na ponta. Não é isso que no dia a dia a gente tem visto com a nossa população? Muita das vezes a gente está vendo linhas superlotadas, com passageiros em pé, ônibus lotados e aí a gente recebe, a gente recebe uma resposta dizendo que devido a estudos a gente está com sessenta e cinco veículos rodando.

Então eu gostaria também de deixar isso registrado, que fosse colocado em ata e que fosse também respondido, pois a gente eu acredito, como diz o nosso amigo que antecedeu também, que a gente também precisa agir com o coração. E é isso. Muita das vezes a gente é para

que a gente também aja com o coração e representante do nosso povo. O interesse público. Ele precisa nesse momento prevalecer o interesse privado. Isso é muito importante. Então, com todo respeito ao representante, senhor Carlos, como eu disse, sempre fui muito bem recebido, mas com todo respeito, nunca que a empresa vai chegar aqui e ela vai falar que ela está tendo lucro. Isso é algo anormal. Um dia a gente vem para uma audiência pública e a empresa falar que ela não precisa mais do subsídio da prefeitura, porque os passageiros estão dando lucro para ela.

Só que a gente precisa do apoio do poder público, então a gente precisa que a prefeitura também esteja do lado da população, pois o que a gente vê é que todos os estudos, sempre quando a gente fala em estudo e estudo, estudo nunca está sendo a favor da nossa população. E eu acabei de citar que um exemplo, quando a gente fala que foi feito um estudo e no estudo diz que poderia reduzir os veículos na rua, poderia reduzir os horários no qual eu já trago aqui mais um pleito também e me comprometi em trazer.

É da classe trabalhadora hoje, do setor gastronômico da nossa cidade, no qual tem grande dificuldade e queria até deixar uma sugestão para que fosse feito um estudo de viabilidade de um transporte de uma linha alternativa no horário que atenda também esses trabalhadores, pois como até mencionado aqui pelo Cléber, o último horário nosso é às onze horas da noite, às vinte e três da linha.

E esse horário é, infelizmente ou felizmente, porque são trabalhadores que que estão dando o seu melhor para nos atender muitas das vezes. Aí no qual a gente vai para um happy hour, vai usufruir do setor gastronômico da nossa cidade. Eles não tem, eles não estão, não estão tendo a condição de usar o transporte público, pois o horário não, não está sendo compatível ao horário trabalho deles.

Então já deixo aqui essa sugestão e que seja feito esse estudo de viabilidade de uma linha alternativa, seja só para atender essa classe de trabalhadores, pois é uma classe muito alta na nossa cidade e muitos deles hoje estão deixando de usar o transporte público. E tem um relato, estão indo a pé, andando quilômetros e quilômetros até a sua residência, porque não tem o transporte público para atender.

Então isso peço esse apoio, essa. Deixo aqui essa sugestão à prefeitura para que possa também se colocar em benefício do nosso, da nossa população. Já deixo essa pergunta diante desses números que o contrato supostamente aí não está sendo atendido, porque também quando a gente sempre fala que a gente faz o que diz o contrato, mas diante de muitos relatos e isso é um sentido, Então se a gente tem que ter oitenta ônibus hoje na, rua rodando, teria que ter oitenta ônibus e não sessenta e cinco para atender a nossa população.

Qual que a medida que a prefeitura vem fazendo e qual é a motivação para fazer aí um possível rompimento desse contrato? Uma intervenção, Pois também pensamos. Que a prefeitura, ela tem total condição e capacidade também para fazer uma intervenção, para que possa haver esses números de perto, como eu disse, com total respeito à empresa.

Eu vou pedir para você concluir que transcorreu esse bônus.

Então, só para concluir, deixo aqui essa sugestão e mais duas sugestões que a gente tem recebido. Bastante relato também em relação a essa integração, porque hoje a integração usuários que pagam no dinheiro, conforme até já colocado aqui, não tem condição de fazer essa integração. Se existe também já algum estudo de modernização desse sistema e um exemplo que possa ser o cartão também possa ser pago dentro do ônibus se já existe algum estudo.

E outra questão é que a questão do que eu vi aqui que está tendo até está numa fase de busca de emenda para fazer o terminal ali da Luanda da Ressaca. Ali é uma região que inclusive o dia eu tive a oportunidade de conversar com o Carlos. É uma região que está sendo bastante adensada da nossa cidade e estamos tendo diversas preocupações em relação a mobilidade.

Se é possível pensar também numa alternativa nova, de que essa esse

Atos do Poder Executivo

terminal não seja feito ali devido a uma questão de mobilidade, Então deixo aqui só essas minhas sugestões e minha contribuição. Obrigado. Obrigado Júlio ai pelas colocações e agradeço a sua presença. E também eu marquei alguns pontos aqui. Você sabe que a gente também. Se ficar alguma dúvida, está sempre à disposição. Mas só pra esclarecer algumas coisas que são colocadas aqui, a gente coloca aqui está quarenta anos discutindo o transporte público. Não, eu não coloquei isso que a gente está há quarenta anos discutindo o transporte público, o sistema de transporte público.

Ele existe há quarenta anos e em dois mil ficou pronta o primeiro estudo do sistema de transporte público. Então eu acho que é assim até algumas colocações. Você por que você fez? Você pede que seja feito um estudo para colocar ou não uma linha para estudar ou não a viabilidade. Então a gente precisa que tudo também passe por um estudo para ter uma análise técnica também, que não seja feita somente por nós. É lógico que a primeira é feita por nós e é depois. A gente depende dessas consultorias que nos ajudam a chancelar essas questões que nós colocamos com relação requerimento que foi enviado ai pelo pelo nobre vereador.

E a pergunta foi quantos veículos consta na operação da empresa? A gente colocou que hoje, de acordo com a demanda e o custo de operação que existe, eram setenta e sessenta e seis e setenta e cinco, veio sessenta e seis operação e setenta e cinco na frota operacional. Eu gostaria que isso constasse também com relação essa linha alternativa. E não tem problema de um de nós estudarmos, inclusive na linha zero oito Ali, que abrange a região. Lucas Nós temos hoje alguns horários de sexta e sábado, por exemplo, para atender especificamente o setor gastronômico em que os veículos partem lá da região, ali em cima da Lucas, próximo Ali Atibaia vira o hotel também e sai de lá meia-noite e meia e o que eu coloco aqui e volto a colocar é que a gente tem que ter esse cuidado ou quantos veículos rodam e qual a quantidade de horários que não é.

A gente sempre tem o olhar social, mas tem um custo. E eu vi que o vereador cobrou e falou novamente sobre o subsídio. Mas a gente também tem que ter esse olhar para aumentar esse subsídio cada vez mais e onerar essa conta. Então isso que a gente coloca várias situações aqui com relação ao terminal do Luanda, ali, rêsaca.

Eu agradeço a colocação e a emenda não está em fase de busca, ela já está em fase de crédito. A emenda já foi cadastrada nós entregamos todos os documentos, mas eu vou fazer constar essa relação, essa colocação com relação a Luanda, com relação à integração, é difícil ter o modelo dentro da forma como nós funcionamos hoje, porque é preciso que se tenha o cartão para fazer a integração mesmo.

Nós podemos buscar algum modelo, mas isso a gente vê que funciona em alguns lugares, quando tem o terminal fechado. Como nós temos todos os terminais abertos, ele fica complicado dentro do modelo de sistema que nós temos. Mas também nada nos impede de considerar essa situação. Tá bom? Obrigado aí pela presença da sua pessoa também cumprimentar a vereadora Ana Paula, que está presente aqui e fazendo constar obrigado.

Transcorreu aí três horas e onze minutos de audiência pública. Gostaria de comunicar que a audiência lá foi gravada, será transcrita e publicada no Imprensa Oficial. Gostaria de registrar aqui a presença da vereadora Ana Paula Alter, do vereador Júlio Cuba, que fez uso da palavra e gostaria de agradecer a presença de toda a população, de todos que estiveram presente.

O Carlos quer se manifestar mais uma vez, então fique à vontade.

Com a palavra o Sr. Carlos representante da Soul.

Nobre vereador, é só pra constar. Eu disse setenta e cinco carros operacionais. O contrato realmente são oitenta e oito carros, mas operacional hoje nós estamos com setenta e cinco. Tá bom. Então. Trânsito transcorrido aí agora nove horas e doze minutos, horas e doze minutos de audiência. Se alguma pergunta e ficou sem ser formulada,

alguém da plateia não conseguiu se manifestar, Pode, Pode dirigir se a pergunta através da Ouvidoria Geral do Município, da plataforma Digital DOC ou por e-mail, que será direcionada à Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano, para que responda aí no prazo de quinze dias, tá?

Então, qualquer dúvida a gente está à disposição. Ouvidoria Agradeço a presença de todos que contribuíram e participaram dessa reunião e dou por encerrada, então, por transcorrer o prazo de três horas de audiência.

Na sequência, como ninguém mais quis fazer uso da palavra, a reunião foi encerrada, e a presente ata foi lavrada, reproduzindo fielmente tudo o que foi discutido e deliberado na ocasião. Esta ata vai com as assinaturas de todos os presentes, os quais, ao assiná-la, concordam com o inteiro teor do que aqui está disposto e reconheceram que a presente ata é um reflexo da verdade e da integralidade do conteúdo da reunião.

Compras, Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura da Estância de Atibaia, torna público para conhecimento dos interessados a abertura das seguintes licitações:

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 13.859/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 092/2024. Objeto: aquisição de mobiliário (cadeiras, armários, conjuntos aluno e professor), destinado ao uso nas unidades escolares da rede municipal de ensino, com recursos da emenda parlamentar conforme termo de compromisso 2023.00101. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 11/04/24 ÀS 16H00. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/24 ÀS 08H30.

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 16.088/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2024. OBJETO: registro de preços para eventual aquisição de material farmacológico destinado ao cumprimento de determinação judicial sem indicação de marca, lista 03_2024, com entregas parceladas por um período de 12 (doze) meses. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 11/04/24 ÀS 16H00. ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTAS - INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: 12/04/24 ÀS 08H30.

Para aquisição do edital, os interessados deverão acessar os sites <http://www.atibaia.sp.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br ou, ainda, na sede da Prefeitura da Estância de Atibaia, em dias úteis da 10 h às 16 h, após recolhimento do valor correspondente ao custo das cópias que serão fornecidas.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Sidney de Oliveira Poloni

Secretário de Administração

Atos do Poder Executivo

AVISO – ESCLARECIMENTO E NOVA DATA

Sidney de Oliveira Poloni
Secretário de Administração

PROCESSO ELETRÔNICO N° 14.148/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 083/2024. OBJETO: contratação de prestação de serviço de home care para tratamento de paciente, em cumprimento de determinação judicial, pelo período de 12 (doze) meses. A Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que foi REDESIGNADO para até as 16h00 do dia 12/04/2024 NOVA DATA para RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS, sendo agendado para o dia 15/04/2024 às 08h30m INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Informamos que a ATA DE ESCLARECIMENTO encontra-se disponível nos sites <http://www.atibaia.sp.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br ou, ainda, na sede da Prefeitura da Estância de Atibaia, em dias úteis da 10 h às 16 h, após recolhimento do valor correspondente ao custo das cópias que serão fornecidas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Sidney de Oliveira Poloni
Secretário de Administração

AVISO DE NOVA DATA

PROCESSO ELETRÔNICO N° 7.146/2024 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 005/2024. Objeto: contratação de empresa especializada com fornecimento de material e mão de obra para serviços de revitalização de espaço existente destinado ao Parque Temático Cidade do Morango, no município de Atibaia/SP – CONVÊNIO DADE N.º 160/2023. Tornamos público que foi REDESIGNADO para às 09h00 do dia 15/04/2024 NOVA DATA para INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS.

Informamos que o EDITAL CONSOLIDADO encontra-se disponível nos sites <http://www.atibaia.sp.gov.br>, www.portaldecompraspublicas.com.br ou, ainda, na sede da Prefeitura da Estância de Atibaia, em dias úteis da 10 h às 16 h, após recolhimento do valor correspondente ao custo das cópias que serão fornecidas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Sidney de Oliveira Poloni
Secretário de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO

PROCESSO ELETRÔNICO N° 12.968/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 074/2024 . OBJETO: contratação de prestação de serviço de locação de motocicleta do tipo motolância padrão SAMU, sem condutores, incluindo os serviços de manutenção preventiva, corretiva, demais serviços e acessórios, de forma parcelada pelo período de 12 (doze) meses. A Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados, a SUSPENSÃO do presente certame para análise de pedido de impugnação e questionamentos formulados por empresas interessadas no presente certame.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de março de 2.024.

AVISO – JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO N° 13.729/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 082/2024. OBJETO: registro de preços para eventual aquisição de cama empilhável infantil, lençol de baixo e de sobrepor, destinadas ao uso dos alunos das creches municipais e comunitárias da rede municipal de ensino, com entregas parceladas, pelo período de 12 (doze) meses. A Secretaria de Educação, no uso de suas atribuições, informa aos interessados que encontra-se disponível no site www.prefeituradeatibaia.com.br ATA que trata sobre JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO apresentada por empresa interessada no presente certame.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Sidney de Oliveira Poloni
Secretário de Administração

AVISO DE ESCLARECIMENTO

PROCESSO ELETRÔNICO N° 12.950/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 075/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual fornecimento e preparação de alimentação no local ou transportada (em caixas térmicas tipo hot box); servidas em sistema de buffet (self service), de forma parcelada, por um período de 12 (doze) meses. A Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições, informa aos interessados que encontra-se disponível no site www.prefeituradeatibaia.com.br a ATA DE ESCLARECIMENTO que trata sobre questões formuladas por empresa interessada no presente certame.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Sidney de Oliveira Poloni
Secretário de Administração

ANÁLISE DE DOCUMENTOS (ENVELOPE N.º 02) E PRAZO DE RECURSO

PROCESSO ELETRÔNICO N° 11.557/2022 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 031/2023 OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de ensaios de bombeamento para dimensionamento de barreiras hidráulicas; instalação de poços de monitoramento de gases, de poços subslab e poços de monitoramento de água; monitoramentos de gases e de metano (limite inferior de explosividade), de água subterrânea e superficial; remediação por injeção de ar e extração de vapor, na área de transbordo, próxima do antigo aterro Caetetuba, Atibaia/SP, e seu entorno imediato. Tornamos público que a Comissão Permanente de Licitações HABILITOU no presente certame a empresa AVATZ GEOLOGIA E ENGENHARIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, por ter cumprido com todas as exigências Editalícias. Desta forma, nos termos do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, concede-se o prazo legal para que, querendo, os interessados interponham recurso acerca desta decisão. Notificamos ainda que a Ata de análise da documentação encontra-se disponível para consulta aos interessados no site: <http://www.atibaia.sp.gov.br>

Atos do Poder Executivo

www.atibaia.sp.gov.br - Transparência Pública.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor do Departamento de Licitações

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 65.165/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de avaliações e possíveis adequações nas contas de energia elétrica, visando a redução de valores e a recuperação dos valores pagos indevidamente à concessionária de energia. DECISÃO DE RECURSO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e em especial a manifestação da Sra Pregoeira, que acato na íntegra, nos termos do Art. 164 da Lei Federal 14.133/2021, CONHEÇO o recurso apresentado pela empresa INOVVE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, tendo em vista sua tempestividade, para no mérito DAR-LHE provimento, INABILITANDO a empresa a IMPULCETTO SERVIÇOS ELÉTRICOS EIRELI no presente certame. A Secretaria de Administração para continuidade dos atos administrativos Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 25 dias do mês de março de 2024. Sidney de Oliveira Polony Secretário de Administração

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 4.171/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 046/2024. OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de termômetros digitais, destinados ao uso nas cozinhas das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses. DECISÃO DE RECURSO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e em especial a manifestação da Sra. Pregoeira, que acato na íntegra, nos termos do Art. 164 da Lei Federal 14.133/2021, CONHEÇO o recurso apresentado pela empresa PHOENIX COMERCIAL DE INFORMÁTICA, PAPELARIA E MÓVEIS LTDA tendo em vista sua tempestividade, para no mérito NEGAR-LHE provimento, mantendo inalterado a decisão de CLASSIFICAÇÃO da proposta apresentada pela recorrida INSMART COMÉRCIO DE EQUIP. LTDA., para o item 02 do presente certame. A Secretaria de Administração para continuidade dos atos administrativos. Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 26 dias do mês de março de 2024. Eliane Doratiotto Endsfieldz Secretária de Educação

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor do Departamento de Licitações

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 59.973/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 020/2024. OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de material pedagógico esportivo, destinados ao uso dos alunos nas aulas de educação física nas unidades escolares da rede municipal de ensino da secretaria de educação, com entregas parceladas, pelo período de doze (12) meses. RERRATIFICAÇÃO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, nos termos do Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, RERRATIFICO a HOMOLOGAÇÃO constante dos autos nos seguintes termos: Onde se lê: ANCORA REDES ESPORTIVAS LTDA., para os itens 37 (R\$

450) e 38 (R\$ 168,80); Leia-se: ANCORA REDES ESPORTIVAS LTDA., para os itens 37 (R\$ 4,50) e 38 (R\$ 168,80); Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 26 dias do mês de março de 2024. Eliane Doratiotto Endsfieldz Secretária de Educação

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor do Departamento de Licitações

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 7.891/2024 - CONCORRÊNCIA Nº 006/2024. OBJETO: Contratação de empresa especializada, com fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de macrodrenagem com pavimentação da Av. Jerônimo de Camargo, Lote I, integrante do Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Atibaia/SP – PRODEURB – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BRA-36/2022 – FONPLATA. HOMOLOGAÇÃO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e em especial a manifestação da Comissão de Contratação, que acato na íntegra, nos termos do Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, declaro FRACASSADO o presente certame e, HOMOLOGO o procedimento licitatório em referência. Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 25 dias do mês de março de 2024. Virgílio José Guatura Secretário de Obras Públicas

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 3.985/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 042/2024. OBJETO: registro de preços para eventual aquisição de nobreaks e notebooks, destinados ao uso das secretarias municipais da prefeitura da Estância de Atibaia, com entregas parceladas por um período de 12 (doze) meses. HOMOLOGAÇÃO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e em especial a manifestação do Sr. Pregoeiro, que acato na íntegra, nos termos do Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos valores unitários, entre parenteses, ofertados pela empresa adjudicatária conforme descrito abaixo: IRMAOS RIGO COMERCIO E ASSISTENCIA EM INFORMATICA LTDA, para os itens 01 (R\$ 3,599,00) e 02 (R\$ 3.599,00); E. Y. DA R. KAWASAKI, para os itens 03 (R\$ 302,99) e 04 (R\$ 302,99); Ao Departamento de Compras e Licitações para registro da homologação, publicação, Lavratura da Ata de Registro de Preços, Registro no sistema de licitações, controle e emissão das Autorizações de Fornecimento e demais anotações legais. Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 26 dias do mês de março de 2024. Kellen Maria Sartori Secretária de Planejamento e Finanças.

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 4.881/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 050/2024 OBJETO: registro de preços para eventual aquisição de capas para colete tático modular para uso do efetivo da guarda-civil municipal de Atibaia, com entregas parceladas por um período de 12 (doze) meses. HOMOLOGAÇÃO Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, e em especial a manifestação do Sr. Pregoeiro, que acato na íntegra, nos termos do Art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, HOMOLOGO o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2024, referente ao objeto em epígrafe, com os respectivos valores unitários, entre parenteses, ofertados pela empresa adjudicatária conforme descrito abaixo: 24.838.277 SAYMON GOMES PEREIRA., para o lote 01, pelo valor total ofertado de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), sendo

Atos do Poder Executivo

os unitários: item 01 (R\$ 512,50), 02 (R\$ 512,50), 03 (R\$ 512,50), 04 (R\$ 512,50) e 05 (R\$ 512,50); Ao Departamento de Compras e Licitações para registro da homologação, publicação, Lavratura da Ata de Registro de Preços, Registro no sistema de licitações, controle e emissão das Autorizações de Fornecimento e demais anotações legais. Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 26 dias do mês de março de 2024. Cauê Andreassi Nunes Secretário da Segurança pública e Defesa Civil.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Departamento de Licitações, sito à R Bruno Sargiani, 100, Vila Rica, Fone: 11 4414-2000

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor do Departamento de Licitações

AVISO DE DECISÃO DE RECURSO

Processo Eletrônico n.º 61.876/2023 Concurso n.º 012/2023 Objeto: Seleção de propostas de apresentações e atividades artísticas e culturais presenciais para serem realizadas no Festival Literário 2.024. DECISÃO DE RECURSO Vistos, Em face dos elementos constantes no presente processo administrativo, CONHEÇO o recurso interposto pelo proponente Paulo Henrique Neves Novaes, do qual NEGO PROVIMENTO mantendo sua PONTUAÇÃO. Retornem os autos à Secretaria de Administração, para os fins legais. Publique-se na forma da lei. Prefeitura da Estância de Atibaia, aos 26 dias do mês de março de 2024. Maria da Glória Carvalho Ribas Diniz Secretária de Cultura.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor do Departamento de Licitações

AVISO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 16.405/2024 – INTIMAÇÃO – ASSUNTO: Apuração de responsabilidade da empresa ALFA EXCELÊNCIA DIAGNÓSTICA LTDA referente ao Processo Eletrônico n.º 62.449/2023 (Pregão Eletrônico n.º 11/2024) que trata de Registro de Preços para eventual prestação de serviços de exames laboratoriais, de forma parcelada por um período de 12 (doze) meses. De acordo com o relatado nos autos pela Secretaria de Saúde a empresa teria causado transtornos e prejuízos a esta Administração em decorrência do descumprimento de obrigações e condições pactuadas no Edital do referido Pregão Eletrônico, especificamente os itens 1.4.1 (“A DETENTORA deverá possuir posto de coleta com distância máxima de 30 Km do município, devidamente documentada com alvará de funcionamento sanitário, no prazo máximo de 30 dias a partir da homologação do registro de compra, para efetuar coletas complementares que se fizerem necessárias evitando grandes deslocamentos dos pacientes.”) e 1.4.8 (“Fica sob total responsabilidade da DETENTORA o custeio para integração/manutenção de resultados com o atual sistema do laboratório (interface entre sistemas)”) do Anexo I – Termo de Referência. Sendo assim, INTIMAMOS a empresa ALFA EXCELÊNCIA DIAGNÓSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 20.423.730/0001-02, para apresentar defesa prévia escrita e especificar as provas que pretenda produzir, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, nos termos do Artigo 156, III da Lei 14.133/2021, cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços n.º 52/2024 e multa rescisória de até 10% (dez por cento) nos termos do Item 13.8 do Edital. Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito. Secretaria de Saúde, 25 de março de 2024. Grazielle Cristina Dos Santos Bertolini. Secretária

de Saúde.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, 26 de março de 2024.

Everaldo da Silva
Diretor do Depto. de Licitações

AVISO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 15.616/2.024 - INEXIGIBILIDADE N.º 041/2.024. DESPACHO. Vistos, Autorizo a inexigibilidade de licitação para CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA COM ORQUESTRA FUNGAGÁ COM DOIS GIRASSÓIS PARA COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO FESTIVAL LITERÁRIO 2024 a ocorrer na data de 27 de abril, através da empresa 27.833.830 ALOISIO CEZAR BATISTA DE OLIVEIRA, no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fundamento Artigo 74 Inciso II da Lei de Licitações n.º 14.133/21, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral do Município constante nos autos, e determino a publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em conformidade com o disposto no Artigo 94 da mesma lei. Retorne-se o processo à Secretaria de Administração para os fins legais. PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, aos 25 dias do mês de março de 2.024. Maria da Glória Carvalho Ribas Diniz - Secretária de Cultura.

.Secretaria de Administração, aos 25 dias do mês de Março de 2.024.

.Everaldo da Silva
.Diretor do Departamento de Licitações

EMPRESA COM CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL DEFERIDO

PROTOCOLO: N.º 16.276/2024
ASSUNTO: INSCRIÇÃO NO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL N.º 044/2024
INTERESSADO: CS BRASIL FROTAS S.A.
JULGAMENTO: 26/03/2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – 26 de março de 2024.

Sidney Poloni de Oliveira
Secretário de Administração

EXTRATO DE CONTRATOS

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 12.735/2.024 – DISPENSA N.º 001/2.024 – TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 028/24 – Contratante: Prefeitura da Estância de Atibaia – Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL – SENAI – Objeto: Contratação de empresa especializada em curso para Operador de torno CNC com unidade móvel – Vigência: 02 (dois) meses – Valor: R\$ 54.900,00 – Assinatura: 22/03/2024.

PROCESSO ELETRÔNICO N.º 25.783/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 186/2022 – 1º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 109/22 – Contratante: Prefeitura da Estância de Atibaia – Contratada: WEB MASTER BRASIL INFORMÁTICA LTDA – Objeto: Reajuste de preços conforme previsto em contrato – Valor: R\$ 88.875,43 – Assinatura: 25/03/2024.

Divisão de Contratos, 26 de Março de 2.024.

Everaldo da Silva
Diretor de Departamento de Licitações

Atos do Poder Executivo

Secretaria de Mobilidade e Planejamento Urbano

Planimilha I

Edital de Notificação

Notificação	IDoc	Nome Responsável	Local do Imóvel	Bairro	Assunto
162/24	486/24	Noel Rosa de Miranda	Rua Paimeiras 477 – Quadra 36 – Lotes 08 a 10 P SL 04	Jardim Imperial	Construção de Calçada (Rua Petrópolis)
214/24	502/24	Domicio Antônio dos Santos	Rua Cândido Nilo Cursino – Quadra 08 – Lote 14	Jardim Maristela	Reparos na (s) Calçada (s) (capinação bem como fechamento de buracos e fissuras)
220/24	522/24	Luiz Vieira da Silva	Rua Guarujá 117 – Quadra 05 – Lotes 07 10	Jardim Jaraguá	Remoção de Materiais da Calçada
225/24	565/24	José Batista Moura	Avn. São Carlos 265 – Quadra 26 – Lote 03	Jardim do Lago	Reparos na (s) Calçada (s) (capinação bem como fechamento de buracos e fissuras)
251/24	595/24	Aparecida Ferreira de Lima – Espolio	Rua 18 de Julho 118 – Lote 20	Jardim Suely	Construção de calçada
292/24	839/24	Decio Antonio Colombo	Rua Aluisio Oliveira Da Costa- Quadra C- Lote 56	Vila Petrópolis	Reparos na (s) Calçada (s) (capinação bem como fechamento de buracos e fissuras)
315/24	830/24	My Empreendimentos Imobiliários LTDA	Rua dos Cravos – Quadra 06 – Lote 07	Vale das Flores	Construção de calçada
335/24	1.408/21	Afian Participações e Empreendimentos Ltda	Rua Antonio Gonçalves, n° 145 A E 145 B- Lote Área 02	Ressaca	Reparos na (s) Calçada (s)
373/24	1.065/24	Antonio Carlos Fagundes	Rua Avelina Soares André, n° 99- Quadra L- Lote 01, 20 P SL 01	Jardim Maristela II	Construção de calçada
387/24	1.143/24	Carlos Roberto Ferretti	Rua Piracicaba, N° 155 (Fundos com Al. Santos)- Quadra 18- Lote 02	Jardim Paulista	Reparos na (s) Calçada (s) (limpeza e capinação, bem como fechamento de buracos e fissuras)
391/24	1.147/24	Jose Benedito Leite	Rua Dona Carmela Memolo, n° 85- Quadra A- Lote 08 e 09	Estancia Lynce	Reparos na (s) Calçada (s) (limpeza e capinação, bem como fechamento de buracos e fissuras)
393/24	1241/24	Vicente Benedito Viscome	Rua Dalias 205 – Quadra C – Lotes 54 a 67	Jardim das Flores	Reparos na (s) Calçada (s) (limpeza e capinação, bem como fechamento de buracos e fissuras)
401/24	958/24	Neuza Sanches de Oliveira	Estrada Tupinambas 645 – Quadra DC – Lotes 42/43	Jardim Estância Brasil	Construção de calçada
425/24	1041/24	Andrea Gisele Perassol	Rua Gotas de Orvalho – Quadra 33 – Lote 36	Nova Cerejeiras	Reparos na (s) Calçada (s)
426/24	1.060/24	S E Gomes Construtora Ltda	Estrada Municipal Fazenda Nova Uniao, N° 0- Lote 4B	Caetetuba	Reparos na (s) Calçada (s) (*Remover mato, limpar, concretar e nivelar falhas no piso da calçada)
458/24		MFP – Empreendimentos Imobiliários LTDA	Rua Angelica Dourada – Gleba 02 P 02 A – P L I	Mato Dentro	Construção de calçada
465/24	1.125/24	Antonio Miguel	Avenida Dom Pedro II, N° 0/ N° 0- Quadra 52- Lote 15 e 16	Jardim Imperial	Reparos na (s) Calçada (s) (*Remover mato, manter limpo, nivelar, concretar falhas e faixa na terra)
473/24	1.214/24	Ivo Paes de Almeida	Avenida Imperial, n° 850- Lote 18495	Brotas ou Caetetuba / Jardim Imperial	Reparos na (s) Calçada (s) (*Remover mato, manter limpo, nivelar, concretar ou gramar faixa rente ao muro de testada da Av. Imperial entre Sistema de Recreio 18 e lote n° 01 da quadra: 76, ambos do Jardim Imperial)
475/24	1218/24	Alexandre Costa da Silva	Rua dos Estudantes 210 – Quadra 62 – Lotes 07 08 45 46	Jardim Imperial	Reparos na (s) Calçada (s)
479/24	1255/24	Sonia Sayuri Takano	Pça. Jucelino Kubistchek de Oliveira 104 – Quadra 04 – Lote 35	Vila Rica	Reparos na (s) Calçada (s)
484/24	1279/24	Benedito do Prado	Rua das Flores 50/54 – Quadra 27 – Lote 16	Jardim das Cerejeiras	Reparos na (s) Calçada (s)
529/24	1281/24	Dovil Estamparia LTDA – ME	Rua Jacaranda Violeta – Gleba 3 C P SL 3	Mato Dentro	Construção de calçada
Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, situado à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800, opção 02.					

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização
e Controle de Mobilidade Urbana

Página 1



Atos do Poder Executivo

Referente ao AIM 8906 Fiscalização 428/2024

A Prefeitura da Estância de Atibaia com amparo do artigo 5º e 8º da Lei Complementar Nº 298/99 e atualizada pela lei complementar 859/21 notifica o(a) Sr.(a) **MARIA LUCIA MENDES**, com endereço de correspondência na **AVN. Juca Peçanha 1160 – Chácara das Pedras - Atibaia/SP** que a partir da publicação desta fica penalizada com auto de infração e multa, no valor correspondente a **300 UVRM'S**, pelo **não atendimento** da notificação de nº **F.M.U 1.127/2023** referente a **Efetuar Reparos na Calçada (s)**, do imóvel de sua propriedade situado na **AVN Juca Peçanha 1.160 – Chácara das Pedras- Atibaia/SP** devendo efetuar o recolhimento do valor devido ou apresentar defesa no prazo de **30 (trinta) dias**.

O não atendimento deste, haverá prosseguimento do processo, sujeito às sanções previstas pela Legislação Vigente.

Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, sito à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800.

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização e
Controle de Mobilidade Urbana

Referente ao AIM 8926 Fiscalização 3.655/2023

A Prefeitura da Estância de Atibaia com amparo do artigo 5º e 8º da Lei Complementar Nº 298/99 e atualizada pela lei complementar 859/21 notifica o(a) Sr.(a) **WALDOMIRO HENRIQUE BRAGA**, com endereço de correspondência na **Rua Dr. Pedro Calil Padis 404 - Loanda - Atibaia/SP** que a partir da publicação desta fica penalizada com auto de infração e multa, no valor correspondente a **300 UVRM'S**, pelo **não atendimento** da notificação de nº **F.M.U 1.230/2023** referente a **Efetuar Reparos na Calçada (s)**, do imóvel de sua propriedade situado na **Rua Dr. Pedro Calil Padis – Quadra 13 – Lotes 249 250 – Loanda - Atibaia/SP** devendo efetuar o recolhimento do valor devido ou apresentar defesa no prazo de **30 (trinta) dias**.

O não atendimento deste, haverá prosseguimento do processo, sujeito às sanções previstas pela Legislação Vigente.

Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, sito à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800.

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização e
Controle de Mobilidade Urbana

Referente ao AIM 8944 Fiscalização 4.168/2023

A Prefeitura da Estância de Atibaia com amparo do artigo 5º e 8º da Lei Complementar Nº 298/99 e atualizada pela lei complementar 859/21 notifica o(a) Sr.(a) **Claudio Conde- Espolio**, com endereço de correspondência na **Rua Tolentino Filgueiras, 15- Gonzaga-Santos/SP** que a partir da publicação desta fica penalizada com auto de infração e multa, no valor correspondente a **300 UVRM'S**, pelo **não atendimento** da notificação de nº **F.M.U 1492/2023** referente a **Efetuar a conclusão da construção da calçada (s)**, do imóvel de sua propriedade situado na **Rua João Netto, Nº 0- Quadra: 26- Lote: 10- Jardim Maracanã - Atibaia/SP** devendo efetuar o recolhimento do valor devido ou apresentar defesa no prazo de **30 (trinta) dias**.

O não atendimento deste, haverá prosseguimento do processo, sujeito às sanções previstas pela Legislação Vigente.

Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, sito à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800.

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização e
Controle de Mobilidade Urbana

Referente ao AIM 8945 Fiscalização 4.171/2023

A Prefeitura da Estância de Atibaia com amparo do artigo 5º e 8º da Lei Complementar Nº 298/99 e atualizada pela lei complementar 859/21 notifica o(a) Sr.(a) **Marcos Antonio Cardoso Dos Santos**, com endereço de correspondência na **Rua Toledo Barbosa, 611- Belém- São Paulo/SP** que a partir da publicação desta fica penalizada com auto de infração e multa, no valor correspondente a **600 UVRM'S**, pelo **não atendimento** da notificação de nº **F.M.U 1493/2023** referente a **Efetuar reparos na calçada (s) (*Remover o mato e concretar ou gramar o restante da calçada)**, do imóvel de sua propriedade situado na **Rua João Netto, Nº 0/ Nº 0- Quadra: 27- Lote: 31/ 32- Jardim Maracanã- Atibaia/SP** devendo efetuar o recolhimento do valor devido ou apresentar defesa no prazo de **30 (trinta) dias**.

O não atendimento deste, haverá prosseguimento do processo, sujeito às sanções previstas pela Legislação Vigente.

Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, sito à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800.

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização e
Controle de Mobilidade Urbana

Referente ao AIM 8952 Fiscalização 366/2023

Atos do Poder Executivo

A Prefeitura da Estância de Atibaia com amparo do artigo 5º e 8º da Lei Complementar Nº 298/99 e atualizada pela lei complementar 859/21 notifica o(a) Sr.(a) **MARIA DO CARMO DA CONCEICAO**, com endereço de correspondência na **Rua Prof. Dr. Guilherme do Amaral Lyra 14 A – Vila Fidelis – São Paulo/SP** que a partir da publicação desta fica penalizada com auto de infração e multa, no valor correspondente a **300 UVRM'S**, pelo **não atendimento da notificação de nº F.M.U 143/2023 referente a Efetuar a Capinação e Limpeza da calçada e Reparos da calçada (s)**, do imóvel de sua propriedade situado na **RUA ELDORADO 27 – QUADRA 60 – LOTES 24 25 – JARDIM IMPERIAL- Atibaia/SP** devendo efetuar o recolhimento do valor devido ou apresentar defesa no prazo de **30 (trinta) dias**.

O não atendimento deste, haverá prosseguimento do processo, sujeito às sanções previstas pela Legislação Vigente.

Outras informações poderão ser obtidas na Divisão de Fiscalização e Controle de Mobilidade Urbana, sito à Rua Castro Fafe, 295, 2º Piso, Parque Jerônimo de Camargo, Atibaia-SP, ou pelo telefone 4418-7800.

Gerson Luis da Cruz- Chefe
Divisão de Fiscalização e
Controle de Mobilidade Urbana

Secretaria de Planejamento e Finanças

EXTRATO DO 12º ADITIVO AO CONVÊNIO N.º: 006/2021 - SAÚDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA E A IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE ATIBAIA.

Memorando 1Doc n.º: 65.169/2023

CONVENENTE: Prefeitura da Estância de Atibaia.

CNPJ N.º: 45.279.635/0001-08

CONVENIADA: Irmandade de Misericórdia de Atibaia.

CNPJ N.º: 44.510.485/0001-39

OBJETO: repasse de recursos financeiros adicionais à CONVENIADA, para continuidade às ações do Convênio nº 006/2021 – SAÚDE, visando a Operacionalização de gestão e execução pelo convênio das atividades e serviços de saúde na UPA – Unidade de Pronto Atendimento Porte II 24h Jardim Cerejeiras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) bem como prorrogação de vigência até 30/06/2024.

RECURSOS FINANCEIROS: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e

quinhentos mil reais)

DATA DE ASSINATURA: 26/03/2024

SIGNATÁRIOS: Emil Ono, CPF n.º: 085.001.648-75, Danielle Ferreira de Moraes Cardoso, CPF n.º 228.409.028-18.

A Prefeitura da Estância de Atibaia, através do presente Edital, publicado em conformidade com o disposto no artigo 260 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 280/98 e alterações, **NOTIFICA** aos contribuintes abaixo, que encontram-se cadastrados na Dívida Ativa do Município, para cobrança administrativa/amigável os seguintes **débitos de Auto de Infração e Multa – Diversos:**

<u>NOME</u>	<u>P R O C E S S O</u> <u>ADMINISTRATIVO</u>
MICHAEL JACKSON LINO SANTOS	<u>Fiscalização 002/2024</u>

ATENÇÃO:

Para outros esclarecimentos, abrir um protocolo no site da Prefeitura através do ícone “Atibaia sem papel” ou pelo celular no Aplicativo 1Doc. Em caso de atendimento presencial, agendar um horário para atendimento por meio de mensagem via Whatsapp (11) 9 7014-1797 na Divisão de Relacionamento com o Contribuinte.

A não manifestação no prazo de 30 dias desta publicação implicará na inscrição do débito com posterior propositura de ação executiva fiscal.

A Prefeitura da Estância de Atibaia, através do presente Edital, publicado em conformidade com o disposto no artigo 260 do Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 280/98 e alterações, **NOTIFICA** aos contribuintes abaixo, que encontram-se cadastrados na Dívida Ativa do Município, para cobrança administrativa/amigável os seguintes **débitos de Auto de Infração e Multa – Posturas/Obras:**

<u>NOME</u>	<u>PROCESSO</u> <u>ADMINISTRATIVO</u>
NEYDE UNGARELLI	<u>Fiscalização 1831/2023</u>
WALTER PUGLIESI	<u>Fiscalização 2062/2023</u>

ATENÇÃO:

Para outros esclarecimentos, abrir um protocolo no site da Prefeitura através do ícone “Atibaia sem papel” ou pelo celular no Aplicativo 1Doc. Em caso de atendimento presencial, agendar um horário para atendimento por meio de mensagem via Whatsapp (11) 9 7014-1797 na Divisão de Relacionamento com o Contribuinte.

A não manifestação no prazo de 30 dias desta publicação implicará na inscrição do débito com posterior propositura de ação executiva fiscal.

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.189.813.510,00	1.221.856.515,27	196.571.730,59	16,09	196.571.730,59	16,09	1.025.284.784,68
Receitas Correntes	1.110.890.110,00	1.110.941.849,22	196.098.456,85	17,65	196.098.456,85	17,65	914.843.392,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	418.361.700,00	418.361.700,00	58.620.871,65	14,01	58.620.871,65	14,01	359.740.828,35
Impostos	399.675.900,00	399.675.900,00	56.769.899,98	14,20	56.769.899,98	14,20	342.906.000,02
Taxas	17.123.000,00	17.123.000,00	1.652.802,02	9,65	1.652.802,02	9,65	15.470.197,98
Contribuição de Melhoria	1.562.800,00	1.562.800,00	198.169,65	12,68	198.169,65	12,68	1.364.630,35
Contribuições	13.019.500,00	13.019.500,00	2.435.338,42	18,71	2.435.338,42	18,71	10.584.161,58
Contribuições Sociais	64.300,00	64.300,00	8.231,98	12,80	8.231,98	12,80	56.068,02
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	12.955.200,00	12.955.200,00	2.427.306,44	18,73	2.427.306,44	18,73	10.528.093,56
Receita Patrimonial	9.450.700,00	9.470.369,99	1.572.913,00	16,61	1.572.913,00	16,61	7.897.456,99
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	46.300,00	46.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.300,00
Valores Mobiliários	9.404.400,00	9.424.069,99	1.572.913,00	16,69	1.572.913,00	16,69	7.851.156,99
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	137.823.030,00	137.823.030,00	24.067.798,77	17,46	24.067.798,77	17,46	113.755.231,23
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	700,00	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	137.822.330,00	137.822.330,00	24.067.798,77	17,46	24.067.798,77	17,46	113.754.531,23
Transferências Correntes	499.152.780,00	499.184.849,23	104.764.356,35	20,99	104.764.356,35	20,99	394.420.492,88
Transferências da União e de suas Entidades	168.112.910,00	168.112.910,00	31.743.554,09	18,88	31.743.554,09	18,88	136.369.355,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	218.470.970,00	218.503.039,23	49.436.904,79	22,63	49.436.904,79	22,63	169.066.134,44
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	112.568.900,00	112.568.900,00	23.583.897,47	20,95	23.583.897,47	20,95	88.985.002,53
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	33.082.400,00	33.082.400,00	4.637.178,66	14,02	4.637.178,66	14,02	28.445.221,34
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	25.711.700,00	25.711.700,00	2.683.241,80	10,44	2.683.241,80	10,44	23.028.458,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.127.600,00	1.127.600,00	708.825,39	62,86	708.825,39	62,86	418.774,61
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	6.243.100,00	6.243.100,00	1.245.111,47	19,94	1.245.111,47	19,94	4.997.988,53
Receitas de Capital	78.923.400,00	110.914.666,05	473.273,74	0,43	473.273,74	0,43	110.441.392,31
Operações de Crédito	49.161.000,00	76.400.193,13	473.273,74	0,62	473.273,74	0,62	75.926.919,39
Operações de Crédito - Mercado Interno	49.161.000,00	63.247.581,01	473.273,74	0,75	473.273,74	0,75	62.774.307,27
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	13.152.612,12	0,00	0,00	0,00	0,00	13.152.612,12
Alienação de Bens	2.198.500,00	2.198.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.198.500,00
Alienação de Bens Móveis	301.000,00	301.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	301.000,00
Alienação de Bens Imóveis	1.897.500,00	1.897.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.897.500,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	27.563.900,00	32.315.972,92	0,00	0,00	0,00	0,00	32.315.972,92
Transferências da União e de suas Entidades	20.010.000,00	20.912.072,92	0,00	0,00	0,00	0,00	20.912.072,92
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.553.900,00	11.403.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.403.900,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.427.670,00	11.355.240,64	4.341.756,97	38,24	4.341.756,97	38,24	7.013.483,67
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	1.198.241.180,00	1.233.211.755,91	200.913.487,56	16,29	200.913.487,56	16,29	1.032.298.268,35
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Assinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.198.241.180,00	1.233.211.755,91	200.913.487,56	16,29	200.913.487,56	16,29	1.032.298.268,35
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.198.241.180,00	1.233.211.755,91	200.913.487,56	16,29	200.913.487,56	16,29	1.032.298.268,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	35.483.208,42	0,00	0,00	35.483.208,42	100,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	35.483.208,42	0,00	0,00	35.483.208,42	100,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.196.781.180,00	1.264.629.361,61	553.137.653,41	553.137.653,41	711.491.708,20	152.382.614,71	152.382.614,71	1.112.246.746,90	129.814.495,18	
DESPESAS CORRENTES	1.025.431.210,00	1.039.892.227,29	452.625.945,47	452.625.945,47	587.266.281,82	140.854.362,57	140.854.362,57	899.037.864,72	118.543.418,84	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	431.321.376,00	425.982.174,05	56.209.756,09	56.209.756,09	369.772.417,96	56.209.755,79	56.209.755,79	369.772.418,26	49.367.278,86	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	14.703.000,00	14.703.000,00	3.337.691,23	3.337.691,23	11.365.308,77	3.056.252,13	3.056.252,13	11.646.747,87	3.056.252,13	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	579.406.834,00	599.207.053,24	393.078.498,15	393.078.498,15	206.128.555,09	81.588.354,65	81.588.354,65	517.618.698,59	66.119.887,85	
DESPESAS DE CAPITAL	161.622.860,00	215.010.024,32	100.511.707,94	100.511.707,94	114.498.316,38	11.528.252,14	11.528.252,14	203.481.772,18	11.271.076,34	
INVESTIMENTOS	113.513.960,00	168.870.962,70	70.932.668,44	70.932.668,44	97.938.294,26	4.256.115,87	4.256.115,87	164.614.846,83	3.998.940,07	
INVERSOES FINANCEIRAS	27.000.000,00	25.030.000,00	25.030.000,00	25.030.000,00	0,00	4.438.856,87	4.438.856,87	20.591.143,13	4.438.856,87	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.108.900,00	21.109.061,62	4.549.039,50	4.549.039,50	16.560.022,12	2.833.279,40	2.833.279,40	18.275.782,22	2.833.279,40	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.727.110,00	9.727.110,00	0,00	0,00	9.727.110,00	0,00	0,00	9.727.110,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.196.781.180,00	1.269.614.599,19	556.065.224,05	556.065.224,05	713.549.375,14	155.310.185,35	155.310.185,35	1.114.304.413,84	132.742.065,82	
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	1.196.781.180,00	1.269.614.599,19	556.065.224,05	556.065.224,05	713.549.375,14	155.310.185,35	155.310.185,35	1.114.304.413,84	132.742.065,82	
SUPERÁVIT (XIII)					0,00			45.603.302,21	68.171.421,74	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.196.781.180,00	1.269.614.599,19	556.065.224,05	556.065.224,05	713.549.375,14	155.310.185,35	200.913.487,56	1.068.701.111,63	200.913.487,56	
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	8.427.670,00	11.355.240,64	4.341.756,97	38,24	4.341.756,97	38,24	7.013.483,67
Receitas Correntes	8.427.670,00	8.427.670,00	1.414.186,33	16,78	1.414.186,33	16,78	7.013.483,67
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	8.427.670,00	8.427.670,00	1.414.186,33	16,78	1.414.186,33	16,78	7.013.483,67
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	8.427.670,00	8.427.670,00	1.414.186,33	16,78	1.414.186,33	16,78	7.013.483,67
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital	0,00	2.927.570,64	2.927.570,64	100,00	2.927.570,64	100,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	2.927.570,64	2.927.570,64	100,00	2.927.570,64	100,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	2.927.570,64	2.927.570,64	100,00	2.927.570,64	100,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPEAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPEAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPEAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPEAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPEAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	
DESPEAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPEAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPEAS DE CAPITAL	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	
INVESTIMENTOS	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	2.057.666,94	2.927.570,64	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nota Explicativa:

- Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.
- Reserva de Contingência no valor de 11.187.110,00 (9.727.110,00 Administração Direta + 1.460.000,00 Administração Indireta)

Fonte: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9

ANTONIA APARECIDA CINTRA
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle Interno

KELLEN MARIA SARTORI
Secretária de Finanças

EMIL ONO
Prefeito Municipal



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.198.241.180,00	1.266.089.361,61	553.137.653,41	553.137.653,41	99,47	712.951.708,20	152.382.614,71	152.382.614,71	98,12	1.113.706.746,90	
LEGISLATIVA	14.500.000,00	14.500.000,00	3.619.784,38	3.619.784,38	0,65	10.880.215,62	1.892.608,79	1.892.608,79	1,22	12.607.391,21	
Ação Legislativa	14.500.000,00	14.500.000,00	3.619.784,38	3.619.784,38	0,65	10.880.215,62	1.892.608,79	1.892.608,79	1,22	12.607.391,21	
JUDICIÁRIA	36.526.600,00	36.508.078,43	3.208.832,55	3.208.832,55	0,58	33.299.245,88	2.656.251,05	2.656.251,05	1,71	33.851.827,38	
Ação Judiciária	36.526.600,00	36.508.078,43	3.208.832,55	3.208.832,55	0,58	33.299.245,88	2.656.251,05	2.656.251,05	1,71	33.851.827,38	
ADMINISTRAÇÃO	62.940.000,00	74.690.471,16	24.330.035,72	24.330.035,72	4,38	50.360.435,44	11.312.265,32	11.312.265,32	7,28	63.378.205,84	
Administração Geral	28.157.100,00	37.441.877,62	12.092.457,87	12.092.457,87	2,17	25.349.419,75	6.227.390,94	6.227.390,94	4,01	31.214.486,68	
Administração Financeira	22.440.600,00	24.324.893,54	8.910.814,77	8.910.814,77	1,60	15.414.078,77	3.612.192,34	3.612.192,34	2,33	20.712.701,20	
Controle Interno	1.071.600,00	1.071.600,00	97.964,32	97.964,32	0,02	973.635,68	85.587,12	85.587,12	0,06	986.012,88	
Tecnologia da Informação	3.275.800,00	3.797.600,00	2.010.422,55	2.010.422,55	0,36	1.787.177,45	407.378,49	407.378,49	0,26	3.390.221,51	
Formação de Recursos Humanos	6.857.600,00	7.044.600,00	1.080.560,18	1.080.560,18	0,19	5.964.039,82	848.827,60	848.827,60	0,55	6.195.772,40	
Comunicação Social	1.137.300,00	1.009.900,00	137.816,03	137.816,03	0,02	872.083,97	130.888,83	130.888,83	0,08	879.011,17	
SEGURANÇA PÚBLICA	50.771.120,00	51.018.286,89	29.199.725,75	29.199.725,75	5,25	21.818.561,14	5.505.316,03	5.505.316,03	3,54	45.512.970,86	
Policiamento	48.577.320,00	48.830.486,89	28.901.902,23	28.901.902,23	5,20	19.928.584,66	5.264.856,78	5.264.856,78	3,39	43.565.630,11	
Defesa Civil	2.193.800,00	2.187.800,00	297.823,52	297.823,52	0,05	1.889.976,48	240.459,25	240.459,25	0,15	1.947.340,75	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	27.117.180,00	27.538.901,93	13.143.209,07	13.143.209,07	2,36	14.395.692,86	4.111.682,88	4.111.682,88	2,65	23.427.219,05	
Assistência ao Idoso	1.568.200,00	1.568.200,00	1.264.769,55	1.264.769,55	0,23	303.430,45	294.762,94	294.762,94	0,19	1.273.437,06	
Assistência ao Portador de Deficiência	171.100,00	187.012,69	143.190,00	143.190,00	0,03	43.822,69	35.797,50	35.797,50	0,02	151.215,19	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.899.000,00	2.074.668,64	1.187.548,35	1.187.548,35	0,21	887.120,29	283.462,96	283.462,96	0,18	1.791.205,68	
Assistência Comunitária	22.317.880,00	22.548.020,60	10.355.777,97	10.355.777,97	1,86	12.192.242,63	3.420.059,48	3.420.059,48	2,20	19.127.961,12	
Demais Subfunções	1.161.000,00	1.161.000,00	191.923,20	191.923,20	0,03	969.076,80	77.600,00	77.600,00	0,05	1.083.400,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.220.200,00	3.220.200,00	473.209,78	473.209,78	0,09	2.746.990,22	473.209,78	473.209,78	0,30	2.746.990,22	
Previdência do Regime Estatutário	3.220.200,00	3.220.200,00	473.209,78	473.209,78	0,09	2.746.990,22	473.209,78	473.209,78	0,30	2.746.990,22	
SAÚDE	229.782.800,00	235.574.652,21	80.708.340,80	80.708.340,80	14,51	154.866.311,41	36.614.435,32	36.614.435,32	23,58	198.960.216,89	
Atenção Básica	120.945.215,00	125.766.803,32	30.305.777,26	30.305.777,26	5,45	95.461.026,06	14.456.525,74	14.456.525,74	9,31	111.310.277,58	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	96.529.960,00	97.053.810,00	46.482.798,24	46.482.798,24	8,36	50.571.011,76	20.367.760,63	20.367.760,63	13,11	76.686.049,37	
Suporte Profilático e Terapêutico	4.103.195,00	4.103.195,00	1.577.733,51	1.577.733,51	0,28	2.525.461,49	762.554,73	762.554,73	0,49	3.340.640,27	
Vigilância Sanitária	2.600.020,00	2.600.020,00	439.844,69	439.844,69	0,08	2.160.175,31	400.914,86	400.914,86	0,26	2.199.105,14	
Vigilância Epidemiológica	4.072.150,00	4.457.156,89	738.542,54	738.542,54	0,13	3.718.614,35	537.945,57	537.945,57	0,35	3.919.211,32	
Alimentação e Nutrição	199.500,00	199.500,00	28.532,79	28.532,79	0,01	170.967,21	26.375,79	26.375,79	0,02	173.124,21	
Administração Geral	1.332.760,00	1.394.167,00	1.135.111,77	1.135.111,77	0,20	259.055,23	62.358,00	62.358,00	0,04	1.331.809,00	
TRABALHO	25.468.500,00	25.469.075,90	18.774.826,78	18.774.826,78	3,38	6.694.249,12	1.421.003,25	1.421.003,25	0,91	24.048.072,65	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	24.969.500,00	24.969.500,00	18.554.769,37	18.554.769,37	3,34	6.414.730,63	1.381.167,35	1.381.167,35	0,89	23.588.332,65	
Empregabilidade	162.000,00	161.411,90	33.440,11	33.440,11	0,01	127.971,79	21.414,20	21.414,20	0,01	139.997,70	
Fomento ao Trabalho	337.000,00	338.164,00	186.617,30	186.617,30	0,03	151.546,70	18.421,70	18.421,70	0,01	319.742,30	
EDUCAÇÃO	304.263.800,00	322.667.354,26	137.775.209,00	137.775.209,00	24,78	184.912.145,26	29.225.775,15	29.225.775,15	18,82	293.461.579,11	
Ensino Fundamental	188.121.216,00	191.829.096,45	86.129.032,42	86.129.032,42	15,49	105.700.064,03	16.918.193,38	16.918.193,38	10,89	174.910.903,07	
Ensino Médio	909.970,00	909.970,00	320.334,84	320.334,84	0,06	589.635,16	160.034,28	160.034,28	0,10	749.935,72	
Ensino Profissional	256.200,00	256.200,00	143.437,50	143.437,50	0,03	112.762,50	5.784,57	5.784,57	0,00	250.415,43	
Educação Infantil	105.529.574,00	119.727.572,81	46.944.361,16	46.944.361,16	8,44	72.783.211,65	10.759.927,47	10.759.927,47	6,93	108.967.645,34	
Educação de Jovens e Adultos	390.370,00	390.370,00	256.262,22	256.262,22	0,05	134.107,78	11.149,99	11.149,99	0,01	379.220,01	
Educação Especial	9.056.470,00	9.574.145,00	3.981.780,86	3.981.780,86	0,72	5.592.364,14	1.370.685,46	1.370.685,46	0,88	8.203.459,54	
CULTURA	10.502.570,00	10.674.879,83	4.317.860,61	4.317.860,61	0,78	6.357.019,22	2.155.163,25	2.155.163,25	1,39	8.519.716,58	
Difusão Cultural	10.502.570,00	10.674.879,83	4.317.860,61	4.317.860,61	0,78	6.357.019,22	2.155.163,25	2.155.163,25	1,39	8.519.716,58	
DIREITOS DA CIDADANIA	273.000,00	268.000,00	97.169,59	97.169,59	0,02	170.830,41	8.590,45	8.590,45	0,01	259.409,55	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	262.600,00	257.600,00	97.169,59	97.169,59	0,02	160.430,41	8.590,45	8.590,45	0,01	249.009,55	
Demais Subfunções	10.400,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	0,00	0,00	0,00	10.400,00	
URBANISMO	113.311.850,00	132.258.862,96	82.488.994,81	82.488.994,81	14,83	49.769.868,15	9.648.022,15	9.648.022,15	6,21	122.610.840,81	
Infra-Estrutura Urbana	113.250.150,00	132.196.282,96	82.426.414,81	82.426.414,81	14,82	49.769.868,15	9.632.377,15	9.632.377,15	6,20	122.563.905,81	
Demais Subfunções	61.700,00	62.580,00	62.580,00	62.580,00	0,01	0,00	15.645,00	15.645,00	0,01	46.935,00	
HABITAÇÃO	2.611.900,00	2.608.900,00	382.532,93	382.532,93	0,07	2.226.367,07	342.860,39	342.860,39	0,22	2.266.039,61	
Habitação Urbana	2.611.900,00	2.608.900,00	382.532,93	382.532,93	0,07	2.226.367,07	342.860,39	342.860,39	0,22	2.266.039,61	
SANEAMENTO	146.908.000,00	152.215.205,50	91.023.828,18	91.023.828,18	16,37	61.191.377,32	27.472.359,04	27.472.359,04	17,69	124.742.846,46	
Saneamento Básico Urbano	146.908.000,00	152.215.205,50	91.023.828,18	91.023.828,18	16,37	61.191.377,32	27.472.359,04	27.472.359,04	17,69	124.742.846,46	
GESTÃO AMBIENTAL	18.807.830,00	20.568.225,48	14.279.992,99	14.279.992,99	2,57	6.288.232,49	1.299.467,85	1.299.467,85	0,84	19.268.757,63	
Preservação e Conservação Ambiental	16.664.000,00	18.424.395,48	13.559.005,45	13.559.005,45	2,44	4.865.390,03	1.049.808,34	1.049.808,34	0,68	17.374.587,14	
Controle Ambiental	2.143.830,00	2.143.830,00	720.987,54	720.987,54	0,13	1.422.842,46	249.659,51	249.659,51	0,16	1.894.170,49	
AGRICULTURA	26.061.100,00	26.086.169,23	1.205.688,93	1.205.688,93	0,22	24.880.480,30	798.421,49	798.421,49	0,51	25.287.747,74	
Abastecimento	23.878.100,00	23.753.169,23	845.688,93	845.688,93	0,15	22.907.480,30	438.421,49	438.421,49	0,28		

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
COMUNICAÇÕES	8.103.000,00	8.102.000,00	5.279.317,03	5.279.317,03	0,95	2.822.682,97	830.533,99	830.533,99	0,53	7.271.466,01	
Telecomunicações	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	
Demais Subfunções	8.083.000,00	8.082.000,00	5.279.317,03	5.279.317,03	0,95	2.802.682,97	830.533,99	830.533,99	0,53	7.251.466,01	
TRANSPORTE	40.699.770,00	42.882.236,84	20.124.709,33	20.124.709,33	3,62	22.757.527,51	7.237.276,11	7.237.276,11	4,66	35.644.960,73	
Transporte Rodoviário	40.699.770,00	42.882.236,84	20.124.709,33	20.124.709,33	3,62	22.757.527,51	7.237.276,11	7.237.276,11	4,66	35.644.960,73	
DESPORTO E LAZER	11.475.550,00	13.806.350,00	7.203.293,03	7.203.293,03	1,30	6.603.056,97	2.656.604,99	2.656.604,99	1,71	11.149.745,01	
Desporto Comunitário	11.475.550,00	13.806.350,00	7.203.293,03	7.203.293,03	1,30	6.603.056,97	2.656.604,99	2.656.604,99	1,71	11.149.745,01	
ENCARGOS ESPECIAIS	31.541.900,00	31.542.061,62	7.168.271,00	7.168.271,00	1,29	24.373.790,62	5.171.071,80	5.171.071,80	3,33	26.370.989,82	
Serviço da Dívida Interna	31.541.900,00	31.542.061,62	7.168.271,00	7.168.271,00	1,29	24.373.790,62	5.171.071,80	5.171.071,80	3,33	26.370.989,82	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.727.110,00	9.727.110,00	0,00	0,00	0,00	9.727.110,00	0,00	0,00	0,00	9.727.110,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	0,53	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	1,88	2.057.666,94	
TOTAL (III) = (I + II)	1.198.241.180,00	1.271.074.599,19	556.065.224,05	556.065.224,05	100,00	715.009.375,14	155.310.185,35	155.310.185,35	100,00	1.115.764.413,84	

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/III b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	0,53	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	1,88	2.057.666,94	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	0,53	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	1,88	2.057.666,94	
Administração Geral	0,00	4.985.237,58	2.927.570,64	2.927.570,64	0,53	2.057.666,94	2.927.570,64	2.927.570,64	1,88	2.057.666,94	

Nota Explicativa:

- Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.
- Reserva de Contingência no valor de 11.187.110,00 (9.727.110,00 Administração Direta + 1.460.000,00 Administração Indireta)

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia da LRF e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9

ANTONIA APARECIDA CINTRA
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle Interno

KELLEN MARIA SARTORI
Secretária de Finanças

EMIL ONO
Prefeito Municipal



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: MARÇO 2023 a FEVEREIRO 2024

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OCT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024		
	129.568.839,00	75.763.736,94	97.670.648,50	76.961.894,11	78.943.397,56	81.495.932,11	84.281.294,29	84.840.080,24	85.019.416,87	102.315.585,82	110.111.467,34	103.005.633,82		
RECEITAS CORRENTES (I)	71.253.865,71	24.963.094,99	27.254.569,64	25.487.503,22	25.751.037,55	26.891.205,94	27.831.323,79	26.267.517,54	29.294.604,71	34.073.872,57	23.860.392,73	34.760.488,92	377.689.547,31	418.361.700,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.172.943,31	9.830.008,03	10.539.180,66	9.885.003,21	9.719.466,96	10.137.541,60	9.963.702,86	9.605.814,35	9.329.285,51	13.174.054,36	5.868.219,71	18.370.513,89	171.595.734,45	203.022.500,00
IPU	7.808.673,00	9.120.367,87	8.670.976,59	8.861.551,55	9.011.656,35	9.571.808,07	10.188.429,83	9.192.254,48	10.062.272,12	10.931.303,34	10.351.624,31	9.611.635,72	113.382.553,23	124.675.200,00
ISS	3.361.965,51	2.244.848,87	3.506.800,31	2.820.163,09	2.663.743,59	2.565.494,70	3.045.658,35	2.395.759,61	2.882.493,74	3.720.844,98	3.045.869,46	2.205.326,31	34.458.968,52	35.439.300,00
ITBI	2.501.670,37	2.159.960,52	3.256.528,94	2.816.438,08	2.984.721,05	3.226.181,37	3.698.355,80	4.062.619,30	4.050.077,33	4.937.653,97	3.601.756,99	3.698.157,53	42.994.121,25	36.465.300,00
IRRF	2.408.613,52	1.607.909,70	1.281.083,14	1.104.427,29	1.371.449,60	1.390.180,20	935.176,95	1.011.069,80	970.476,01	1.310.015,92	992.912,26	874.855,47	15.258.169,86	18.759.400,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	971.487,61	1.135.367,63	1.041.577,42	1.127.850,83	1.002.991,42	1.017.457,16	1.056.511,83	1.023.479,47	1.115.356,94	1.139.629,31	1.185.837,55	1.249.500,87	13.067.048,04	13.019.500,00
Receita Patrimonial	1.769.579,91	1.543.921,05	5.088.687,69	1.689.083,06	1.573.776,90	1.469.737,67	1.163.534,97	1.131.012,63	881.581,66	926.475,52	817.297,48	755.615,52	18.810.303,06	9.470.369,99
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.767.543,37	1.541.597,03	1.886.552,15	1.699.260,76	1.571.441,44	1.466.618,90	1.160.416,22	1.127.838,59	881.581,66	926.475,52	817.297,48	755.615,52	15.602.238,64	9.423.439,99
Outras Receitas Patrimoniais	2.035,54	2.324,02	3.202.135,54	-10.177,70	2.335,46	3.118,77	3.118,75	3.174,04	0,00	0,00	0,00	0,00	3.208.064,42	46.930,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	10.987.456,45	8.756.088,09	10.366.129,36	9.411.520,31	9.292.068,86	10.927.087,17	9.550.807,16	10.863.384,00	11.066.153,60	10.286.185,91	12.179.617,45	11.888.181,32	125.574.679,68	137.823.030,00
Transferências Correntes	43.068.336,64	38.210.323,65	51.003.167,87	37.494.432,25	39.507.217,93	38.959.784,25	42.450.183,88	43.542.440,91	41.632.615,16	53.846.854,09	69.661.098,32	52.121.902,34	551.498.357,29	571.435.249,23
Cota-Parte do FPM	7.846.175,48	8.970.627,13	9.968.112,32	9.300.797,21	11.784.743,35	8.214.419,96	8.373.188,87	7.777.243,00	12.846.273,02	16.024.733,82	11.074.270,19	15.020.368,56	127.201.532,91	131.876.700,00
Cota-Parte do ICMS	11.577.899,72	8.389.041,78	17.131.543,18	10.668.922,75	11.948.637,18	13.096.563,44	12.751.381,84	14.686.742,70	11.440.390,72	13.480.647,19	14.118.528,70	10.811.449,08	150.101.748,28	167.392.300,00
Cota-Parte do IPVA	7.146.778,86	5.642.699,05	5.595.010,96	2.004.372,65	2.141.065,98	2.450.695,70	2.191.428,69	2.140.004,86	1.720.150,90	2.182.757,66	24.670.588,43	9.227.116,26	67.109.668,00	73.491.300,00
Cota-Parte do ITR	3.703,01	1.676,48	1.655,87	515,10	4.444,29	4.013,62	55.397,20	79.921,44	5.667,89	8.726,99	1.872,86	3.122,53	170.717,28	171.700,00
Transferências da LC 61/1989	60.126,50	71.132,86	65.646,53	74.405,24	76.746,26	64.021,44	68.152,44	98.392,61	74.888,85	79.449,23	93.361,53	72.544,54	898.868,03	819.900,00
Transferência do FUNDEB	8.113.336,43	6.225.332,36	11.274.013,42	6.912.725,88	7.426.211,41	8.252.234,69	10.519.053,27	9.425.704,83	7.619.801,27	9.075.419,07	13.997.088,26	9.586.809,22	108.427.730,30	112.568.900,00
Outras Transferências Correntes	8.320.316,64	8.909.813,99	6.970.185,59	8.532.693,42	6.125.371,46	6.877.835,20	8.491.001,57	9.334.431,47	7.925.442,51	12.995.120,13	5.705.388,26	7.400.492,15	97.588.092,49	85.114.443,23
Outras Receitas Correntes	1.518.113,68	1.154.941,53	2.916.516,52	1.751.424,44	1.816.304,90	2.220.659,92	2.228.932,66	2.012.245,69	1.829.104,80	2.042.567,99	2.407.233,81	2.229.944,85	33.737.900,00	33.737.900,00
DEDUÇÕES (II)	5.365.225,58	4.648.234,00	6.595.238,39	4.165.498,18	4.202.513,39	4.765.942,77	4.443.637,24	4.956.460,86	4.666.358,87	5.370.799,48	9.991.724,20	7.026.920,11	66.198.553,07	72.935.900,00
Contrib para o Plano de Previdência do Servidãoário Fianc entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.365.225,58	4.648.234,00	6.595.238,39	4.165.498,18	4.202.513,39	4.765.942,77	4.443.637,24	4.956.460,86	4.666.358,87	5.370.799,48	9.991.724,20	7.026.920,11	66.198.553,07	72.935.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I) - DEDUÇÕES (II)	124.203.613,42	71.115.502,94	91.075.410,11	72.796.395,93	74.740.884,17	76.729.989,34	79.837.657,05	79.883.619,38	81.153.058,00	96.944.785,91	100.119.743,14	95.978.713,71	1.044.579.373,11	1.101.453.479,2
RECEITA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (IV) = RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) + RECEITAS OBRIGATORIAS DA UNIAO (relativas ao FPM) (V) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao ICMS) (VI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IPI) (VII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IPTU) (VIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao ITR) (IX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao ITBI) (X) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IRPF) (XI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IRPJ) (XII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IRRF) (XIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XL) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XLI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XLII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XLIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XLIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XLV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XLVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XLVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (XLVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (XLIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (L) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXIV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXV) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXVII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXVIII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXX) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXI) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOF) (LXXXXXXXII) + RECEITAS OBRIGATORIAS (relativas ao IOE) (LXXXXXXXIII) + RECEITAS OBRIG														

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: MARÇO 2023 a FEVEREIRO 2024

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL	PREVISÃO ATUALIZADA
	MAR/2023	ABR/2023	MAI/2023	JUN/2023	JUL/2023	AGO/2023	SET/2023	OUT/2023	NOV/2023	DEZ/2023	JAN/2024	FEV/2024		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VIII)	124.203.613,42	71.115.502,94	91.075.410,11	72.796.395,93	74.740.884,17	76.729.989,34	79.837.657,05	79.883.619,38	81.153.058,00	96.944.785,91	100.119.743,14	95.978.713,71	1.044.579.373,1	1.101.453.479,2

Nota Explicativa:

1 - Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
 Contadora
 CRC SP 302.210/O-9

ANTONIA APARECIDA CINTRA
 Chefe da Divisão de Controladoria
 CRC 1SP 199.780/O-0

MARCELO MARTINIANO BERNARDES
 Controle Interno

KELLEN MARIA SARTORI
 Secretária de Finanças

EMIL ONO
 Prefeito Municipal



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS					
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
RECEITAS CORRENTES (I)			0,00		0,00
Receita de Contribuições dos Segurados			0,00		0,00
Ativo			0,00		0,00
Inativo			0,00		0,00
Pensionista			0,00		0,00
Receita de Contribuições Patronais			0,00		0,00
Ativo			0,00		0,00
Inativo			0,00		0,00
Pensionista			0,00		0,00
Receita Patrimonial			0,00		0,00
Receitas Imobiliárias			0,00		0,00
Receitas de Valores Mobiliários			0,00		0,00
Outras Receitas Patrimoniais			0,00		0,00
Receita de Serviços			0,00		0,00
Outras Receitas Correntes			0,00		0,00
Compensação Financeira entre os regimes			0,00		0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)			0,00		0,00
Demais Receitas Correntes			0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)			0,00		0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			0,00		0,00
Amortização de Empréstimos			0,00		0,00
Outras Receitas de Capital			0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)			0,00		0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES VALOR				0,00	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS VALOR				0,00	
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS				APORTES REALIZADOS	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				0,00	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				0,00	
Outros Aportes para o RPPS				0,00	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00	
Investimentos e Aplicações				0,00	
Outros Bens e Direitos				0,00	

Assinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		
RECEITAS CORRENTES (VII)		0,00			0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00			0,00
Ativo		0,00			0,00
Inativo		0,00			0,00
Pensionista		0,00			0,00
Receita de Contribuições Patronais		0,00			0,00
Ativo		0,00			0,00
Inativo		0,00			0,00
Pensionista		0,00			0,00
Receita Patrimonial		0,00			0,00
Receitas Imobiliárias		0,00			0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00			0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00			0,00
Receita de Serviços		0,00			0,00
Outras Receitas Correntes		0,00			0,00
Compensação Financeira entre os regimes		0,00			0,00
Demais Receitas Correntes		0,00			0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		0,00			0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00			0,00
Amortização de Empréstimos		0,00			0,00
Outras Receitas de Capital		0,00			0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		0,00			0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS				APORTES REALIZADOS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				0,00	
Recursos para Formação de Reserva				0,00	
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)				SALDO ATUAL	
Caixa e Equivalentes de Caixa				0,00	
Investimentos e Aplicações				0,00	
Outros Bens e Direitos				0,00	

Assinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E DAS RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS ÀS PENSÕES E INATIVOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----------------------------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---------------------------------------------------------------------------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Nota Explicativa:

1 - O Município de ATIBAIA não possui Previdência Própria

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9ANTONIA APARECIDA CINTRA
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle InternoKELLEN MARIA SARTORI
Secretária de FinançasEMIL ONO
Prefeito MunicipalAssinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em reais

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2024
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.119.369.519,22	197.512.643,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	418.361.700,00	58.620.871,65
IPTU	203.022.500,00	24.238.733,60
ISS	124.675.200,00	19.963.260,03
ITBI	35.439.300,00	5.251.195,77
IRRF	36.538.900,00	7.316.710,58
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	18.685.800,00	1.850.971,67
Contribuições	13.019.500,00	2.435.338,42
Receita Patrimonial	9.470.369,99	1.572.913,00
Aplicações Financeiras (II)	9.423.439,99	1.572.913,00
Outras Receitas Patrimoniais	46.930,00	0,00
Transferências Correntes	499.184.849,23	104.764.356,35
Cota-Parte do FPM	108.001.400,00	20.875.711,14
Cota-Parte do ICMS	133.913.800,00	19.943.982,28
Cota-Parte do IPVA	58.793.000,00	27.118.163,75
Cota-Parte do ITR	137.400,00	3.996,35
Transferências da LC nº 61/1989	655.900,00	132.724,85
Transferências do FUNDEB	112.568.900,00	23.583.897,47
Outras Transferências Correntes	85.114.449,23	13.105.880,51
Demais Receitas Correntes	179.333.100,00	30.119.163,76
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	179.333.100,00	30.119.163,76
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = (I - (II + III))	1.109.946.079,23	195.939.730,18
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	113.842.236,69	3.400.844,38
Operações de Crédito (VIII)	79.327.763,77	3.400.844,38
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	2.198.500,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	2.198.500,00	0,00
Transferências de Capital	32.315.972,92	0,00
Convênios	32.311.972,92	0,00
Outras Transferências de Capital	4.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = (VII - (VIII + IX + X + XI + XII))	34.514.472,92	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	1.144.460.552,15	195.939.730,18
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	1.144.460.552,15	195.939.730,18

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2024					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	R. PAGAR PROC. PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	1.039.892.227,29	452.625.945,47	140.854.362,57	118.543.418,84	23.451.523,01	16.187.331,83	16.033.562,52
Pessoal e Encargos Sociais	425.982.174,05	56.209.756,09	56.209.755,79	49.367.278,86	8.860.853,72	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	14.703.000,00	3.337.691,23	3.056.252,13	3.056.252,13	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	599.207.053,24	393.078.498,15	81.588.354,65	66.119.887,85	14.590.669,29	16.187.331,83	16.033.562,52
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	599.207.053,24	393.078.498,15	81.588.354,65	66.119.887,85	14.590.669,29	16.187.331,83	16.033.562,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XXI) = (XVIII + XIX)	1.025.189.227,29	449.288.254,24	137.798.110,44	115.487.166,71	23.451.523,01	16.187.331,83	16.033.562,52
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIV)	219.995.261,90	103.439.278,58	14.455.822,78	14.198.646,98	2.356.583,40	8.021.773,26	7.749.632,46
Investimentos	173.856.200,28	73.860.239,08	7.183.686,51	6.926.510,71	2.356.583,40	8.021.773,26	7.749.632,46
Inversões Financeiras	25.030.000,00	25.030.000,00	4.438.856,87	4.438.856,87	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	25.030.000,00	25.030.000,00	4.438.856,87	4.438.856,87	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	21.109.061,62	4.549.039,50	2.833.279,40	2.833.279,40	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = (XXIV - (XXV + XXVI + XXVII))	198.886.200,28	98.890.239,08	11.622.543,38	11.365.367,58	2.356.583,40	8.021.773,26	7.749.632,46



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	9.727.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	1.233.802.537,57	548.178.493,32	149.420.653,82	126.852.534,29	25.808.106,41	24.209.105,09	23.783.194,98
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	1.233.802.537,57	548.178.493,32	149.420.653,82	126.852.534,29	25.808.106,41	24.209.105,09	23.783.194,98

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = (XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc))	19.495.894,50
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = (XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc))	19.495.894,50

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-66.439.100,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2024
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.572.913,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.171.665,14

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	17.897.142,36
-----------------------------------------------------------------------------------	---------------

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2023 (a)	Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	169.092.972,49	167.366.054,62
DEDUÇÕES (XL)	94.170.649,76	142.925.038,64
Disponibilidade de Caixa	79.184.059,67	123.551.469,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	114.662.254,09	133.499.122,88
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	25.853.082,01	439.494,16
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.625.112,41	9.508.159,67
Demais Haveres Financeiros	14.986.590,09	19.373.569,59
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	74.922.322,73	24.441.015,98

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	50.481.306,75
--------------------------------------------------------------------------	---------------

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-79.329.200,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o bimestre / 2024
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	-25.413.587,85
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = (XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX))	25.067.718,90

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	26.666.471,04
-------------------------------------------------------------------------------	---------------

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	35.483.208,42
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	35.483.208,42
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Nota Explicativa:

1 - Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.

2 - Reserva de Contingência no valor de 11.187.110,00 (9.727.110,00 Administração Direta + 1.460.000,00 Administração Indireta)

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiaute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9ANTONIA APARECIDA CINTRA
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC 15P 199.780/O-0MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle InternoKELLEN MARIA SARTORI
Secretária de FinançasEMIL ONO
Prefeito Municipal

Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: JANEIRO a FEVEREIRO 2024

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Em Reais		
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	25.822.034,46	25.808.106,41	344,00	13.584,05	858.737,09	31.988.740,88	430.946,09	8.633.336,90	8.646.920,95	
PODER EXECUTIVO	0,00	25.814.518,31	25.800.590,26	344,00	13.584,05	848.643,23	31.906.339,32	430.845,93	8.582.408,32	8.595.992,37	
PODER LEGISLATIVO	0,00	7.516,15	7.516,15	0,00	0,00	10.093,86	82.401,56	100,16	50.928,58	50.928,58	
CÂMARA MUNICIPAL	0,00	7.516,15	7.516,15	0,00	0,00	10.093,86	82.401,56	100,16	50.928,58	50.928,58	
TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	25.822.034,46	25.808.106,41	344,00	13.584,05	858.737,09	31.988.740,88	430.946,09	8.633.336,90	8.646.920,95	

Nota Explicativa:

1 - Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.

FONTE: Contabilidade do Município, Metodologia da LRF e Leiute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9

ANTONIA APARECIDA CINTRA
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC 1SP 199.780/O-0

MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle Interno

KELLEN MARIA SARTORI
Secretária de Finanças

EMIL ONO
Prefeito Municipal



Atos do Poder Executivo

MUNICÍPIO DE ATIBAIA RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º BIMESTRE de 2024		RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		1.00
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)	RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
1- RECEITA DE IMPOSTOS				
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		399.675.900,00	567.669.899,98	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Iner Vivos - ITBI		203.022.500,00	24.238.733,60	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		35.439.300,00	5.251.195,77	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		124.675.200,00	19.963.260,03	
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		36.538.900,00	7.316.710,58	
2.1- Cota-Parte FPM		373.751.900,00	85.093.222,68	
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		131.876.700,00	26.094.638,75	
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e		119.376.700,00	26.094.638,75	
2.2- Cota-Parte ICMS		12.500.000,00	24.929.977,78	
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação		167.392.300,00	165.906,07	
2.4- Cota-Parte ITR		819.900,00	4.995,39	
2.5- Cota-Parte IPVA		171.700,00	33.897.704,69	
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro		73.491.300,00	-	
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		-	-	
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)		773.427.800,00	141.863.122,66	
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((1.1)+(2.2)+(2.3)+(2.4)+(2.5)+(2.7))¹		72.250.400,00	17.018.644,31	
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)+(2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))		121.106.570,00	18.447.136,13	
FUNDEB				
	RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS				
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos		113.093.900,00	23.692.562,77	
6.1.1- Principal		113.093.900,00	23.692.562,77	
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		112.568.900,00	23.583.897,47	
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		525.000,00	108.665,30	
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		-	-	
6.2.1- Principal		-	-	
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		-	-	
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		-	-	
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAAT		-	-	
6.3.1- Principal		-	-	
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		-	-	
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		-	-	
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAAR		-	-	
6.4.1- Principal		-	-	
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		-	-	
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		-	-	
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)		40.318.500,00	6.565.253,16	
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		VALOR		
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR			35.661,90	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS			35.661,90	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)			23.728.224,67	



Atos do Poder Executivo

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	123.137.090,00	83.155.806,84	11.807.925,47	10.676.269,37	71.347.881,37	
20.1 - Educação Infantil	36.323.651,41	22.244.900,63	3.624.533,80	3.355.163,86	18.620.366,83	
20.2 - Ensino Fundamental	81.703.793,59	57.803.544,57	7.696.776,67	6.843.831,69	50.106.767,90	
20.3 - Educação de Jovens e Adultos	106.400,00	20.678,18	11.026,94	11.026,94	9.651,24	
20.4 - Educação Especial	5.003.245,00	3.086.683,46	475.588,06	466.246,88	2.611.095,40	
20.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-	
20.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-	
20.7 - Outros	-	-	-	-	-	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁹	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
21-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	236.230.990,00	97.781.706,60	24.283.825,59	21.374.184,28	73.497.881,01	
21.1 - EDUCAÇÃO INFANTIL	92.636.896,41	32.876.291,90	9.494.830,03	8.433.983,40	23.381.461,87	
21.1.1 - Creche	46.329.690,00	16.234.262,73	5.197.733,35	4.653.639,29	11.036.529,38	
21.1.2 - Pré-escola	46.307.206,41	16.642.029,17	4.297.096,68	3.780.344,11	12.344.932,49	
21.2 - ENSINO FUNDAMENTAL	143.594.093,59	64.905.414,70	14.788.995,56	12.940.200,88	50.116.419,14	
APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL						
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					11.807.925,47	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					17.018.644,31	
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(g)					8.847.406,37	
25- VALOR APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE QUE INTEGRARÁ O LIMITE CONSTITUCIONAL = L19.(x)					35.661,90	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS ¹					-	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.(af) + L30.2(af))					11.713,39	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)					20.003.111,91	
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2, e 5}						
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)	
			35.465.780,67	20.003.111,91	14,10	
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE ⁸						
	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)	
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	10.284.710,17	992.793,83	10.066.219,09	11.713,39	206.777,69	
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	10.266.056,59	992.793,83	10.047.565,51	11.713,39	206.777,69	
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	18.653,58	-	18.653,58	-	-	
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAAT + VAAF + VAAE)	-	-	-	-	-	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		69.108.291,11			3.561.543,39	
31.1 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO)		19.723.320,00			3.262.208,40	
31.1.1 - Salário-Educação		14.760.200,00			2.802.811,81	
31.1.2- PDDE		1.200,00			62,99	
31.1.3- PNAE		4.539.130,00			453.558,55	
31.1.4 - PNAE		419.590,00			1.457,98	
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		3.200,00			4.317,07	
31.2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO		22.523.971,11			16.711,37	
31.3 - RECEITA DE ROYALTIES DESTINADAS À EDUCAÇÃO		-			-	
31.4 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		26.161.000,00			218.637,21	
31.5 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO		7.000.000,00			63.986,41	

Atos do Poder Executivo

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção) ⁶	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	86.420.702,36	39.957.840,50	4.906.287,66	4.694.454,53	35.051.552,84
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	32.058.259,50	17.119.090,82	1.705.023,60	1.677.558,99	15.414.067,22
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	52.912.302,86	22.139.393,30	3.035.322,16	2.853.038,87	19.104.071,14
32.3- ENSINO MÉDIO	909.970,00	320.334,84	160.034,28	160.034,28	160.300,56
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	256.200,00	143.437,50	5.784,57	4.022,39	137.652,93
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	283.970,00	235.584,04	123,05	-	235.460,99
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	-	-	-	-	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	322.687.354,26	137.775.209,00	29.225.775,15	26.104.300,71	108.549.433,85
33.1- Despesas Correntes	276.092.265,49	119.863.475,97	27.196.128,63	24.095.279,19	92.667.347,34
33.1.1- Pessoal Ativo	132.334.533,33	14.892.804,05	14.892.804,05	12.804.325,41	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3- Transferências às instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	143.757.732,16	104.970.671,92	12.303.324,58	11.290.953,78	92.667.347,34
33.2- Despesas de Capital	46.595.088,77	17.911.733,03	2.029.646,52	2.009.021,52	15.882.086,51
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, profissionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	46.595.088,77	17.911.733,03	2.029.646,52	2.009.021,52	15.882.086,51
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ab)	SALARIO EDUCAÇÃO (ai)			
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	54.315,48	790.239,90			
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	23.692.562,77	23.692.562,77			
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	10.752.230,39	10.752.230,39			
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	12.994.647,86	12.994.647,86			
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	2.159.934,02	2.159.934,02			
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	17.846,70	17.846,70			
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIAÇÃO (Saldo Bancário)	15.136.735,18	15.136.735,18			

FONTE: Sistema PRESECON; Secretaria de Planejamento e Finanças; 14/03/2024; 10h06

1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.

2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

3 Art. 25, § 3º, Lei 14.132/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos, sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre de exercício.

5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.

7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.

8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite máximo dos exercícios anteriores.

9 Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).

10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.

Sara Barbosa de Lima
Contadora
CRC SP 3022/10-9

Antonia Aparecida Cintra
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC SP 1997/800-0

Marcelo Martiniano Bernardes
Controlador Interno

Kellen Maria Sartori
Secretária de Planejamento e Finanças

Emil Ono
Prefeito Municipal

Atos do Poder Executivo

MUNICÍPIO DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE DE 2024

RREO - ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)		399.675.900,00	399.675.900,00		56.769.899,98	14,20
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		203.022.500,00	203.022.500,00		24.238.733,60	11,94
Recita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI		35.439.300,00	35.439.300,00		5.251.195,77	14,82
Recita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		124.675.200,00	124.675.200,00		19.963.260,03	16,01
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF		36.538.900,00	36.538.900,00		7.316.710,58	20,02
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		361.251.900,00	361.251.900,00		85.093.222,68	23,56
Cota-Parte FPM		119.376.700,00	119.376.700,00		26.094.638,75	21,86
Cota-Parte ITR		171.700,00	171.700,00		4.995,39	2,91
Cota-Parte IPVA		73.491.300,00	73.491.300,00		33.897.704,69	46,12
Cota-Parte ICMS		167.392.300,00	167.392.300,00		24.929.977,78	14,89
Cota-Parte IPI-Exportação		819.900,00	819.900,00		165.906,07	20,23
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		-	-		-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (II) = (I) + (II)		760.927.800,00	760.927.800,00		141.863.122,66	18,64

RS 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Até o bimestre (g)	% (g/c) x 100	Até o bimestre (h)	% (h/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	104.417.030,00	104.404.030,00	24.280.823,80	23,26	13.006.540,25	12,46	11.202.831,50	10,73	11.274.283,55	10,77	7.895.182,49	7,55
Despesas Correntes	101.315.530,00	100.707.530,00	20.901.722,74	20,75	13.006.540,25	12,92	11.202.831,50	11,12	11.274.283,55	11,12	7.895.182,49	7,55
Despesas de Capital	3.101.500,00	3.696.500,00	3.379.101,06	91,41	-	-	-	-	3.379.101,06	91,41	-	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	82.220.400,00	82.233.400,00	41.069.791,08	49,94	17.912.625,13	21,78	13.254.137,69	16,12	23.157.165,95	28,16	13.254.137,69	16,12
Despesas Correntes	82.142.300,00	82.142.300,00	41.069.791,08	50,00	17.912.625,13	21,81	13.254.137,69	16,14	23.157.165,95	28,16	13.254.137,69	16,14
Despesas de Capital	77.900,00	90.900,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	2.900.000,00	2.900.000,00	862.888,81	29,75	415.491,60	14,33	298.960,00	10,31	447.397,21	15,43	298.960,00	10,31
Despesas Correntes	2.900.000,00	2.900.000,00	862.888,81	29,75	415.491,60	14,33	298.960,00	10,31	447.397,21	15,43	298.960,00	10,31
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	895.400,00	895.400,00	185.032,20	20,66	159.565,67	17,82	113.326,77	12,66	25.466,53	2,84	113.326,77	12,66
Despesas Correntes	895.400,00	895.400,00	185.032,20	20,66	159.565,67	17,82	113.326,77	12,66	25.466,53	2,84	113.326,77	12,66
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	3.228.430,00	3.228.430,00	509.937,18	15,80	482.421,53	14,94	417.938,71	12,95	27.515,65	0,85	417.938,71	12,95
Despesas Correntes	3.176.430,00	3.176.430,00	508.877,18	16,02	482.421,53	15,19	417.938,71	13,16	26.455,65	0,83	417.938,71	13,16
Despesas de Capital	52.000,00	52.000,00	1.060,00	2,04	-	-	-	-	1.060,00	2,04	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	199.500,00	199.500,00	28.532,79	14,30	26.375,79	13,22	1.081,44	0,54	2.157,00	1,08	1.081,44	0,54
Despesas Correntes	199.500,00	199.500,00	28.532,79	14,30	26.375,79	13,22	1.081,44	0,54	2.157,00	1,08	1.081,44	0,54
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	147.500,00	147.500,00	1.262,75	0,86	951,00	0,64	951,00	0,64	311,75	0,21	951,00	0,64
Despesas Correntes	147.500,00	147.500,00	1.262,75	0,86	951,00	0,64	951,00	0,64	311,75	0,21	951,00	0,64
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	194.008.260,00	194.008.260,00	66.938.268,61	34,50	32.003.970,97	16,50	25.289.227,11	13,04	34.934.297,64	17,99	25.289.227,11	13,04



Atos do Poder Executivo

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPIS		DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPIS (XII) = (X)		66.938.268,61	32.003.970,97	25.289.227,11
(-) Restos a Pagar Não Processados. Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)				
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPIS em Exercícios Anteriores (XIV)				
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)				
(a) VALOR APLICADO EM ASPIS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)		66.938.268,61	32.003.970,97	25.289.227,11
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPIS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)				21.279.468,40
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPIS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)				
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)¹		-45.688.800,21	10.724.502,57	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII). Quando valor for inferior a zero				
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPIS (XVI / III) * 100 (mínimo de 15% conforme LC n.º 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)				
		47,19	22,56	

LIMITE NÃO CUMPRIDO		Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)¹ (l) = (h - (i ou j))
Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPIS (m)	Valor aplicado em ASPIS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RP/PP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIII)q	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)), se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	21.279.468,40	66.938.268,61	45.658.800,21	4.374.726,65	-	-	4.047.331,90	310.618,08	16.776,67	73.159.221,09
	102.119.438,79	175.295.436,55	73.175.997,76	3.630.911,91	-	-	3.557.367,57	-	73.544,34	66.716.314,16
	92.046.973,25	158.836.831,75	66.789.858,50	3.815.958,44	-	-	3.595.403,99	0,00	220.554,45	46.851.872,69
	80.313.736,80	127.386.163,94	47.072.427,14	2.870.290,58	-	-	2.834.790,60	-	35.499,98	42.875.212,81
	65.450.649,68	108.361.562,47	42.910.712,79	2.870.290,58	-	-	-	-	-	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIX d)	Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	Saldo Inicial (w)	Saldo Final (não aplicado)³ (aa) = (w - (x ou y))

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)									

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012				
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		Saldo Final (não aplicado)³ (aa) = (w - (x ou y))
Saldo Inicial (w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	



Atos do Poder Executivo

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre	% (a/c) x 100	Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	16.528.185,00	21.362.773,32	28.672.940,00	28.672.940,00	7.664.055,29	26,73
Proveniente da União	13.524.185,00	17.769.773,32	26.663.210,00	26.663.210,00	5.464.435,09	20,49
Proveniente dos Estados	3.004.000,00	3.593.000,00	2.009.730,00	2.009.730,00	1.199.620,20	109,45
Proveniente de outros Municípios	14.309.560,00	14.820.410,00	-	-	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	14.309.560,00	14.820.410,00	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	-	-	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS MUNICÍPIOS	-	-	1.821.600,00	1.821.600,00	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES DE OUTROS ESTADOS	-	-	-	-	180.483,55	9,91
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	33.494.540,00	41.566.392,21	33.494.540,00	33.494.540,00	7.844.538,84	23,42

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
	Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o Bimestre	% (e/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	16.528.185,00	21.362.773,32	6.024.953,46	28,20	1.449.985,49	6,79	1.389.117,77	6,50	1.389.117,77	6,50	4.574.967,97
Despesas Correntes	13.524.185,00	17.769.773,32	5.719.963,46	32,19	1.449.985,49	8,16	1.389.117,77	7,82	1.389.117,77	7,82	4.269.977,97
Despesas de Capital	3.004.000,00	3.593.000,00	304.990,00	8,49	-	-	-	-	-	-	304.990,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	14.309.560,00	14.820.410,00	5.413.007,16	36,52	2.455.135,50	16,57	1.836.425,37	12,39	1.836.425,37	12,39	2.957.871,66
Despesas Correntes	14.309.560,00	14.820.410,00	5.413.007,16	36,52	2.455.135,50	16,57	1.836.425,37	12,39	1.836.425,37	12,39	2.957.871,66
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	1.203.195,00	1.203.195,00	714.844,70	59,41	347.063,13	28,85	275.222,29	22,87	275.222,29	22,87	367.781,57
Despesas Correntes	1.203.195,00	1.203.195,00	714.844,70	59,41	347.063,13	28,85	275.222,29	22,87	275.222,29	22,87	367.781,57
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	1.704.620,00	1.704.620,00	254.812,49	14,95	241.349,19	14,16	240.838,01	14,13	240.838,01	14,13	13.463,30
Despesas Correntes	1.704.620,00	1.704.620,00	254.812,49	14,95	241.349,19	14,16	240.838,01	14,13	240.838,01	14,13	13.463,30
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	843.720,00	1.228.726,89	228.605,36	18,61	55.524,04	4,52	55.524,04	4,52	55.524,04	4,52	173.081,32
Despesas Correntes	843.720,00	1.228.726,89	228.605,36	18,61	55.524,04	4,52	55.524,04	4,52	55.524,04	4,52	173.081,32
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	1.185.260,00	1.246.667,00	1.133.849,02	90,95	61.407,00	4,93	61.407,00	4,93	61.407,00	4,93	1.072.442,02
Despesas Correntes	1.185.260,00	1.246.667,00	1.133.849,02	90,95	61.407,00	4,93	61.407,00	4,93	61.407,00	4,93	1.072.442,02
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	35.774.540,00	41.566.392,21	13.770.072,19	33,13	4.610.464,35	11,09	3.858.534,48	9,28	3.858.534,48	9,28	9.159.607,84

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
	Até o Bimestre	% (d/c) x 100	Até o Bimestre	% (e/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	Até o Bimestre	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	120.945.215,00	125.766.803,32	30.305.777,26	24,10	14.456.325,74	11,49	12.591.949,27	10,01	12.591.949,27	10,01	15.849.251,52
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	96.529.960,00	97.053.810,00	46.482.798,24	47,89	20.367.760,63	20,99	15.090.563,06	15,55	15.090.563,06	15,55	26.115.037,61
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	4.103.195,00	4.103.195,00	1.577.733,51	38,45	762.554,73	18,58	574.182,29	13,99	574.182,29	13,99	815.178,78
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	2.600.020,00	2.600.020,00	439.844,69	16,92	400.914,86	15,42	354.164,78	13,62	354.164,78	13,62	38.929,83
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	4.072.150,00	4.457.156,89	738.542,54	16,57	537.945,57	12,07	473.462,75	10,62	473.462,75	10,62	200.596,97
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	199.500,00	199.500,00	28.532,79	14,30	26.375,79	13,22	1.081,44	0,54	1.081,44	0,54	2.157,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.332.760,00	1.394.167,00	1.135.111,77	81,42	62.358,00	4,47	62.358,00	4,47	62.358,00	4,47	1.072.733,77
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	229.782.800,00	235.574.652,21	80.708.340,80	34,26	36.614.435,32	15,54	29.147.761,59	12,37	29.147.761,59	12,37	44.093.905,48

Fonte: Sistema PRESCON, Secretaria de Planejamento e Finanças, 11/03/2024, 09h03

Notas:

¹ Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

² Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar processados e não processados.

Sara Barbosa de Lima
Contadora
CRC SP 302210/0-9

Antonia Aparecida Cintra
Chefe da Divisão de Controladoria
CRC ISF 199.780/0-0

Marcelo Marriniano Bernardes
Controlador Interno

Kellen Maria Sartori
Secretário de Planej. e Finanças

Emil Ono
Prefeito Municipal

Assinado por 1 pessoa: WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE> e informe o código 8139-8A3E-F597-8CAE



Atos do Poder Executivo

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Tabela 13 - Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - Estados, DF e Municípios
MUNICÍPIO DE ATIBAIA
1º BIMESTRE DE 2024

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

Valores expressos em R\$

Impactos das Contratações de PPP	Registros Efetuados em 2024	
	No Bimestre	Até o Bimestre
Total de Ativos		
Ativos Contabilizados na SPE	64.400.485,63	64.400.485,63
Total de Passivos (I)		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos	15.374.698,58	15.374.698,58
Atos Potenciais Passivos		
Obrigações Contratuais	942.160.252,53	935.455.575,21
Riscos não Provisionados	6.704.677,32	
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

Despesas de PPP	Exercício Anterior	Exercício Corrente (RC)	Registros Efetuados em 2024															
			<EC+1>	<EC+2>	<EC+3>	<EC+4>	<EC+5>	<EC+6>	<EC+7>	<EC+8>	<EC+9>							
De Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) = (I.1 + I.2)	31.175.805,62	6.704.677,32																
Contratadas (I.1)	31.175.805,62	6.704.677,32																
Atibaia Saneamento S/A	31.175.805,62	6.704.677,32																
Das Estatais Não-Dependentes (II) = (II.1 + II.2)																		
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	31.175.805,62	6.704.677,32																
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	1.022.429.837,24	1.044.579.373,10																
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	31.175.805,62	6.704.677,32																
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)	3,05%	0,64%																

Nota Explicativa: Relatório consolidado com a autarquia Saneamento Ambiental de Atibaia-SAAE.

- Os "Ativos Contabilizados na SPE" começaram a ser contabilizados em 12/2022 considerando as informações dos ativos fornecidas pela SPE.
- Total do Passivo referente ao exercício anterior conforme o contido no Balanço Patrimonial de 2023 contido em Sistema Próprio da Autarquia
- As "Obrigações Contratuais" em 29/02/2024 conforme o contido no Balanço Contábil do período, obtido por meio da integração com o Sistema de Compras da própria Autarquia.
- Total do Passivo em 29/02/2024 conforme o contido no Balanço Contábil do período obtido em Sistema Próprio da Autarquia.
- Total de Despesas com PPP obtido no Relatório Balanço Analítico da Despesa de 01/01/2024 a 29/02/2024 obtido em Sistema Próprio da Autarquia

Fabiane Cabral da Costa Santiago
Superintendente

Rita de Cássia Gonçalves Saraiva
Diretora de Finanças e Relações Comerciais
CRC ISP 263688/O-7



Atos do Poder Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATIBAIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de Referência: FEVEREIRO 2024

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial				1.198.241.180,00	
Previsão Atualizada				1.233.211.755,91	
Receitas Realizadas				200.913.487,56	
Déficit Orçamentário				0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				35.483.208,42	
DESPESAS					
Dotação Inicial				1.196.781.180,00	
Dotação Atualizada				1.269.614.599,19	
Despesas Empenhadas				556.065.224,05	
Despesas Liquidadas				155.310.185,35	
Despesas Pagas				132.742.065,82	
Superávit Orçamentário				45.603.302,21	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas				556.065.224,05	
Despesas Liquidadas				155.310.185,35	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida				1.044.579.373,10	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				1.044.579.373,10	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				1.044.579.373,10	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		0,00			
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00	
Resultado Previdenciário				0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO		0,00			
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00	
Resultado Previdenciário				0,00	
RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (c)	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		-66.439.100,00	19.495.894,50	-29,34	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		-79.329.200,00	50.481.306,75	-63,63	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		25.822.034,46	344,00	25.808.106,41	13.584,05
Poder Executivo	25.814.518,31	344,00	25.800.590,26	13.584,05	
Poder Legislativo	7.516,15	0,00	7.516,15	0,00	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		32.847.477,97	430.946,09	23.783.194,98	8.633.336,90
Poder Executivo	32.754.982,55	430.845,93	23.741.728,30	8.582.408,32	
Poder Legislativo	92.495,42	100,16	41.466,68	50.928,58	
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	58.669.512,43	431.290,09	49.591.301,39	8.646.920,95	
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		20.003.111,91	25,00	14,10	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica		12.470.500,12	70,00	52,63	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		0,00	0,00	0,00	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado no Exercício	Saldo não realizado		
Receitas de Operação de Crédito		473.273,74	75.926.919,39		
Despesa de Capital Líquida		103.439.278,58	116.555.983,32		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)		0,00	0,00	0,00	0,00

Atos do Poder Executivo

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado no Exercício		Saldo a Realizar
Receitas da Alienação de Ativos		0,00		2.198.700,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		1.897.600,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos		32.003.970,97	15,00	22,56
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0,64		

Nota Explicativa:

1 - Relatório consolidado com a Autarquia SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia: Receitas e Despesas fornecidas por relatório de sistema próprio da Autarquia.

FONTE: Contabilidade do Município. Metodologia do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Leiute do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF da Secretaria do Tesouro Nacional.

SARA BARBOSA DE LIMA
Contadora
CRC SP 302.210/O-9

ANTONIA APARECIDA CINTRA
Assistente Especial em Serviços de Gestão
CRC ISP 199.780/O-0

MARCELO MARTINIANO BERNARDES
Controle Interno

KELLEN MARIA SARTORI
Secretária de Finanças

EMIL ONO
Prefeito Municipal

Atos do Poder Executivo

Secretaria de Saúde

Prefeitura da Estância de Atibaia

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO BIMESTRAL DE APLICAÇÃO EM SAÚDE
EXERCÍCIO DE 2024

MUNICÍPIO: ATIBAIA

PERÍODO: 1º BIMESTRE

EXERCÍCIO: 2024

RECEITAS				
PRÓPRIAS	PREV. ATUAL.	ANTERIOR	1º BIMESTRE	ACUMULADO
Impostos	399.675.900,00	-	56.769.899,98	56.769.899,98
Transferências Constitucionais Legais	361.251.900,00	-	85.093.222,68	85.093.222,68
TOTAL	760.927.800,00	-	141.863.122,66	141.863.122,66
A) APLIC. MÍN. OBRIGATÓRIA (15%)	114.139.170,00	-	21.279.468,40	21.279.468,40
ADICIONAIS				
	PREV. ATUAL.	ANTERIOR	1º BIMESTRE	ACUMULADO
Transferências do SUS	28.672.940,00	-	7.664.055,29	7.664.055,29
Outras	4.821.600,00	-	180.483,55	180.483,55
B) APLICAÇÃO 100%	33.494.540,00	-	7.844.538,84	7.844.538,84
TOTAL P/ APLICAÇÃO (A + B)	147.633.710,00	-	29.124.007,24	29.124.007,24

DESPESAS				
TOTAIS	PREV. ATUAL.	ANTERIOR	1º BIMESTRE	ACUMULADO
EMPENHADAS	235.574.652,21	-	80.708.340,80	80.708.340,80
LIQUIDADAS	-	-	36.614.435,32	36.614.435,32
PAGAS	-	-	29.147.761,59	29.147.761,59

RESUMO				
RECURSOS PRÓPRIOS	PREV. ATUAL.	ANTERIOR	1º BIMESTRE	ACUMULADO
Valor a ser aplicado (mínimo 15%)	114.139.170,00	-	21.279.468,40	21.279.468,40
Aplicado (Despesas empenhadas) (*)	-	-	66.938.268,61	66.938.268,61
Percentual	-	-	47,19%	47,19%
Aplicado (despesas liquidadas)	-	-	32.003.970,97	32.003.970,97
Percentual	-	-	22,56%	22,56%
Aplicado (despesas pagas)	-	-	25.289.227,11	25.289.227,11
Percentual	-	-	17,83%	17,83%

RESUMO				
RECURSOS ADICIONAIS	PREV. ATUAL.	ANTERIOR	1º BIMESTRE	ACUMULADO
Valor a ser aplicado (100%)	33.494.540,00	-	7.844.538,84	7.844.538,84
Aplicado (Despesas empenhadas) (**)	-	-	13.770.072,19	13.770.072,19
Percentual	-	-	175,54%	175,54%
Aplicado (Despesas liquidadas)	-	-	4.610.464,35	4.610.464,35
Percentual	-	-	58,77%	58,77%
Aplicado (Despesas pagas)	-	-	3.858.534,48	3.858.534,48
Percentual	-	-	49,19%	49,19%

(*) contém empenhos estimativos do exercício de 2024 (Recursos Próprios)

(**) contém empenhos estimativos do exercício de 2024 (Aplicação 100%)

Atos do Poder Executivo

Secretaria de Cultura

Resultado Final para Seleção de Propostas de Apresentações e Atividades Artísticas e Culturais para Participação no Festival Literário 2024 no Município de Atibaia, Concurso n.º 012/2023.

A Comissão Técnica, formada por 3 (três) pareceristas contratados pela Secretaria de Cultura, aprovados em Edital próprio de Chamamento Público n.º 012/23, processo n.º 48.163/2023, para avaliação dos projetos qualificados na primeira etapa do Festival Literário 2024, Concurso n.º 012/2023, Processo Administrativo n.º 61.876/2023, em conformidade com o disposto no Item 7.2, realizaram a análise, sendo classificadas para apresentações as seguintes propostas:

Modalidade Apresentação Musical ao ar livre

Posição	Inscrição	Nome	Pontos
1º	6717/24	<u>Cristiane Barbosa</u>	146
2º	7014/24	<u>Caique Araujo da Silva</u>	135,5
3º	5116/24	<u>Waldir Augusto Camargos Souza Junior</u>	126,5
4º	3077/24	<u>Jucilene Buosi Fechus Borges</u>	122,5
5º	5390/24	Robson Alves de Castro	120
6º	5682/24	Andre Luis Gardel Barbosa	117,5
7º	7015/24	Paulo Henrique Neves Novaes	107
8º	2186/24	Luiz Guilherme Wolf Borges	98,5
9º	5103/24	Giuliano Tosin	96
10º	7006/24	Ivan Alberto de Souza	95

Modalidade: Narração ou contação de histórias

Posição	Inscrição	Nome	Pontos
1º	4386/24	<u>Anna Luiza Calixto Amaral</u>	146,5
2º	6734/24	<u>Tristão Editora Ltda</u>	139
3º	7022/24	<u>Vivian Silva Catenacci</u>	136
4º	4152/24	<u>Willian Felipe Gama</u>	126
5º	6985/24	Luarnoar Produções Art. e Culturais Ltda me	115
6º	249/24	Irene Mitsue Tanabe	94

Modalidade: Leituras Públicas Dirigidas

Classificados			
Posição	Inscrição	Nome	Pontos

Atos do Poder Executivo

1º	5739/24	<u>Fernanda Martins de Souza Emediato</u>	147,5
2º	6400/24	<u>Luiz Fernando de Souza Emediato</u>	145

Modalidade: Intervenções Cênicas

Posição	Inscrição	Nome	Pontos
1º	5894/24	<u>Troia Editora e Distribuidora Ltda</u>	147
2º	7101/24	<u>Vinicius Hernani Toledo Junqueira</u>	134
3º	7203/24	<u>Renata Duarte Martins</u>	132
4º	7205/24	<u>Adriana da Silva Souza</u>	98
5º	7178/24	Ana Carolina Rolim Granja	88,5
6º	7088/24	Luan Henrique da Silva	86,5
7º	4516/24	Pedro Stenio Caroca da Silva Barreto	71
8º	6688/24	Julia de Campos Moura	66
9º	5067/24	Danilo Gomes Neiva	63

Modalidade: Oficina ou Workshops

Posição	Inscrição	Nome	Pontos
1º	4852/24	<u>Mariana Custódio Farcetta</u>	143
2º	7229/24	<u>Márcio Emílio Zago</u>	143
3º	009/24	<u>Raquel Costa da Silva</u>	138
4º	7211/24	<u>Felipe Nogueira Do Nascimento</u>	136,5
5º	6205/24	Juliana Gonçalves Gobbe	135
6º	6608/24	LFE Editora Consultoria e Negócios Ltda	133
7º	6874/24	Adriana Pimenta da Silva	132,5
8º	6709/24	Flávio Rodrigues	132
9º	881/24	Samuel Antônio Santana	130,5
10º	1388/24	Thiago Cervan Martins	130
11º	6025/24	Rosana Barroso Miranda	127,5
12º	6707/24	Geruza Zelny de Almeida	127,5
13º	3363/24	Dianne Cristine Rodrigues de Melo	126
14º	6470/24	Wania Karolis Ramos Urresta	125,5
15º	7093/24	Gianmarco Bisaglia	125

Atos do Poder Executivo

16º	6923/24	Emediato Editores Ltda	119,5
17º	3059/24	Luiza Izulina Catenaci Guerra	117,5
18º	5823/24	Silvana Cotrim Moreira da Silva	115,5
19º	6619/24	Eduardo Dias Fonseca Guimaraes	114
20º	7127/24	Gabrielle Vacirca Pereira	113
21º	6030/24	Ednilson Barros Batista	110,5
22º	7195/24	Emellén Kelly Oliveira	105,5
23º	5657/24	Rafaella de Castro Fusaro	100,5
24º	7230/24	Juliana Sallas Ferreira	97
25º	7185/24	Daniela Alves de Sousa	92
26º	6169/24	Rodrigo Ribeiro	89,5
27º	6443/24	Ochoa Produções Artísticas Ltda	88
28º	5000/24	Durval de Campos Mantovaninni Junior	84,5
29º	7018/24	Rafael Gomes de Oliveira	83,5
30º	7133/24	Roberta do Amaral Forte	83
31º	5630/24	Fernanda Martins de Souza Emediato Produção	83
32º	7011/24	Nivanda Maria Dos Santos	78

Esclarecemos ainda que conforme previsto no Edital do Concurso de Projeto nº 012/2023, em seu Item nº 10, Convocação, de acordo com previsão abaixo:

10. DA CONVOCAÇÃO

10.1. A Secretaria de Cultura convocará via 1Doc, após a publicação da classificação final, as 18 (dezoito) propostas conforme classificação estabelecida no item 7., deste edital.

10.2. O Proponente deverá se manifestar quanto ao aceite da execução da apresentação, em até 72 (setenta e duas) horas corridas após o envio da convocação.

10.3. Caso não haja manifestação no tempo estabelecido no item 10.2., a Secretaria de Cultura convocará o próximo proponente habilitado, conforme classificação final, para ocupar a vaga disponível.

10.4. É de inteira responsabilidade do interessado o acompanhamento das convocações, devendo o mesmo atentar-se à movimentação do protocolo no 1doc, e-mail (inclusive caixa de SPAM), SMS ou outras notificações habilitadas no cadastro da plataforma 1doc.

Comissão para Análise e Verificação da Documentação

Pedro Luiz Pinheiro Maturana
Secretaria de Cultura

Thais Amorim Moreira
Secretaria de Cultura

Roberta Simão Cano
Secretaria de Cultura

Atos do Poder Executivo

SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia

Portaria Nº 65/2024-DS
de 26 de Março de 2024

A Ordenadora de despesa da SAAE – Saneamento Ambiental Atibaia, Fabiane Cabral da Costa Santiago, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo decreto n.º 8.116 de 12 de janeiro de 2017. **REALIZA** a adequação orçamentária nos termos do que dispõe o parágrafo 3º do artigo 10º da **Lei 4.906 de 07 de julho de 2023**, como segue:

DE:

11 - 40.1000.17.512.0091.2240.33903900.04.11000.....R\$ 156.600,00

PARA:

32 - 40.1000.17.512.0091.2240.33903500.04.11000.....R\$ 156.600,00

Justificativa: Tal remanejamento de dotação se faz necessária para atender as despesas com consultoria técnica para elaboração do relatório de sustentabilidade 2022/2023 e consultoria para confecção do Plano de Negócios.

Superintendência do SAAE, aos 26 de março de 2024.

Fabiane Cabral da Costa Santiago
SUPERINTENDENTEEDITALDENOTIFICAÇÃO – LANÇAMENTODEOFÍCIO
Alteração cadastral

A SAAE – Saneamento Ambiental de Atibaia, através do presente Edital, NOTIFICA os usuários/contribuintes abaixo relacionados que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente notificação, serão alteradas as cobranças de água, esgoto e lixo, de acordo com a fiscalização efetuada no imóvel.

Consoantes:

Resolução nº 277/2019 - ARES-PCJ para água e esgoto, que traz as seguintes definições:

Economia: unidade autônoma para fornecimento de água ou de esgotamento sanitário, como moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos públicos e similares, existentes numa determinada edificação, que são atendidos pelos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário;

Unidade usuária: economia ou conjunto de economias atendidos através de uma única ligação de água e/ou de esgoto.

Lei Complementar 486/05 (arts. 5º, 9º e 10º), alterada pelas **Leis Complementares 725/15, 741/17 e Decreto 9742/2021** para taxa de resíduos sólidos.

Matrícula	Cliente	Local	Bairro	Cadastro água / esgoto - alteração	Cadastro Resíduos Sólidos - alteração
50043-7	BENEDITO SERAPHIM DO NASCIMENTO	RUA CRISTIANO KISBERI, 277	JARDIM PARAISO DO TANQUE	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
48910-7	SABRINA SAYURI SASAKI	RUA JOSE ALVES VIEIRA, 125	JARDIM BROGOTÁ	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
67861-9	MARTA LIMA MALAQUIAS	RUA DAS FLORES, 20	ATIBAIA BELVEDERE	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
6970-1	ALFREDO AP CARDOSO E S/M	RUA YUNES DEMETRIO SABBAG, 439	JARDIM ALVINOPOLIS	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água e esgoto	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
66584-3	JOSE VELOSO BRAGA	RUA ESTADOS UNIDOS, 248	JARDIM CEREJEIRAS	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água e esgoto	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0

Atos do Poder Executivo

34998-4	GABRIEL CORREA FILHO	RUA EDWARD GUEDES DE TOLEDO, 138	JARDIM CEREJEIRAS	02 (duas) economia(s) residencial(ais) de água e esgoto	02 (duas) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
67976-3	FAMA - INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS LTDA	Estr. ARÃO SAHM, 4420	ATIBAIA BELVEDERE	01 (uma) economia(s) residencial(ais) de água	08 (oito) unidade(s) residencial(ais) geradora(s) de lixo na faixa R-0
40002-5	LAERTE AUGUSTO GALIZIA	AL. LUCAS NOGUEIRA GARCEZ, 1050	VILA JUNQUEIRA	03 (três) economia(s) comercial(ais) de água e esgoto	10 (dez) unidade(s) comercial(ais) geradora(s) de lixo na faixa NR-0

Maiores informações através do Setor de Atendimento, ou pelo telefone (11) 08000 112 190, WhatsApp (11) 4414-3523, ou e-mail sac@saaeatibaia.com.br. Evite extravio de correspondências, mantendo seu endereço atualizado junto à SAAE.

SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia.

Atibaia, 27 de março de 2024.

REGINA MARA DE PAIVA
Chefe de Departamento Comercial.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N° 01/2024

SULFATO DE ALUMÍNIO GRANULADO ISENTO DE FERRO E CARBONATO DE SÓDIO

CLASSIFICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Autarquia Municipal, SAAE - Saneamento Ambiental de Atibaia, através de seu PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO, torna público que no dia 22 de março de 2024, participaram deste pregão eletrônico para eventual aquisição de Sulfato de alumínio granulado isento de ferro e Carbonato de sódio (barrilha leve), de forma parcelada, por um período de 12(doze) meses, as empresas: **CALDAS QUÍMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, AKAVO QUÍMICA COMERCIAL LTDA, GR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS S.A, SANIGRAN LTDA e T-LOG DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTES LTDA.**

As licitantes apresentaram propostas iniciais, sendo CLASSIFICADAS para a fase de lances.

Após a fase de lances e habilitação a licitante **CALDAS QUÍMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** foi considerada vencedora do certame.

Não havendo interposição de recurso, o pregoeiro ADJUDICOU o objeto à empresa vencedora.

Tendo em vista a conduta adotada pelo PREGOEIRO, conforme ata constante no processo, a Superintendente da SAAE HOMOLOGOU o procedimento licitatório em referência à licitante vencedora, face ao pleno atendimento à legislação vigente.

Atibaia, 25 de março de 2024.

Fabiane Cabral da Costa Santiago
- Superintendente-

Filipe Amorim Teodoro
- Pregoeiro -

Atos do Poder Executivo

Secretaria de Educação

PORTARIA N.º 12 – SE de 26 de março de 2024

O **ORDENADOR DA DESPESA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Decreto n.º 8.116 de 12 de janeiro de 2017, **REALIZA** a adequação orçamentária, nos termos do que dispõe o parágrafo 3º do artigo 10º da **Lei 4.906 de 07 de julho de 2023**, como segue:

DE:
351 - 18.200.12.365.0045.2.105.449051.01.2130000.....R\$ 2.883,90

PARA:
352 -18.200.12.365.0045.2.105.449052.01.2130000.....R\$ 2.883,90

Justificativa: Para ocorrer com despesas de aquisição de mobiliário e eletrodoméstico para uso nas unidades escolares da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Atibaia, 26 de março de 2024.

Eliane Doratiotto Endsfieldz
Secretária de Educação

Ato Decisório n.º 48/2024

A Secretária de Educação do Município de Atibaia, considerando:

O Decreto Municipal n.º 4.681, de 08 de abril de 2005, alterado pelos Decretos Municipais n.º 9.079, de 24 de janeiro de 2020 e n.º 9.811, de 28 de dezembro de 2021, que dispõem sobre acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, no âmbito do serviço público municipal;

Expede o ato decisório de **acumulação legal** de cargos ao servidor **Claudio Aparecido Lourenço de Carvalho**, RG n.º 32.285.963-3, nos cargos de: Professor de Educação Física, código funcional 8.097, na EM Estudante Nelson José Pedroso, na Prefeitura da Estância de Atibaia e de PEB II – Educação Física, na EM Tirsi Anna Castellani Gamberini no município de Mairiporã – SP.

Publique-se.

Eliane Doratiotto Endsfieldz
Secretária de Educação

Ato Decisório n.º 47/2024

A Secretária de Educação do Município de Atibaia, considerando:

O Decreto Municipal n.º 4.681, de 08 de abril de 2005, alterado pelos Decretos Municipais n.º 9.079, de 24 de janeiro de 2020 e n.º 9.811, de 28 de dezembro de 2021, que dispõem sobre acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, no âmbito do serviço

público municipal;

Expede o ato decisório de **acumulação legal** de cargos à servidora **Lucielma Bueno Dias Moraes**, RG n.º 32.522.092-x, nos cargos de: Professor, código funcional 9.234, na EM Estudante Nelson José Pedroso, na Prefeitura da Estância de Atibaia e de PEB I, na EM Tirsi Anna Castellani Gamberini, no Município de Mairiporã – SP.

Publique-se.

Eliane Doratiotto Endsfieldz
Secretária de Educação

Ato Decisório n.º 49/2024

A Secretária de Educação do Município de Atibaia, considerando:

O Decreto Municipal n.º 4.681, de 08 de abril de 2005, alterado pelos Decretos Municipais n.º 9.079, de 24 de janeiro de 2020 e n.º 9.811, de 28 de dezembro de 2021, que dispõem sobre acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, no âmbito do serviço público municipal;

Expede o ato decisório de **acumulação legal** de cargos à servidora **Thaís Blanes**, RG n.º 25.241.773-2, nos cargos de: Professor, código funcional 8.823, na EM Estudante Nelson José Pedroso, na Prefeitura da Estância de Atibaia e de PEB I – Ensino Fundamental, no CEMAD – Centro de Apoio, Desenvolvimento e Formação Francisco Tasso, no Município de Mairiporã – SP.

Publique-se.

Eliane Doratiotto Endsfieldz
Secretária de Educação

Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal n.º 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal n.º 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal n.º 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei n.º 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

ATA N.º 03/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS

Em oito de março do ano de dois mil e vinte e três, às 09h40, estiveram presentes na terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do ano de dois mil e vinte e três, os seguintes conselheiros e conselheiras: Presidente Eliane Ugliano; Conselheira Yara Aparecida de Mendonça; Conselheiro Paulo

Atos do Poder Executivo

Birkman; Conselheiro Reinaldo Feitosa do Nascimento; Conselheira Rosa Leite da Cunha; Conselheira Érica da Silva de Lima Moreira; Conselheira Mara de Castro Valente; Conselheira Rosângela Aparecida Zandoneli; Conselheiro Lucas Vieira de Jesus; Conselheiro Alcino Teles da Rocha Júnior; Conselheiro Lucas Vieira de Jesus; Conselheira Nathalie Regina do Nascimento Correia; Conselheira: Sílvia Maria de Campos Sireira; Conselheira Rosa Helena Nunes; Conselheiro Ezequiel Arruda. A referida reunião dispôs como único item de pauta, a análise de alterações das resoluções que versam sobre a 1. Deliberação e Aprovação da Reprogramação dos Saldos dos Recursos Estaduais, referente ao ano base - Exercício de 2022, cujas informações já apresentadas ao plenário em reunião extraordinária, bem como foram realizados os esclarecimentos e dúvidas de todos os conselheiros, as quais foram dirimidas em reunião. Ressalta-se que antes da reunião ordinária realizada em dois de março do ano de dois mil e vinte e três, e reiteradas em posterior sessão extraordinária, as informações foram encaminhadas detalhadamente, para ciência, análise prévia e apropriação do teor financeiro sobre o assunto em pauta. Após a explicação da pauta realizada pela presidente, iniciou-se o pronunciamento dos conselheiros participantes para que votassem sobre o tema disposto no item 1 da pauta, conforme o que se segue: Os conselheiros participantes e aptos a votarem, emitiram seu registro de voto, respondendo pela aprovação ou não aprovação. Desta forma, todos os conselheiros votaram da seguinte forma: 1) Presidente Eliane Ugliano Aprovado - 2) Conselheira: Yara Aparecida de Mendonça: Aprovado - 3) Conselheiro Paulo Birkman: Aprovado - 4) Conselheiro Reinaldo Feitosa do Nascimento: Aprovado - 5) Conselheira Rosa Leite da Cunha: Aprovado - 6) Conselheira Érica da Silva de Lima Moreira: Aprovado - 7) Conselheira Mara de Castro Valente: Aprovado - 8) Conselheira Rosângela Aparecida Zandoneli: Aprovado - 9) Conselheiro Lucas Vieira de Jesus: Aprovado - 10) Conselheiro Alcino Teles da Rocha Júnior: Aprovado - 11) Conselheiro Lucas Vieira de Jesus: Aprovado - 12) Conselheira Nathalie Regina do Nascimento Correia: Aprovado - 12) Conselheira: Sílvia Maria de Campos Sireira: Aprovado - 13) Conselheira Rosa Helena Nunes: Aprovado - 14) Conselheiro Ezequiel Arruda: Aprovado. Após a finalização da votação, em ato contínuo, realizou-se a contagem dos votos, obtendo-se o total de 14 (quatorze) votos. Logo depois, findou-se à reunião com a unânime aprovação do colegiado, sem nenhuma manifestação dos conselheiros e com o agradecimento da Presidente a todos os presentes. Posteriormente, encerrou a reunião. Eu, Lucas Vieira de Jesus, lavrei encerrei esta ATA.

Lucas Vieira de Jesus
1º SECRETÁRIO CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

ATA Nº 04/2023 REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS

Em seis de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas (09h am), estiveram presentes à quarta Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social do ano de dois mil e vinte e três, os seguintes conselheiros e conselheiras: Eliane Ugliano; Vanessa

Fernandes da Silva; Nathalie Regina do Nascimento Correia; Rosa Elena Nunes da Silva; Sílvia Maria de Campos Sireira; Mara de Castro Valente; Cláudia Martins Costa Mesquita; Tânia Alessandra Moraes; Vanderson Carlos Oliveira da Silva; Lucas Vieira de Jesus; Rosângela Zandoneli. E como convidados: Débora Moya Imazaki, representando o CIEE; Carlos André de O. Ouchara, representando a ABRAPEC e Adanir dos S. Gonzaga Martins. A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens que compuseram a pauta: 1. Verificação de Quórum; 2. Leitura e Deliberação da Ata Ordinária do mês anterior; 3. Apresentação das Comissões; 4. Deliberação: Data da Conferência Municipal de Assistência Social 2023; 5. Deliberação: Abertura do PMAS; 6. Deliberação: Recurso Estadual para Custeio de Benefício Estadual; 7. Palavra Livre. A Presidente agradeceu a todos que estavam presentes e iniciou a reunião. Em seguida, o Conselheiro Lucas procedeu a leitura da ATA da Reunião Ordinária do mês de março. Após o término da leitura, a ATA foi aprovada com as seguintes ressalvas: Inclusão da fala da Conselheira Mara sobre a sua intenção em participar da Comissão de organização da Conferência Municipal de Assistência Social e alteração em uma fala do Conselheiro Adriano sobre a Reprogramação do Saldo Financeiro do Exercício de 2022. Em seguida foi deliberado sobre a composição das Comissões e assim ficaram definidas: Comissão de Administração: Érica da Silva Lima Moreira - Sociedade Civil; Vanessa Fernandes da Silva - Sociedade Civil; Mara de Castro Valente - Poder Público; Cláudia Martins Costa Mesquita - Poder Público. Comissão de Finanças: Cláudia Regina Soriano - Sociedade Civil; Reinaldo Feitosa do Nascimento - Poder Público. Comissão de Controle Social - PBF: Cleusa Maria da Silva - Usuários; Vanessa Fernandes da Silva - Trabalhadores; Vanderson C. Oliveira da Silva - Poder Público; Rosa Helena Nunes da Silva - Secretaria de Educação; Sílvia Maria de Campos Sireira - Secretaria de Saúde. Comissão Temporária de Organização da Conferência Municipal de Assistência Social: Lucas Vieira de Jesus - Poder Público; Vanessa Fernandes da Silva - Sociedade Civil; Ezequiel Arruda - Usuários; Rosa Helena Nunes da Silva - Poder Público, e como Presidente e Vice Presidente, respectivamente, as Conselheiras Eliane Ugliano e Mara de Castro Valente. O terceiro item da pauta foi iniciado pela fala da Conselheira Mara, a qual informou que a Secretária de Assistência Social, Sra. Magali, pediu para informar ao Colegiado que o Prefeito estaria livre no dia 21 de julho, pois seria importante o chefe do executivo fazer a abertura da conferência, e que a data já estava na agenda do Prefeito. No entanto, a própria conselheira pontuou que se o Conselho, por conveniência, decidisse por outra data, seria legítima tal decisão. Entretanto, por unanimidade, todos os conselheiros decidiram pela data do dia 21/07. Posteriormente, a Conselheira Presidente, Sra. Eliane perguntou às conselheiras Mara e Cláudia se já haviam sido informados os CRAS, para principiar as Pré Conferências. A Conselheira Cláudia informou que, normalmente, as Pré Conferências eram realizadas até uma semana antes da Conferência. No entanto, é valioso destacar a importância do tema que será trabalhado na atual Conferência, na qual o diálogo dos serviços socioassistenciais, acompanhada de suas críticas e sugestões devam ser, de fato, discutidas com os usuários do SUAS. Em vista disso, sugeriu que os CRAS começassem a realizar as discussões no início do mês de julho. Após a fala da conselheira Cláudia, a conselheira Rose informou, também, que o conselho do COMAD está querendo fazer algumas ações no mês de junho, pois 26/06 é o Dia Internacional Contra o Abuso de Drogas e ao Tráfico Ilícito. A conselheira Cláudia lembrou ainda que o mês de junho está com vários eventos, em que os CRAS e outros equipamentos estão envolvidos, por isso seria importante as discussões e as pré conferências serem realizadas no mês de julho. A conselheira Mara informou que, como a Secretaria participa do CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, tem informações mais refinadas através das discussões realizadas pelo Colegiado Nacional. Neste sentido, há sugestões em favor de não se realizar uma ampla palestra, para que se tenha mais tempo de discussão do tema e do eixo das Conferências

Atos do Poder Executivo

Municipais. Falou, ainda, que houve a sugestão de que fossem feitos grupos separados por trabalhadores, poder público, sociedade civil e sugerir as discussões por segmentos. No entanto, a conselheira acha que a riqueza da discussão dos eixos está, justamente, na mesclagem que formam os grupos para as deliberações dos itens que compõem os eixos. Em seguida, a Servidora Rozana informou sobre as palestras com algumas pensadoras do SUAS, informando e orientando sobre as conferências. A conselheira Eliane disse que o CONSEAS realizará encontros virtuais por macrorregiões para a orientação sobre o processo de conferência da Assistência Social, destinados a 645 Conselhos Municipais da Assistência Social do Estado de São Paulo. Sendo que para o CMAS de Atibaia, o encontro virtual acontecerá dia 26/04, das nove às onze horas (09h às 11h, am), lembrando que poderá participar 05 conselheiros por Município. A conselheira Eliane sugeriu que os participantes da Comissão da Conferência participassem dos encontros. Sobre isso, não houve objeção por parte dos outros conselheiros. Sugeriu também que a reunião da conferência fosse já marcada para as quartas feiras, às oito horas e trinta minutos (08h30 am), iniciando a primeira reunião no dia 12/04/2023. Com o aval da comissão, ficou assim decidido. Em segunda passou-se para o próximo item da pauta. A conselheira Cláudia, sobre a abertura do PMAS, iniciou falando sobre os serviços de acolhimento. No PMAS, consta ainda o serviço de acolhimento do Abayomi, pois não havia ainda definição de como se constituiria o serviço, uma vez que se pensava em reduzir a oferta deste serviço, pois o Município contava com 3 equipamentos de acolhimento institucional e uma outra modalidade, que era a família acolhedora, totalizando 4 serviços. Entretanto, segundo a conselheira, o Município vem notando uma diminuição nos acolhimentos de crianças e adolescentes, neste sentido, manteria-se dois serviços de acolhimentos, com 20 vagas para cada equipamento, sendo, no máximo 25, quando grupo de irmãos, e mais 10 vagas para família acolhedora, totalizando, ainda, 60 vagas. No entanto, está registrado no PMAS, a Instituição Curumim, com os dois abrigos Abayomi. Mas que, agora, como vencedora do certame, assumiu o serviço, a Casa do Caminho. Em síntese, a conselheira pronunciou que se precisa alterar, no Plano, a quantidade serviços, bem como a OSC responsável pela execução do Serviço. Continuando, informou que necessita da deliberação do Conselho pela aprovação ou não da alteração do PMAS. Frisou, ainda, que o PMAS é um importante documento e precisa estar, fielmente descritos, os serviços que estão sendo executados no Município. Em seguida abriu-se para a votação dos conselheiros presentes, tendo o quesito a seguinte redação: Aprovação ou Não Aprovação da Reabertura do PMAS para alteração na quantidade de serviços para o acolhimento de Crianças e Adolescentes e alteração da OSC responsável pela execução de tal serviço. A Secretária executiva, Wilma, chamou, nominalmente, os conselheiros aptos a voltarem, como se segue: Eliane Ugliano: Aprovada; Vanessa Fernandes da Silva: Aprovada; Nathalie Regina do Nascimento Correia: Aprovada; Rosa Elena Nunes da Silva: Aprovada; Sílvia Maria de Campos Sireira: Aprovada; Mara de Castro Valente: Aprovada; Tânia Alessandra Morais: Aprovada; Vanderson Carlos Oliveira da Silva: Aprovada; Lucas Vieira de Jesus: Aprovada; Rosângela Zandoneli: Aprovada. Em seguida, passou-se a Deliberação da Utilização de Recurso Estadual para custeio de benefícios eventuais. A conselheira Claudia informou que há uma deliberação do CONSEAS no sentido de que o estado tem uma responsabilidade no co-financiamento dos benefícios eventuais, sendo estes: Benefício Eventual Por ocasião de Falecimento; Benefício Eventual Por ocasião do Nascimento; Benefício Eventual para Vulnerabilidade temporárias; Benefício Eventual para Calamidade Pública. Neste ano, o Município recebeu recurso no valor de setenta e dois mil, novecentos e seis reais e dezesseis centavos - \$72.906,16. Sendo que o valor é transferido em parcela única do Fundo Estadual para o Fundo Municipal, devendo, ainda, o Município incluir tais informações no PMAS. E lembrou o que o Município tem até 13 de abril para encaminhamento do Ofício, informando a modalidade do benefício eventual ao qual o recurso

estadual será destinado, bem como Deliberação do CMAS de concordância com valores e sua destinação. A sugestão da Secretaria de Assistência Social - SADS, segundo a conselheira, é de que esse recurso seja alocado para o benefício eventual por ocasião do nascimento. Explicou que, de junho de 2022 a março de 2023, foram entregues cento e sessenta e um (161) kits de enxovais e o próprio Município tem provido tais despesas. Sinalizou, também, que há uma demanda grande e que vem crescendo cada vez mais, a procura por este benefício. Lembrou que em relação ao benefício por ocasião do falecimento, já há uma cobertura de gasto, nas calamidades públicas, o Município consegue obter uma resposta efetiva, bem como em relação às vulnerabilidades temporárias. Neste sentido, concluiu sua fala que pela análise da SADS, a sugestão é a alocação do referido recurso para a cobertura do benefício eventual por ocasião do nascimento. A conselheira ainda sugeriu que, como a deliberação fala em conceder o benefício por material ou pecúnia, seria importante discutir na Conferência, o modo de concessão do benefício, já que, em pecúnia, dá-se mais autonomia à beneficiária. Passou-se à votação do tema. Novamente, a Secretária Executiva, Wilma, leu os nomes dos Conselheiros titulares e estes optaram ou não pela aprovação do tema retomado: Eliane Ugliano: Aprovada; Vanessa Fernandes da Silva: Aprovada; Nathalie Regina do Nascimento Correia: Aprovada; Rosa Elena Nunes da Silva: Aprovada; Sílvia Maria de Campos Sireira: Aprovada; Mara de Castro Valente: Aprovada; Tânia Alessandra Morais: Aprovada; Vanderson Carlos Oliveira da Silva: Aprovada; Lucas Vieira de Jesus: Aprovada; Rosângela Zandoneli: Aprovada. Após a aprovação, por unanimidade, a conselheira presidente passou ao último item da pauta. A conselheira Sílvia informou ao colegiado que a Inauguração do CAPSII será dia 18 de maio, que também é dia da Luta Antimanicomial. A conselheira Cláudia sugeriu que, como o dia 18 de maio é dia de combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, poderia-se aproveitar a oportunidade de inauguração do CAPSII para fazer uma passeata pela Cidade. Falou ainda que no início do ano houve uma divisão de tarefas entre os CRAS para trabalhar temas importantes durante o ano. A conselheira Sílvia ainda falou sobre as clínicas que estão funcionando no Município de Atibaia, para internação de crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista. E que é uma situação muito grave a ser combatida. Logo em seguida, a convidada Débora, representante do CIEE falou que veio à reunião para conhecer mais e se colocou à disposição para parcerias e trabalhos. Em seguida, a conselheira Eliane falou um pouco mais sobre as comissões de Administração e de Visitas, as quais são conjuntas com o CMDCA. Posteriormente, agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião. Eu, Lucas Vieira de Jesus, lavrei e encerrei esta ATA.

Lucas Vieira de Jesus
1º SECRETÁRIO CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

**ATA Nº 06/2023
REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS**

Em quinze de junho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e

Atos do Poder Executivo

trinta minutos (09h30am), estiveram presentes na sexta reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, os seguintes conselheiros e conselheiras: **Adriane Trofino Martins; Rosa Helena Nunes da Silva; Sílvia Maria de Campos Sirera; Mara de Castro Valente; Cláudia Martins Costa Mesquita; Tânia Alessandra Moraes; Lucas Vieira de Jesus; Rosângela Zandoneli; Reinaldo Feitosa do Nascimento; Paulo Birkman; Érica da Silva de Lima Moreira; Yara Mendonça; Rosa Leite.** Como convidados, estiveram presentes: **Elisa Alves de Macedo, Jeniffer Camargo e Weverton S. Corrêa** - Colaborador da Comissão Temporária para a Organização da Décima Conferência Municipal de Assistência Social. A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens, os quais compuseram a pauta: **1. Verificação de Quórum; 2. Apreciação e Deliberação do Recurso Estadual para o Serviço de Proteção Social Especial para a População em Situação de Rua nos períodos de baixa temperatura; 3. Deliberação sobre a Ratificação da Renovação da OSC Casa do Caminho; 4. Deliberação sobre nova inscrição da OSC Abayomi - Centro de Desenvolvimento Humano - Assessoramento e Defesa de Direitos; 5. Palavra da Comissão da Décima Conferência Municipal de Assistência Social; 6. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas; 7. Palavra Livre.** Após a verificação de Quórum, a Conselheira Presidente cumprimentou a todos os presentes e iniciou a reunião com o item cinco da pauta. **5. Palavra da Comissão da Décima Conferência Municipal de Assistência Social:** A presidente comunicou aos demais conselheiros que os preparativos para as Pré-Conferências estão adiantados, faltando apenas alguns detalhes. O colaborador da Comissão, Weverton, falou das inscrições que serão realizadas por meio de formulário eletrônico, que já está criado mas, contudo, falta a divulgação do link para que se inicie as realizações das inscrições. A conselheira Mara informou que as sacolas que serão usadas para a distribuição no dia da Conferência chegaram e que já estão sendo distribuídas para as Organizações Sociais. Em seguida, falou também das ressalvas referentes ao regimento da Conferência. A presidente Eliane, referindo-se ao regimento, informou que poucas informações foram alteradas. Quanto aos cartazes e a arte e logo da divulgação da Conferência, foi solicitada à Secretaria de Comunicação, a alteração de alguns desenhos. A senhora Iara aludiu aos espaços onde serão realizadas as pré-Conferências e perguntou sobre a possibilidade, caso haja necessidade, de intérpretes de Libras nas Pré-Conferências. A funcionária do Conselho, Wilma, informou que entraria em contato com Tamires, que é intérprete e presta serviços à SADS. Posteriormente, o Sr. Weverton indagou sobre como serão realizadas as escolhas para os delegados e os relatores da conferência. A conselheira Mara respondeu que os Delegados serão escolhidos no dia da Conferência, notadamente na Plenária. propôs, ainda, que os relatores dessem voz aos participantes, principalmente aos usuários do SUAS. A Conselheira Cláudia falou ainda sobre a acessibilidade de linguagem dos profissionais que, eventualmente, terão oportunidade de fala, tanto nas Pré-Conferências quanto na própria Conferência. trouxe o exemplo da estudiva Abigail Torres, comunicando que, às vezes, o usuário não compreende efetivamente o que é a Política de Assistência Social, mas os questionamentos que a população trazem são extremamente necessários, pois são provocativos e inclui o usuário dentro da Assistência de forma mais intensa, tornando-se até auto instrutiva a compreensão. Ainda, afirmou que se a conferência é o espaço para a escuta do usuário, deveríamos refletir sobre as nossas atitudes como profissionais no sentido de abertura e acolhimento que damos aos usuários do SUAS. E completou dizendo que deve-se adotar esta prática já Pré-Conferências. A conselheira Mara comparou a fala da conselheira Cláudia à Conferência do CMDCA, a qual foi extremamente participativa. Falou ainda que a Abigail lançou um E-book com várias orientações em relação ao tema proposto para esta Conferência de dois mil e vinte e três. E que seria importante o Conselho ter este material para utilizar nesta e nas futuras conferências. Comunicou também que o Coffe Break já foi providenciado e que a

programação já está estruturada. A Wilma perguntou sobre o transporte no dia da Conferência. Em relação a quantidade e ao local, para que se realize a solicitação com antecedência. **2. Apreciação e Deliberação do Recurso Estadual para o Serviço de Proteção Social Especial para a População em Situação de Rua nos períodos de baixa temperatura:** A conselheira Cláudia informou que há um saldo, de recurso estadual, a ser utilizado valor de setenta mil reais, publicado através de Resolução e com uma alteração em relação a Nota Técnica anterior, onde suprimi as diretrizes sobre o protocolo de prevenção contra a Covid 19. A conselheira informou que o recurso visa, especificamente, ampliar o número de vagas para desabrigados. No entanto, já há uma mobilização no atendimento da população de rua. Há inclusive uma relação das pessoas que foram abordadas e as que foram acolhidas. E não obstante a isso, já é de costume que a Casa de Passagem intensifica as ações na rua durante as baixas temperaturas. O conselheiro Paulo informa que os recursos dos quais dispõe hoje, bem como a estrutura e espaço físico não daria para suprir toda a demanda que é verificada durante o inverno, Entretanto, todos são atendidos conforme o planejamento que a OSC consegue realizar. Pois aumenta-se, neste período, valores com alimentação, com combustíveis e com Recursos Humanos, que são imprescindíveis para atender esta população. afirmou que jamais deixa um morador de rua desacolhido quando este procura a casa de passagem. A Conselheira Cláudia frisou que a população de rua é um público prioritário. Disse que há o serviço de acolhimento institucional, as casas de passagem e os serviços de abordagem. E neste período sazonal, intensifica-se a demanda. falou que há quarenta e sete pessoas em acolhimento institucional. Foram abordadas trinta e um usuários. Mas apenas aceitaram acolhimento e restam 21 vagas disponíveis. Alertou para a intensificação das ações, que é acompanhada pela SADS e sobre os dados que são monitorados para a prestação de contas. Disse que embora o valor demore a chegar, vem em um bom momento para a intensificação das ações dos serviços mencionados. Disse ainda que é necessário a Deliberação para aprovação do recurso, mas também é importante que se questione e provoque, inclusive na Conferência, para que este recurso chegue antes de abril, pois há demasiada burocracia para liberação e utilização desta verba. A Conselheira informou que a alteração da data desta Reunião Ordinária foi, inclusive, em função da demora na publicação da resolução pelo Governo Estadual. O conselheiro Reinaldo, através de questão de ordem, informou à Presidente que uma conselheira teria que se ausentar e pediu que se adiantasse a votação do item 2 da pauta, aproveitando-se o quórum que se tinha no momento. Deste modo, passou-se à votação do item 2, de forma nominal, conforme segue: **Adriane Trofino Martins - Pela Aprovação; Rosa Helena Nunes da Silva - Pela Aprovação; Sílvia Maria de Campos Sirera - Pela Aprovação; Mara de Castro Valente - Pela Aprovação; Tânia Alessandra Moraes - Pela Aprovação; Lucas Vieira de Jesus - Pela Aprovação; Rosângela Zandoneli - Pela Aprovação; Reinaldo Feitosa do Nascimento - Pela Aprovação; Paulo Birkman - Pela Aprovação; Érica da Silva de Lima Moreira - Pela Aprovação; Yara Mendonça - Pela Aprovação; Rosa Leite - Pela Aprovação.** Após aprovação, de forma unânime, o Conselheiro Paulo convidou a todos que não conhecem a casa de passagem a realizarem uma visita, bem como os serviços que são ofertados à população que está abrigada. **3. Deliberação sobre a Ratificação da Renovação da OSC Casa do Caminho:** Em relação ao tema, a conselheira Mara informou que foi conversado com os técnicos da Casa do Caminho sobre alguns serviços e ficou somente a necessidade do cumprimento de uma pendência técnica em relação a OSC, não sendo nada que impeça a renovação do Convênio, já que toda a Documentação está em ordem. O plenário decidiu que a votação seria pela manifestação contrária por parte de algum conselheiro. Neste sentido, todos os conselheiros, por unanimidade, decidiram pela aprovação. **4. Deliberação sobre nova inscrição da OSC Abayomi - Centro de Desenvolvimento Humano - Assessoramento e Defesa de Direitos;** A conselheira Mara informou

Atos do Poder Executivo

que a referida OSC pleiteou a inscrição como Assessoramento e Defesa de Direitos. Informou que a comissão de administração fez algumas orientações e que a Documentação está completa e em conformidade com os critérios estabelecidos. Também, sem manifestação contrária, todos os conselheiros deliberaram a favor. **6. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas:** A conselheira Mara iniciou sua fala se referindo à Comissão de Administração. Informou que analisaram as Documentações das Organizações citadas nesta ATA, bem como a do Espaço Crescer, do CIEE que já está aprovada, porém tem algumas organizações que estão pendentes, pois estão carecendo de adequações e está, também, aguardando a comissão de visitas para realizarem a verificação. Informou que a Reunião que a Comissão de Administração se reúne todas as quartas feiras Disse que a Conselheira Cláudia sugeriu a criação de um documento para formalização de cada processo, bem como os apontamentos que serão importantes para a comissão de visita. A Presidente Eliane informou que é importante a sugestão da Conselheira Cláudia, pois facilitaria e agilizaria as verificações da Comissão de Visitas. A conselheira Cláudia falou sobre a lentidão que está ocorrendo nas devolutivas para as organizações, pois informou que não está havendo agilidade na organização. E por isso mesmo, sugeriu reunião conjunta de Administração com a Reunião de Visitas. A conselheira Marta questionou sobre a necessidade de todos que fazem parte das comissões, terem e assumirem as responsabilidades para que não haja prejuízo para organizações que pleiteiam a Inscrição. Falou que a comissão de visitas está com dificuldade de se encontrarem para realizarem as verificações, pois há muito trabalho a ser realizado. A conselheira Cláudia informou que é compreensível que todos tenham muitas demandas, mas que a sobrecarga de serviço não é justificativa para que se atrase o andamento do processo de análise e aprovação de solicitações de Organizações. A conselheira Mara informou ainda que há a possibilidade de recompor a comissão, já que alguns conselheiros não podem, eventualmente, comparecerem. A conselheira Cláudia sugeriu que na próxima reunião de Administração, estejam presentes a comissão de visitas para alinhamento das ações. A Wilma informou que há uma dificuldade de conseguir carro para a efetivação das visitas às quartas-feiras. A conselheira Cláudia então pediu que a Wilma formalize por IDOC a solicitação de carro para as sextas feiras, pois é o dia no qual há maior disponibilidade de veículos. Após discussão sobre a data para a reunião conjunta, ficou definido que será realizada na quarta-feira seguinte, às nove horas. **Palavra Livre:** O conselheiro Reinaldo informou que, em relação a uma reprogramação de saldo no valor de seis mil reais, oriundo de Recurso Estadual, será avaliada a possibilidade de se somar aos setenta mil, que serão destinados à Casa do Caminho. A conselheira Rosângela informou que o Centro POP está em uma parceria com o CRAS Tanque relativo à população em situação de rua. A conselheira Cláudia complementou informando que o referido CRAS está em parceria também com a Saúde, notadamente o CAPS AD, no sentido de prevenção e redução de danos no território do Tanque. A Conselheira Yara levantou algumas dúvidas acerca da realização dos seus serviços, bem como da prestação de contas a este relacionada. Em relação a isto, a conselheira se comprometeu a orientá-la. A conselheira Cláudia concluiu que, independente de recursos, para terem a documentação concedida pelo CMAS, as Organizações devem ter ciência que é importante que a população assistida esteja referenciada ao CRAS do território onde os serviços são ofertados. O conselheiro Paulo informou que há bastantes cursos concedidos pela casa do caminho e que as inscrições são realizadas pela internet ou pelo whatsapp. Sem mais manifestações, a Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião. Eu, Lucas Vieira de Jesus, lavrei e encerrei esta ATA.

Lucas Vieira de Jesus
1º SECRETÁRIO CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

ATA Nº 07/2023 REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS

Aos seis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos (09h30am), estiveram presentes na sétima Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, os seguintes conselheiros e conselheiras: *Rosa Helena Nunes da Silva; Lucimara Regina Moraes Lima; Mara de Castro Valente; Adriano Gonçalves Cruz; Vanderson Carlos Oliveira da Silva; ; Rosângela Aparecida Zandoneli; Reinaldo Feitosa do Nascimento; Nilza Antonio de Paula; Eliane Ugliano; Glaúcia Gabriela Bagattini Souza Venâncio; Yara Mendonça; Rosa Leite.* Como convidados, estive presente: *Elisa Alves de Macedo, Miriam Parolin e Tânia da Silva Pereira.* A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens, os quais compuseram a pauta: **1. Verificação de Quórum; 2. Deliberação das Atas de Maio e Junho/2023; 3. Deliberação do Regimento Interno da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social; 4. Informações sobre as Pré - Conferências e Link para cadastramento na 10ª Conferência do CMAS; 5. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas; 6. Palavra Livre.** Após a verificação de Quórum, a Conselheira Presidente cumprimentou a todos os presentes e dada as dificuldades encontradas para a composição de quórum, pediu desculpas pelas controvérsias, agradeceu a todos pela presença e deu início à reunião com o item **2 da Pauta - Deliberação das Atas de Maio e Junho/2023** Dando 8845 andamento aos trabalhos, a Sra. Presidente realizou a leitura da Ata da Reunião Ordinária do mês anterior e ao finalizar, colocou à disposição para votação dos Conselheiros, sendo a mesma aprovada pela maioria dos mesmos. A seguir, a Sra. Presidente passou para o item **3 da Pauta - Deliberação do Regimento Interno da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social** – A Sra. Presidente informou que a Comissão Organizadora da Décima Conferência do CMAS elaborou o Regimento Interno e na sequência solicitou a leitura do mesmo para ciência e/ou alterações do Colegiado, observando ainda que o documento fosse aprovado pelo CMAS, o mesmo seria submetido à deliberação pela plenária, no ato da realização da Conferência. A seguir, deu-se a leitura do mesmo pela Sra. Rozana, da Secretaria Executiva do CMAS. Ao final da apresentação do texto, a Conselheira Mara manifestou algumas ressalvas, explicando detalhadamente as alterações sugeridas, as quais formam acatadas pelos demais. Sendo assim, o Regimento Interno foi pré aprovado pelo Colegiado, com as devidas ressalvas, devendo o mesmo ser apresentado à plenária para correções e deliberação pela mesma, ao iniciar a 10ª Conferência. Dando continuidade, a Sra. Presidente passou para o item **4 da Pauta – Informações sobre as Pré - Conferências e Link para cadastramento na 10ª Conferência do CMAS** – A Sra. Presidente informou a todos que, ainda naquela data seria encaminhado o Link de registro de inscrições à Secretaria de Comunicação, para divulgação da abertura das inscrições na Conferência Municipal de Assistência Social. Na sequência, passou para o item **5. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas** – Sra. Eliane, passou a palavra à Conselheira Mara, a qual comentou que de acordo com o combinado na última Reunião Ordinária, foi marcada um encontro na semana seguinte com os membros da Comissão de Administração e de Visitas, para afinarem as conversas, também se discutir sobre a importância do retorno sobre as visitas, a

Atos do Poder Executivo

fim de zerar o acúmulo de processos aguardando respostas das inscrições. e na data marcada dessa reunião, e da comissão de visitas apenas o Lucas compareceu. Na última quarta-feira, em reunião de Comissão, foi comentado a necessidade de conseguir mais Conselheiros para completar a Comissão de Visita, dessa forma, caso algum membro tenha que faltar ao compromisso, outro membro poderia acompanhar, sempre formando duplas paritárias e no caso de não haver paridade, a visita é cancelada. Também foi solicitado à Secretaria Executiva comunicar às OSCs Mater Dei, São Vicente de Paula e Casa do Pequeno Trabalhador sobre algumas alterações que devem ser feitas na documentação apresentada, para que possa formalizar atualização de inscrição e, para as novas organizações, estamos aguardando os relatórios de visitas. Também informou que foram alterados os formulários de visitas, sendo um específico para o CMAS e um específico para o CMDCA, por se tratar de perguntas diferentes e situações diferentes a serem registradas no ato da visita. Informou ainda que a Conselheira Cecília havia encaminhado o modelo de cada um e também, modelo do formulário de notificação, a ser entregue no ato da visita, a fim de comprovação da realização mesma, in loco e no caso de não encontrar o responsável pela instituição visitada. Na sequência, o Conselheiro Lucas declarou que foi realizada visita na Casa do Pão, em atenção ao pedido da Comissão Administrativa, para verificar os apontamentos indicados pela Comissão, porém naquele momento, a Assistente Social e a Diretora não estavam presentes no local. Por essa razão a visita foi remarcada para a próxima terça-feira. A Conselheira Mara perguntou se visitaram a OSC Muda Brasil, e o Conselheiro Lucas, confirmou a visita. Comentou que ele, acompanhado pela Elisa da Secretaria Executiva, conversaram com o Sr. Davi, Presidente da OSC, no local onde desenvolvem as atividades de esporte, que é o futebol, e que considerou um projeto muito interessante. A Sra. Mara se pronunciou observando que o futebol é um projeto que se refere ao CMDCA e ainda afirmou que a OSC está solicitando inscrição no CMAS para registrar o Programa de Jovem Aprendiz, e se faz necessário visitar a sede e verificar a documentação para aprovação e inscrição. O Conselheiro Lucas na sequência respondeu, explicando que estrategicamente, utilizam o futebol para atrair as crianças e os jovens a participarem do Programa Jovem Aprendiz, ainda relatou que nesse momento a OSC não tem sede e o próprio ele atende em sua residência. O Sr. Lucas combinou de retorna a visita na residência do Sr. Davi. A Sra. Presidente colocou que achava estranho requerer a inscrição se não tem uma sede e nenhuma equipe técnica, que na verdade, primeiramente deveriam regularizar a situação para depois a Comissão analisar e estando tudo certo ser emitida a inscrição. A conselheira Mara explicou que eles desenvolvem um projeto importantíssimo de Jovem Aprendiz em São Paulo e está com uma sala no jardim Maracanã e desde fevereiro mandou o endereço requerendo essa inscrição. Houve um entendimento equivocado, pois a Comissão entendeu que se referia apenas ao CMDCA, na verdade o requerimento também se referia ao CMAS. A Sra. Elisa, da Secretaria Executiva, que acompanhou a visita, comentou que provavelmente o Presidente se enganou, porque encaminhou dois anexos entendendo que um se referia ao CMDCA e outro ao CMAS. Sra. Mara explicou que o responsável pela OSC enviou o requerimento direcionado apenas ao CMDCA, ainda comentou o que ele deseja é a inscrição do Projeto Jovem Transformador, que se trata de um curso preparatório para capacitação de inserção no mercado de trabalho, ou seja, refere-se ao Programa do Jovem Aprendiz, ainda informou que a documentação está incompleta, faltando o requerimento e o Plano de Ação, porém orientou aos membros da Comissão de Visita que devem verificar as inscrições dos jovens participantes. A Sra. Elisa com a palavra afirmou que no Bairro Maracanã usam uma sala cedida para capacitação somente naquele horário, o que impossibilita usar arquivo no local por se tratar de espaço compartilhado. O Conselheiro Reinaldo perguntou o que o trouxe para Atibaia e o Sr. Lucas respondeu que seu interesse de atividades esportivas para jovens, em

especial o futebol. A sra. Mara afirmou que se trata de uma ONG bem estruturada, inclusive que a mesma tem inscrição no CEBAS. Discorreu sobre sua trajetória em São Paulo, desde a época em que a favela Buraco Quente, localizada próxima ao aeroporto, foi incendiada, ele acolheu toda a garotada da favela, desenvolvendo atividades com os jovens, distribuindo cestas básicas, ajudando de várias formas, então o COMAS, que é o CMAS da cidade de São Paulo, tomando conhecimento da Organização e reconhecendo a importância do trabalho naquele território, passou a incentivá-lo. No final do ano passado o Sr. Davi mudou-se para Atibaia, e resolveu desenvolver um Projeto semelhante ao de São Paulo, por essa razão procurou a SADS. O Conselheiro Lucas informou que a Organização já apresenta uma demanda acima de trinta jovens e a Sra. Elisa complementou que segundo o Sr. Presidente, além dos presentes, somam-se mais dez jovens que faltaram. Dando prosseguimento à Pauta da Reunião, a Sra. Presidente passou para o item **6. Palavra Livre** – Nesse item, foi abordado informações sobre as datas, horários e locais de apresentação das Pré-Conferências, e também foram distribuídos cartazes para divulgação à todas as regiões territoriais. Não havendo mais alguma manifestação, a Presidente Eliane agradeceu a todos os presentes e de a reunião por encerrada. Eu, Rozana Zeminian, lavrei esta ATA, a ser deliberada pelo colegiado na próxima Reunião Ordinária.

Rozana Zeminian
SECRETÁRIA ADOC CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

**ATA Nº 08/2023
REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS**

Em três de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos (09h30am), estiveram presentes na oitava reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, os seguintes conselheiros e conselheiras: **Rosa Helena Nunes da Silva; Lucimara Regina Moraes Lima; Mara de Castro Valente; Adriano Gonçalves Cruz; Vanderson Carlos Oliveira da Silva; Rosângela Zandoneli; Reinaldo Feitosa do Nascimento; Nilza Antonio de Paula; Eliane Ugliano; Glauca Gabriela Bagattini Souza Venancio; Yara Mendonça; Rosa Leite.** Como convidados, estiveram presentes: **Elisa Alves de Macedo, Miriam Parolin e Tânia da Silva Pereira.** A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens, os quais compuseram a pauta: **1. Verificação de Quórum; 2. Deliberação da Ata de Maio/2023; 3. Deliberação sobre a Abertura do PMAS; 4. Palavra da Comissão – Avaliação da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social; 5. Capacitação para os Conselheiros do CMAS; 6. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas; 7. Palavra Livre.** Após a verificação de Quórum, a Conselheira Presidente cumprimentou a todos os presentes e iniciou a reunião pelo item 2 da pauta, **2. Deliberação da Ata de Maio/2023, encaminhada para leitura no grupo de whatsapp no dia 28 de julho de 2023:** A Sra. Presidente iniciou a votação da Ata de maio de dois mil e vinte e três, a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando sequência à reunião, a Sra. Presidente passou para o item 3 da

Atos do Poder Executivo

pauta, **3. Deliberação sobre a abertura do PMAS:** a Sra. Presidente neste momento passou a palavra para a conselheira Mara, que discorreu sobre a necessidade da deliberação do colegiado para a inserção do CRAS ITINERANTE no PMAS, a seguir deu-se o início da votação de forma nominal, de acordo com o que segue: Nilza Antonio de Paula – **Pela Aprovação;** Gláucia Gabriela Bagattini Souza Venâncio – **Pela Aprovação;** Yara Mendonça – **Pela Aprovação;** Rosa Leite – **Pela Aprovação;** Lucimara Regina Moraes Lima – **Pela Aprovação;** Rosa Helena Nunes da Silva – **Pela Aprovação;** Mara de Castro Valente – **Pela Aprovação;** Adriano Gonçalves Cruz – **Pela Aprovação;** Vanderson Carlos Oliveira da Silva – **Pela Aprovação;** Rosângela Zandoneli – **Pela Aprovação;** Reinaldo Feitosa do Nascimento – **Pela Aprovação;** Eliane Ugliano – **Pela Aprovação.** Dando sequência à reunião, a Sra. Presidente passou para o item 4 da pauta, **4. Palavra da Comissão- Avaliação da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social:** Com a palavra a Sra. Presidente solicitou a avaliação dos conselheiros sobre o desenvolvimento da Conferência, quanto aos avanços e desafios, e se possível apresentar sugestões para melhorias. Ainda relatou sobre a avaliação realizada junto aos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cuja avaliação foi muito positiva, e em relação aos aspectos discutidos, sugeriu a ideia de realizar as próximas conferências em dois dias, para melhor aproveitamento, pois o feedback dos usuários foi considerado muito extenso e cansativo. Ainda propôs que o evento tivesse a abertura no primeiro dia (à noite), e o desenvolvimento de programação dos trabalhos no segundo dia (pela manhã), considerando que o resultado dos trabalhos fica mais tranquilo e a participação mais efetiva. Também parabenizou o Conselheiro Vanderson, pelo seu desempenho na condução de forma prática e objetiva durante a deliberação das propostas apresentadas na plenária, bem como, a Conselheira Rosângela também parabenizou a comissão organizadora, pelos equipamentos utilizados e a organização das Pré —Conferências, afirmando que este modelo deu muito certo. Com a palavra, Eliane disse que a realização das Pré - Conferências muito contribuíram para uma participação mais efetiva dos usuários. Ainda relatou que a linguagem utilizada para explicação dos eixos foram abordadas de forma muito simples, estrategicamente aplicando a dinâmica de usar como modelo a organização, sempre pensando em nossa casa, relacionando aos temas dos eixos a serem discutidos, fazendo essa ligação com o SUAS. Dessa forma o entendimento dos usuários, ficou bem claro, e quando chegaram na Conferência, já tinham conhecimento apropriado sobre os assuntos a serem abordados no evento. Com a palavra a conselheira Mara declarou que houve uma participação maior nessa Conferência em relação à anterior, informando que neste houve duzentos e trinta inscrições, e na lista de presença constam cento e cinquenta e seis assinaturas, também observou que dentre o total de participantes, sessenta são usuários. Em seguida, o conselheiro Reinaldo pediu a palavra, para avaliar os resultados do evento, momento em que a Presidente respondeu que foi positivo. Retomando a palavra, Reinaldo elogiou o espaço utilizado para a realização da Conferência, e também manifestou seu contentamento pela presença do Sr. Décio, ainda lembrou que há dois anos atrás, orientou o seu Décio sobre a importância de elaborar utilização de uma espécie de checklist sobre todas as providências tomadas, avaliando tudo aquilo que funcionou e o que não funcionou, a fim de aprimorar a elaboração dos próximos eventos, ressaltando a questão dos prazos sobre as deliberações que tem que acertar. Eliane observou que o trabalho da comissão organizadora ficou muito além da expectativa. Nenhuma providência foi atrasada, e ainda em momentos antes da data da Conferência, já estava tudo pronto, ainda afirmou que para o próximo evento será muito importante, rever e acrescentar novos itens no checklist. Em seguida a Conselheira Yara relatou que em uma das conferências que participou, sobre o uso das inscrições feitas pela plataforma, onde constava previamente o eixo que o inscrito escolhia para participar, e ao chegar ao local, a pessoa recebia seu crachá, por uma bolinha colorida que identificava o

grupo em que iria trabalhar, nesse momento a Conselheira Mara afirmou que as inscrições foram feitas pela plataforma, e esclareceu, que por orientação da Sra. Secretária Magali em reunião ordinária, trouxe informações sobre as orientações em reunião do CNAS, as quais foram acatadas pelo colegiado. Informou que de acordo com as orientações, no formulário de inscrição (pela plataforma) já constava a identificação do inscrito por segmentos relacionados ao grupo pertinente, tais como poder público, sociedade civil, representantes de OSC, trabalhadores do SUAS, e usuários dos SUAS, cabendo a cada grupo apresentação de deliberações referente aos cinco eixos. Com a palavra, Eliane mencionou que essa questão trouxe um respeito ao usuário, conseguiu se expor, talvez mais do que estivesse no meio de outros, onde poderia expressar sua opinião junto às pessoas que são formada para isso. Na verdade isso trouxe um respeito mesmo, o que possibilitou ao participante expressar sua opinião, criando a sensação de liberdade e coragem, dentre eles mesmos. Mara relatou que participou junto ao senhor Décio, em um dos grupos de usuários, e nesse grupo os usuários se manifestaram demais, tanto é que só nesse grupo foram eleitos seis delegados, e dessa forma, a sociedade civil se fará bem representada na Conferência Estadual. Temos delegado cadeirante, delegados da RI e delegado da Casa de Passagem. Rosângela afirmou que na Pré – Conferência se bateu muito em cima da importância de participação dos usuários junto aos Conselhos, a ideia da descentralização do Conselho, despertou o interesse dos usuários, a maioria já tem consciência da existência dos Conselhos, e percebeu-se o interesse dos mesmos em participar de algum deles. Rosângela acredita que nos próximos tempos haverá uma presença maior de usuário, munícipe, ou seja da sociedade civil. Eliane acrescentou o comentário de que através da solicitação da descentralização do Conselho, existe a possibilidade de conseguir transporte para os usuários poderem participar das reuniões. Ainda sugeriu se tratar de um assunto a se pensar já na reunião próxima reunião. Com a palavra Mara comentou que independente do Conselho ir a diferentes lugares, em vários espaços, tais como OSCs, Centros Comunitários dentre outros, a aquisição do transporte se faz necessária para facilitar o acesso a todos que desejam participar. Rosângela colocou que considera como único aspecto negativo da Conferência a questão do tempo, pois pode perceber um grande interesse dos participantes, porém se tornou muito cansativo os trabalhos durante o dia todo. Mara respondeu que no Estado é a mesma coisa, e também acredita que a ideia para a próxima conferência, estender o período para dois dias, sendo a abertura no primeiro dia e, mais o processo de conferir no dia seguinte, talvez seja mais interessante e proveitoso, porém na sua opinião, enquanto o Estado e a União continuarem mandando tantos eixos para discussão e, também com essa complexidade, fica muito difícil o controle do tempo para discutir e levantar as deliberações nos grupos. Ainda concluiu que, considerando o atraso do tempo de espera das autoridades para abertura do evento, conseguimos cumprir o prazo do horário, encerrando os trabalhos às 17:05h, com cinco minutos de atraso, considerando uma conquista inédita conseguir terminar o evento no horário contratado. Mara atribuiu esse fato à atitude do Vanderson, que assumiu o controle dos trabalhos deliberados pela plenária. Com a palavra, o conselheiro Vanderson explicou que o formato de levantamentos das deliberações das propostas pela plenária não se concretizou, devido o curto espaço de tempo. Por essa razão junto ao Tom (membro da Comissão da Conferência), fizeram uma mudança rápida no plano de trabalho, juntando todas as propostas de todos o grupos de trabalho por segmento, desprezando as que se repetiam. Ainda esclareceu que iniciaram a contagem por eixos das propostas mais relevantes de acordo com os critérios estabelecidos pela Conferência Estadual, mas percebendo que não haveria tempo hábil para a votação de todos os eixos, descartaram a contagem, deixando a Comissão decidir junto ao Conselho as principais deliberações dentre as elencadas a serem registradas. Mara colocou a intenção de reunir os conselheiros para definir quais as propostas que seriam registradas no relatório final

Atos do Poder Executivo

referente à duas municipais, uma estadual e uma federal de cada eixo e, posteriormente encaminhadas, através da plataforma virtual contratada pelo CONSEAS. Observando o prazo do preenchimento no sistema, que venceria no dia vinte e três, sugeriu-se uma reunião extraordinária online. Eliane observou que evitaria sobrecarregar a responsabilidade toda à comissão, bem como sobre a importância da participação do colegiado, a fim de ouvir a voz de todos. Dando sequência à reunião, a Sra. Presidente, com a palavra passou para o item **5. Capacitação para os Conselheiros do CMAS** – Eliane comentou sobre solicitar capacitação para os conselheiros do CMAS, podendo convidar outros conselhos com a intenção de buscar conhecimento sobre o papel do conselheiro, a importância de sua participação nas reuniões e no compromisso assumido pelos mesmos. e até mesmo para que todos entendam qual é o seu papel, comentando sobre a falta de quorum nas reuniões, o que muito prejudica os trabalhos a serem desenvolvidos pelo Conselho, a seguir colocou em votação a proposta de enviar ofício à SADS solicitando capacitação para os conselheiros do CMAS, em resposta, a proposta foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. Vanderson esclareceu que enquanto FMAS, tudo passa pela deliberação do Conselho, ainda afirmou que neste Fundo não há previsão orçamentária para este fim, informando que o FMAS é o Fundo que sustenta nossa Política de Assistência Social, ainda comentou que já estão trabalhando o orçamento previsto para 2024, o que possibilita colocar essa previsão orçamentária e com a provocação do conselho, se torna muito interessante. Com a palavra, o Conselheiro Reinaldo sobre a questão de falta de quórum, relatou que existem algumas normas que derivam da Constituição Interna, e a elaboração do Regimento Interno é feito de acordo com o que rege a lei maior, bem como, também está submetido à lei do Estado, o de alguma forma, o regimento deve estar dentro desses parâmetros. Considera muito importante que todos conselheiros conheçam como isso funciona e se faz necessários elucidar esses pontos importantes. A seguir, Eliane dando continuidade à Pauta, passou para o item número **6. Palavra da Comissão de Administração e de Visitas:** A conselheira Mara informou que há muitas pendências sobre a análise de documentos enviados por novas organizações sociais, solicitantes de inscrição no CMAS, e que a comissão está convidando representantes das mesmas para orientações e esclarecimentos. Quanto à Comissão de Visitas, comentou sobre impasses que dificultam os trabalhos e, devido a todos os membros da comissão estarem sobrecarregados pela demanda de trabalhos. São poucos os membros que se dispõem a fazer parte de Comissão, e os poucos que se propõem, muitas vezes se ausentam. Com a palavra, a conselheira Rosa Helena explicou que realmente as demandas da Secretaria da Educação, também sobrecarregam, impedindo sua participação mais efetiva nos trabalhos da comissão. Por fim perguntou aos presentes quem poderia se integrar na comissão, e em resposta as conselheiras aceitaram Yara e Rosângela se prontificaram a participar. Com a palavra Eliane discorreu sobre as comissões de Administração e de Visita, esclarecendo que a Comissão de Administração analisa a documentação apresentada pela OSC, para registro no CMAS, e ainda solicita Comissão de Visita que compareça às entidades para constatar se o trabalho que executam é compatível ao que consta na documentação apresentada. Ainda informou sobre o Formulário do Relatório que a Comissão de Visita deve preencher. Mara mencionou que para a próxima reunião da Comissão de Administração, a Comissão de Visita seja convocada a participar, a fim de estabelecer quais as questões a serem observadas e/ou esclarecidas pela entidade no ato da visita e ainda afirmou que a Comissão de Visita deve se adequar às datas e horários de funcionamento das entidades e também que essa comissão é conjunta com o CMDCA. A seguir Eliane deu prosseguimento ao item **7. Palavra Livre:** O Conselheiro Vanderson trouxe a questão sobre o fato da Conselheira Cláudia Soriano, representante da OSC Mater Dei, não fazer mais parte do Conselho, por excesso de faltas consecutivas. Dando continuidade ao assunto, explicou que, embora o Regimento

Interno não deixa explícito, a exclusão deve ser deliberada pelo Conselho, porque consta no Regimento exclusão por seis faltas consecutivas. E, por não estar explícito, e ainda consta no mesmo artigo um parágrafo, afirmando que o Conselho poderá considerar como faltas justificadas, e dessa forma entende-se que passará por análise do Colegiado, e ainda assim isso dá direito de manifestação do membro. Continuando, Vanderson observando se tratar de cadeira de OSC, e sendo assim, a própria entidade poderá trocar seu representante. No caso, como não houve essa troca pela OSC, a Sra. Cláudia continua como Conselheira. A Sra. Tania, assistente social da Mater Dei, anunciou que a solicitação de alteração de representante da OSC está sendo providenciada pelo presidente da Mater Dei. Vanderson informou que após a solicitação, essa alteração será imediata e Rozana completou, que a substituição se efetiva a partir da alteração de decreto expedido pelo prefeito na data de sua publicação na Imprensa Oficial. A seguir a Sra. Wilma que tomou providências de solicitação de alterações de membros, não só da Sociedade Civil, como também do Poder Público que diante dos vários problemas causados pela falta de quorum para deliberações de assuntos importantes, o que traz prejuízos para a SADS e também às OSCs. Dando sequência Eliane encerrou o assunto, dando a palavra para Vanderson apresentou à nova conselheira concluiu que, independente de recursos, para terem a documentação concedida pelo CMAS, as Organizações devem ter ciência que é importante que a população assistida esteja referenciada ao CRAS do território onde os serviços são ofertados. O conselheiro Paulo informou que há bastantes cursos concedidos pela casa do caminho e que as inscrições são realizadas pela internet ou pelo whatsapp. Sem mais manifestações, a Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião. Eu, Lucas Vieira de Jesus, lavei e encerrei esta ATA.

Lucas Vieira de Jesus
1º SECRETÁRIO CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

ATA Nº 09/2023
REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS

Aos quatorze dias de setembro, do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos (09h30am), realizou-se a nona reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, de forma híbrida, onde se fizeram presentes, os seguintes conselheiros e conselheiras: **Adriano Gonçalves Cruz; Alcino Teles da Rocha Júnior; Gláucia Gabriela Bagattini Souza Venâncio; Mara de Castro Valente; Morgana Aparecida Penteadó Silva; Reinaldo Feitosa do Nascimento; Rosa Leite; Rosângela Zandoneli; Roselaine Aparecida Spassatempo de Oliveira; Sílvia Maria de Campos Sirera; Vanessa Fernandes da Silva; Eliane Ugliano;** Também se fizeram presentes, pela Secretaria Executiva **Rozana Zeminian, Elisa Alves de Macedo, Wilma Aparecida Almeida,** e como convidada **Miriam Parolin.** A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens, os quais compuseram a pauta: **1. Verificação de Quórum; 2. Deliberação da Ata de Agosto/2023; 3. Desligamento do Conselheiro Lucas Vieira de Jesus; 4. Palavra das Comissões de Administração e de Visitas; 5. Palavra**

Atos do Poder Executivo

Livre. Após a verificação de Quórum, a Conselheira Presidente cumprimentou a todos os presentes e iniciou a reunião pelo item 2 da pauta, **2. Deliberação da Ata de Agosto/2023, encaminhada para leitura no grupo de WhatsApp no dia 13 de setembro de 2023:** A Sra. Presidente iniciou a votação da Ata da referida Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros presentes. Dando sequência à reunião, a Sra. Presidente passou para o item 3 da pauta, **3. Desligamento do Conselheiro Lucas Vieira de Jesus:** a Sra. Presidente neste momento relatou haver recebido uma carta do Conselheiro Lucas informando sobre o seu desligamento das funções de primeiro secretário da mesa diretora do CMAS bem como das comissões, as quais o mesmo participa. Com a palavra a conselheira Mara alegou que deve ser comunicado à SADS, e solicitar a substituição do conselheiro, alegou não saber qual é seu suplente, porém de qualquer forma, este procedimento deve ser feito. Sra. Rozana, pedindo a palavra, comentou que muito embora não conhecesse o teor da carta que o conselheiro Lucas enviou ao CMAS, entendeu que o mesmo se referia ao desligamento de suas funções de primeiro secretário da mesa diretora e de membro das comissões do Conselho. A Conselheira Mara considerou que o mesmo já vinha se ausentando das reuniões do conselho. Retomando a palavra, a conselheira Eliane explicou que Lucas informou na carta o seu desligamento das funções da Mesa Diretora, das Comissões e de todas as atividades atribuídas pelo Conselho. A Presidente Eliane se propôs compartilhar a carta, através do WhatsApp no grupo do CMAS, também convocar o Suplente de Lucas a ocupar o assento de Conselheiro Titular, bem como comunicar ao Órgão Gestor. Neste momento, a Conselheira Roselaine se manifestou informando que também já comunicou à Secretária da SADS sobre sua decisão de desligamento do CMAS, sugerindo à Eliane que solicitasse à Sra. Magali providências para efetivar a substituição dos conselheiros, também declarando ser nessa data, sua última participação, enquanto conselheira. Dando continuidade, Eliane se propôs a enviar oficialmente à Sra. Secretária solicitação de providências para a substituição dos referidos conselheiros para ciência de todos. Em seguida, dando sequência aos assuntos da Pauta, passou para o próximo item. **4. Palavra das Comissões de Administração e de Visitas:** A Presidente Eliane comentou que os trabalhos das referidas comissões estão atrasados. Lembrou que Rosângela, na reunião anterior, se propôs a retornar à Comissão de Visitas, e também Yara se colocou à disposição para participar da Comissão, sendo assim, Eliane afirmou que são duas pessoas somadas à essa comissão, e acredita que deve-se retomar as atividades com urgência, considerando o grande atraso nos trabalhos, ainda perguntou à conselheira Mara se havia algum assunto a declarar. Mara com a palavra, explicou as dificuldades encontradas que causaram esse atraso. Declarou que a participação de Rosângela e Yara, pode acelerar os trabalhos. Também alertou que não há necessidade de todos os membros da Comissão saírem juntos para visita, sugeriu que se dividam em duplas, para agilizar o desenvolvimento dos trabalhos. Considerando o acúmulo de tarefas, os trabalhos permaneceram parados, nesse momento, a intenção é retomar com urgência as reuniões da Comissão, que acontecem sempre às quartas-feiras. Ainda com a palavra a Conselheira Mara propôs uma reunião conjunta entre a Comissão de Administração e a Comissão de Visita, na próxima quarta-feira. Por fim, a Sra. Presidente se colocou à disposição, caso houver algo que possa contribuir. Não havendo mais alguma manifestação, a Presidente Eliane agradeceu a todos os presentes e de a reunião por encerrada. Eu, Rozana Zeminian, lavrei esta ATA, a ser deliberada pelo colegiado na próxima Reunião Ordinária.

Rozana Zeminian
SECRETÁRIA ADOC CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

ATA Nº 10/2023 REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS

Aos cinco de outubro, do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas (14h), realizou-se a décima reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, de forma presencial, onde se fizeram presentes, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Avenida da Saudade, nº 287, Centro, Atibaia-SP, os seguintes conselheiros e conselheiras: **Rosa Helena Nunes da Silva; Adriano Gonçalves da Cruz; Mara de Castro Valente; Adriel Vinicius da Silva Santos; Rosa Leite da Cunha; Silvia Maria de Campos Sirera; Tânia da Silva Pereira; Yara Mendonça; Gláucia Gabriela Bagaton Souza Venâncio; Evelyn de Sousa Rodrigues; Leila Coelho Cordeiro e Eliane Ugliano;** Também se fizeram presentes, a **Sra. Rozana Zeminian; Sra. Elisa Alves de Macedo, Wilma Aparecida de Almeida** e como convidada a **Sra. Miriam Parolim.** A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens na pauta: **1. Verificação do Quórum;** **2. Deliberação da Ata da Reunião Ordinária do mês anterior;** **3. Apreciação e deliberação do recurso estadual para cofinanciamento de Benefícios Eventuais;** **4. Palavra das Comissões de Administração e de Visitas; Palavra Livre.** Após a verificação de Quórum, a Sra. Presidente cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, dando início à reunião pelo item **2. Deliberação da Ata da Reunião Ordinária do mês anterior:** A Sra. Eliane solicitou a leitura da Ata, e na sequência, após manifestações dos conselheiros presentes, a Sra. Presidente colocou em votação e a Ata foi aprovada com ressalvas, por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, Sra. Eliane avançou para o item **3. Apreciação e deliberação do recurso estadual para cofinanciamento de Benefícios Eventuais:** A Sra. Presidente passou a palavra ao Conselheiro Adriano, que por sua vez solicitou a Conselheira Mara a apresentar o assunto em pauta para o colegiado. Com a palavra Mara explicou já é de costume, a gestão do município trazer ao CMAS apresentação dos recursos financeiros enviados pelo governo estadual e/ou federal. Em especial, este recurso veio destinado para Benefício Eventual, que se refere à auxílio natalidade, documentação, habitação, cesta básica, auxílio funeral, dentre outros. Ainda esclareceu que a SADS decidiu por alocar neste grupo, para atender à situação de calamidade pública e situações emergenciais, ficando ao critério da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, disponibilizar os valores, de acordo com a necessidade do momento. Informou também que os valores disponibilizados ao município equivalem a R\$ 46.561,90 (quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e noventa centavos. Para melhor entendimento do colegiado, a Sra. Mara fez a leitura do documento enviado pelo CONSEAS. Após a leitura, dando continuidade à reunião, foi colocada para a deliberação dos conselheiros presentes, dando-se a manifestação de voto por chamada nominalmente, de acordo com o que segue: **Gláucia Gabriela Bagaton:** Aprovado; **Yara Mendonça:** Aprovado; **Tânia da Silva Pereira:** Aprovado; **Rosa Leite da Cunha:** Aprovado; **Rosa Helena Nunes da Silva:** Aprovado; **Silvia Maria de Campos Sirera:** Aprovado; **Mara de Castro Valente:** Aprovado; **Adriano Gonçalves da Cruz:** Aprovado; **Evelyn de Sousa Rodrigues:** Aprovado; **Leila Coelho Cordeiro:** Aprovado; **Adriel Vinicius da Silva Santos:** Aprovado e **Eliane Ugliano:** Aprovado. O Recurso Estadual para Cofinanciamento de Benefícios

Atos do Poder Executivo

Eventuais, apresentado pela SADS foi aprovado por unanimidade pelo CMAS. A seguir, a Sra. Presidente deu sequência à pauta, passando para o item **4. Palavra das Comissões de Administração e de Visitas**: com a palavra, a Sra. Presidente colocou que, no dia vinte e um, próximo passado, se reuniram as Comissões de Administração e de Visita. Estiveram presentes as Conselheiras Mara, Eliane, Yara e Rosângela, e verificaram que muitas das documentações apresentadas pelas Organizações Sociais já haviam sido analisadas pela Comissão de Administração, e dentre as mesmas, havia a solicitação de visita à Casa do Pão. Ainda comentou que já na ocasião, foi agendada a visita na referida organização, para o dia dez de outubro. Também afirmou que as demais instituições visitadas, encontram-se regularizadas. Na sequência informou que o “Grupo de Amparo ao Doente com AIDS” declarou que desistiram da inscrição. Quanto ao “Lar Atalaia”, encontra-se em reforma e por essa razão, a Comissão está aguardando o momento adequado para realizar a visita. Na sequência a Conselheira Eliane deu prosseguimento ao item **5. Palavra Livre**: A Sra. Presidente apresentou-se à nova Conselheira e solicitou aos demais que cada um se apresentasse à Gláucia Gabriela. Após a apresentação de todos. Não havendo mais alguma manifestação, a Presidente Eliane agradeceu a todos e deu a reunião por encerrada. Eu, Rozana Zeminian, lavrei esta ATA, a ser deliberada pelo colegiado na próxima Reunião Ordinária.

Rozana Zeminian
SECRETÁRIA ADOC CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social

Lei Federal nº 8.742/1993 (com a redação dada pela Lei Federal nº 12.435/2011)

Lei Complementar Municipal nº 3.758 de 14 de setembro de 2009, alterada pela Lei nº 4495 de 24 de abril de 2017, publicada em 26 de abril de 2017

**ATA Nº 11/2023
REUNIÃO ORDINÁRIA CMAS**

Aos nove dias de Novembro, do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos (09h30), realizou-se a décima primeira reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, de forma presencial, onde se fizeram presentes, na sede da Casa dos Conselhos, situado à Avenida da Saudade, nº 287, Centro, Atibaia-SP, os seguintes conselheiros e conselheiras: Adriane Trodino Martins. Adriano Gonçalves Cruz; Adriel Vinicius da Silva Santos; Caio Augusto Campos de Sousa; Cláudia Martins Costa Mesquita; Érica da Silva de Lima Moreira; Gianmarco Bisaglia; Lucimara Regina Moraes Lima; Nilza Antonio de Paula; Rosângela Zandoneli; Eliane Ugliano; Também se fizeram presentes, pela Secretaria Executiva Rozana Zeminian; Elisa Alves de Macedo e como convidada Miriam Parolin. A referida reunião dispôs sobre os seguintes itens, os quais compuseram a pauta: **1. Verificação do Quórum; 2. Apreciação e Deliberação do uso do Recurso Federal para aquisição de passagem aérea para recâmbio; 3. Comissão de Administração e de Visitas; e 4. Palavra Livre**. Após a verificação de Quórum, a Conselheira Presidente, Sra. Eliane, cumprimentou a todos os presentes, ressaltou a importância do comprometimento e responsabilidade dos conselheiros perante a este conselho e iniciou a reunião pelo item 2 da pauta, A Sra. Presidente passou a palavra à conselheira Cláudia, pois poderia explicar a destinação do recurso para, após, abrir aos demais conselheiros para deliberação. A Conselheira Cláudia cumprimenta a

todos e, na oportunidade, também ressalta a importância da continuidade das reuniões do CMAS; segue com a explicação sobre a destinação do recurso em pauta: Informa que trata-se do caso de uma adolescente que encontra-se em serviço de acolhimento e é entendido que o retorno para o seio da família, na região de Recife-PE, seria a melhor opção para a garantia de sua proteção, uma vez que não possui vínculos familiares ou de qualquer outra natureza no município de Atibaia. Informa que o Poder Judiciário consultou a administração municipal sobre a possibilidade de aquisição da passagem que oportunizaria o retorno da adolescente à sua família; Informa que, normalmente, em casos como este, a organização executora do serviço de acolhimento costuma fazer a aquisição, entretanto a organização a qual a adolescente encontra-se abrigada precisou, por decisão judicial, mudar de imóvel o que causou desoneração de recursos, fazendo com que não seja possível, agora, a aquisição da passagem por parte do serviço de acolhimento. A conselheira acrescenta que o valor pode variar de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) a R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), a depender de quando será feita a aquisição, pois é sabido que quanto mais próximo da viagem, maior costuma ser o valor cobrado pelas agências sobre a passagem; Informa, ainda, que já foi realizada a articulação necessária com o município de origem da adolescente, que se comprometeu a buscá-la no aeroporto; Finaliza a contextualização do caso informando que a administração municipal aguarda a decisão judicial sobre a necessidade - ou não - de algum profissional acompanhar a adolescente na viagem, ou se é possível apenas embarcá-la no voo. Por fim, a conselheira Cláudia esclarece que, por se tratar de recurso federal, que encontra-se no Fundo Municipal de Assistência Social, e, ainda, tratar-se de uma despesa atípica, optou por pautar e trazer a situação para deliberação e possível aprovação deste colegiado. A Conselheira Rosângela consulta se o município poderá contar com este tipo de aquisição mais vezes, no futuro, ao passo que a Conselheira Cláudia responde que não, pois trata-se de uma despesa atípica. É perguntado, também, caso a decisão judicial determine que é necessário o acompanhamento da adolescente no voo, Cláudia informa que, neste caso, a municipalidade teria que adquirir mais duas passagens, a de ida e volta, para que o profissional possa fazer este acompanhamento. O Conselheiro Adriano é consultado sobre trâmites burocráticos, e esclarece que existe registro de preço para o gastos com passagem pelo município, e ressalta que quanto antes for feita a aquisição, menor deve ser o custo. A Sra. Presidente reforça aos presentes que trata-se de um caso extraordinário; a Conselheira Rosângela fala da importância de se ressaltar acerca dessa excepcionalidade, e compartilha as dinâmicas da rotina de atendimento no Centro-POP, na qual é comum a solicitação de passagens aéreas; a Conselheira Cláudia, então, explica sobre a responsabilidade do município quanto à proteção da adolescente, pois trata-se de público com prioridade absoluta. Neste momento a Sra. Presidente consulta o colegiado se há necessidade de maiores esclarecimentos, com a negativa do colegiado é iniciada a votação nominal, na qual: *Nilza Antonio de Paula - Aprova; Érica da Silva de Lima Moreira - Aprova; Gianmarco Bisaglia - Aprova; Adriane Trofino Martins - Aprova; Lucimara Regina Moraes Lima - Aprova; Cláudia Martins Costa Mesquita - Aprova; Adriano Gonçalves da Cruz - Aprova; Caio Augusto Campos de Sousa - Aprova; Rosângela Zandoneli - Aprova; e Adriel Vinicius da Silva Santos - Aprova*. Após a aprovação unânime do item 2 da pauta, a Sra. Presidente encaminha a reunião para o item 3. Comissão de Administração e de Visitas. É verificado que a Conselheira Érica faz parte da Comissão de Administração e, então, a Presidente a consulta sobre o andamento da comissão; A Conselheira Érica declara que a Comissão de Administração está no aguardo da finalização das visitas por parte da Comissão de Visitas. A Conselheira Rosângela informa que foi realizada a visita na Casa do Pão, e a Presidente Eliane completa que está faltando a visita no Lar Atalaia, Elisa, da equipe da Secretaria Executiva, contextualiza que há uma dificuldade de concluir a visita para a entidade pois ela encontra-se, no momento, sem endereço físico

Atos do Poder Executivo

fixo, aproveita para explicar que o serviço do lar não está funcionando, apenas o serviço de bazar, no qual a organização utiliza o espaço da Escola Estadual Padre Mateus para realizar. Elisa reitera a necessidade do serviço do Lar Atalaia estar em funcionamento para, então, ser realizada a visita ao serviço no local. Elisa acrescenta que o projeto da Fundação Casa estava com a visita marcada quando a organização optou pela desistência da inscrição neste conselho, Elisa finaliza informando que foi enviado e-mail à promotora em busca de orientações sobre como proceder, neste caso. A Presidente menciona a visita à Renapsi, e a Elisa informa que está pendente de agendamento, uma vez que a entidade encontra-se sem dias certos de funcionamento. A Presidente segue a reunião falando sobre a visita na Casa do Pão, informa que a equipe que fez a visita foi bem recebida no espaço, e que fez alguns apontamentos e prestou algumas orientações. A conselheira Cláudia informa que percebe uma dificuldade na casa do pão que diz respeito ao Serviço de Convivência, acrescenta que este serviço é complementar ao serviço do PAIF e que existe, portanto, a necessidade das famílias atendidas serem referenciadas no CRAS de referência; a Presidente Eliane e a Conselheira Rosângela, que fizeram a visita, informa que este tema foi abordado durante a visita que foi prestada a devida orientação a este respeito, e completam informando que farão nova análise após as últimas orientações para, então, concluírem o relatório de visita. A Presidente continua a reunião passando agora ao Item 4 da pauta: 4. Palavra Livre, o Conselheiro Gianmarco pede a palavra e começa a falar sobre o Projeto Dia de Doar, que aqui foi batizado como Doa Atibaia; segue a explicação falando que o projeto, que ele está coordenando, visa a reflexão e o fomento sobre o processo de doação, e não tem o objetivo de trabalhar diretamente com coleta e distribuição de doações; completa falando que, até o momento, as seguintes iniciativas foram tomadas: foi criada uma página no Instagram do projeto, na qual as organizações que desempenham trabalho social e demandam de doações para a manutenção de seus serviços, foram convidadas se divulgar, para que, desta forma, seja possível apresentar opções de destino da doação àquelas pessoas, físicas e/ou jurídicas, que tenham a predisposição de doar. Outra iniciativa é a organização de um pitstop junto a uma rede local de supermercados a ser realizado no dia 28 deste mês, dia conhecido como Dia Mundial do Doar, e finaliza com a informação de que diversas instituições de Atibaia já foram convidadas a participar. O Conselheiro Gianmarco segue sua fala trazendo ao colegiado a reflexão sobre um desejo da administração municipal em plano de desestatização de ativos da prefeitura; informa que entende que muitos equipamentos municipais não são da vocação direta da prefeitura, e entende que são passíveis de concessão mas teme que estes equipamentos, se privatizados, deixem de cumprir suas funções sociais e/ou ambientais; teme que seja interrompido o acesso de famílias mais vulneráveis a estes espaços; e conclui falando sobre a importância de mais pessoas se engajarem neste processo, se possível comparecer às audiências públicas, para que, se feita a desestatização, não seja de maneira que possa prejudicar os municípios, em especial aqueles que mais necessitam; nesse sentido, a Conselheira Cláudia traz o exemplo do Rio de Janeiro, onde os espaços de lazer garantem um valor menor aos moradores ou naturais do município; continua sugerindo que esta prática pode ser adotada nessas concessões também, oportunizando, inclusive, isenção de ingressos para pessoas inscritas no CadÚnico e/ou beneficiários de outros programas sociais e sucederam outras reflexões sobre o tema. Por fim, o Conselheiro Gianmarco, ainda fazendo uso da palavra livre, informa sobre um movimento recente na lei das feiras livres de Atibaia, que, embora deliberado na Câmara Municipal, não teve alteração neste momento; o Conselheiro complementa sua fala trazendo a preocupação com a possível proibição que a interpretação da letra da lei poderia submeter, também, às feiras solidárias comumente promovidas pelas Organizações da Sociedade Civil (OSCs). A Conselheira Cláudia faz a provocação sobre a lei fazer, ou não, a diferenciação da realização das feiras em espaços públicos e privados. Diante das dúvidas que

surgiram, o Conselheiro Gianmarco se comprometeu a enviar a lei no grupo de WhatsApp do CMAS para leitura detalhada de todos. Por fim, a Presidente Eliane dá as boas vindas ao novo conselheiro, Caio, que entrou em substituição da conselheira desligada Roselaine. A Presidente, ainda, faz o convite ao novo conselheiro para ser o novo secretário executivo deste conselho em face do desligamento do Conselheiro Lucas. O Conselheiro Caio agradece e aceita o convite. Após isso, a Presidente Eliane declara encerrada a reunião. Eu, Caio Augusto Campos de Sousa, lavrei esta ATA, a ser deliberada pelo colegiado na próxima Reunião Ordinária.

Caio Augusto Campos de Sousa
1º SECRETÁRIO DO CMAS

Eliane Ugliano
PRESIDENTE CMAS

Secretaria de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1.423/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na **Lei Complementar nº 847**, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre o regime especial dos cargos de provimento em comissão da municipalidade, e **Lei Complementar nº 897**, de 19 de abril de 2023, resolve

NOMEAR

A Sra. **ANACRISTINA BERNUSI**, portadora da cédula de identidade RG nº 19.390.616-8 e inscrita no CPF/MF sob o nº 120.363.648-29, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Assessor**, na Secretaria de Obras Públicas, **a partir de 1º de abril de 2024**.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 25 de março de 2024.

- Emil Ono -
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PORTARIA Nº 1.424/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na **Lei Complementar nº 896**, de 19 de abril de 2023, que disciplina as Funções Gratificadas, privativas de servidores públicos efetivos da municipalidade, resolve

Atos do Poder Executivo

DESIGNAR

A servidora municipal Sra. **MAGALI MANTOVAN MARTORANI**, portadora da cédula de identidade RG n.º 9.416.348-0 e inscrita no CPF/MF sob o n.º 042.451.878-32, para exercer a função gratificada de **Chefe de Divisão de Avaliações**, na Secretaria de Educação, a partir de 1.º de abril de 2024, revogando-se a Portaria n.º 1.043/2023-SRH.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 25 de março de 2024.

- Emil Ono -

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PORTARIA N.º 1.425/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na **Lei Complementar n.º 896**, de 19 de abril de 2023, que disciplina as Funções Gratificadas, privativas de servidores públicos efetivos da municipalidade, resolve

DESIGNAR

A servidora municipal Sra. **LIRANEIDE FERREIRA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG n.º 16.431.474-X e inscrita no CPF/MF sob o n.º 084.581.428-13, para exercer a função gratificada de **Chefe de Divisão de Ensino Fundamental I / EJAI**, na Secretaria de Educação, a partir de 1.º de abril de 2024.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 25 de março de 2024.

- Emil Ono -

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PORTARIA N.º 1.426/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o disposto na **Lei Complementar n.º 895**, de 19 de abril de 2023, que disciplina as Funções de Confiança, privativas de servidores públicos efetivos da municipalidade, resolve

DESIGNAR, a Título de Substituição

A servidora municipal Sra. **ANA CLAUDIA AUR ROQUE**, portadora da cédula de identidade RG n.º 8.536.631 e inscrita no CPF/MF sob o n.º 102.200.278-38, nomeada no cargo de provimento em

comissão de **Diretor do Departamento de Gestão Administrativa**, para *cumular* a função de confiança de **Procurador Geral do Município**, por motivo de gozo de férias do titular da pasta no período de **01 a 20 de abril de 2024**.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 25 de março de 2024.

- Emil Ono -

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PORTARIA N.º 1.427/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, resolve

CONCEDER

Afastamento para trato de assuntos particulares no período de 03 a 10 de abril de 2024, com prejuízo proporcional da remuneração, nos termos do *caput* do art. 4.º, da Lei Complementar n.º 847, de 14 de maio de 2021, ao Sr. **DECIO APARECIDO MORA**, portador da cédula de identidade RG n.º 22.371.320 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 118.844.998-21, nomeado no cargo de provimento em comissão de **Diretor do Departamento de Solidariedade**, no Fundo Social.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 25 de março de 2024.

- Emil Ono -

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

PORTARIA N.º 1.428/2024-SRH

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 73, inciso IX, c.c. art. 101, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município, resolve

REVOGAR

A Portaria n.º 878/2023-SRH, que designou o servidor municipal Sr. **SEYAN VITOR REGINALDO DE SOUZA**, portador da cédula de identidade RG n.º 56.647.245-4 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 466.862.308-39, para exercer a função gratificada de **Chefe de Divisão de Apoio ao Recursos Humanos**, na Secretaria de Saúde.

Publique-se

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “Fórum da Cidadania”, aos 26 de março de 2024.

- Emil Ono -

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

Atos do Poder Executivo

Secretaria de Governo

Memorando n.º 15.383/2024

DECRETO N.º 10.830 de 19 de março de 2024

Dispõe sobre a abertura de um crédito suplementar no valor de **R\$ 550.000,00** (quinhentos e cinquenta reais).

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, usando de suas atribuições legais e devidamente autorizadas pela Lei n.º 4.906 de 07 de julho de 2023, em seu artigo 10, combinado com o artigo 7º da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na Divisão de Controladoria da Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura da Estância de Atibaia o valor de um crédito suplementar no valor de **R\$ 550.000,00** (quinhentos e cinquenta reais), para suplementar a seguinte dotação orçamentária do Executivo:

27SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS
101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE OBRAS PÚBLICAS
1042 - OBRAS EM VIAS PÚBLICAS
946 - 27.101.15.451.0071.1042.449051.01.1000406....R\$ 550.000,00

Art. 2º O valor do presente crédito será coberto com recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária do Executivo:

27SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS
101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE OBRAS PÚBLICAS
1058 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS
730 - 27.101.15.451.0009.1058.449051.01.1000406....R\$ 550.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, "FÓRUM DA CIDADANIA", 19 de março de 2024.

–Emil Ono –
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

– Kellen Maria Sartori –
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

– Virgílio José Guatura –
SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

– Wagner de Jesus Casemiro da Silva –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

*Publicado novamente por conter incorreções.

Memorando 16.742/2024

DECRETO N.º 10.837 de 26 de março de 2024

Dispõe sobre a abertura de um crédito suplementar no valor de **R\$**

5.000,00 (cinco mil reais).

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, usando de suas atribuições legais e devidamente autorizadas pela Lei n.º 4.906 de 07 de julho de 2023, em seu artigo 10, combinado com o artigo 7º da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto na Divisão de Controladoria da Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura da Estância de Atibaia o valor de um crédito suplementar no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), para suplementar a seguinte dotação orçamentária do Executivo:

28SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
2184 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
765 - 28.101.24.131.0077.2184.319016.01.1100000.....R\$ 5.000,00

Art. 2º O valor do presente crédito será coberto com recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária do Executivo:

28SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO
2184 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
763 - 28.101.24.131.0077.2184.319011.01.1100000.....R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, "FÓRUM DA CIDADANIA", 26 de março de 2024.

–Emil Ono –
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

– Kellen Maria Sartori –
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

– Alcides Pereira Bueno Neto –
SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

– Wagner de Jesus Casemiro da Silva –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Memorando n.º 24.952/2020

DECRETO N.º 10.838 de 26 de março de 2024

Altera a alínea "c" do inciso I do artigo 1º, do Decreto n.º 9.625, de 27 de julho de 2021, que nomeia os Membros do Conselho Municipal de Justiça Tributária.

O **PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 258 do Código Tributário Municipal, e no Decreto n.º 8.356, de 31 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "c" do inciso I do artigo 1º do Decreto n.º 9.625, de 27 de julho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Atos do Poder Executivo

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

“Art. 1º

I-.....

c) Camila Aparecida dos Santos – titular;
(...)”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “FÓRUM DA CIDADANIA”, 26 de março de 2024.

–Emil Ono–
PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

–Kellen Maria Sartori –
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

– Wagner de Jesus Casemiro da Silva –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Memorando 16.737/2024

DECRETO Nº 10.839
de 26 de março de 2024

Dispõe sobre a abertura de um crédito suplementar no valor de **R\$ 57.668,97** (cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

O PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, usando de suas atribuições legais e devidamente autorizados pela Lei nº 4.906 de 07 de julho de 2023, em seu artigo 10, combinado com o artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art.1º Fica aberto na Divisão de Controladoria da Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura da Estância de Atibaia o valor de **R\$ 57.668,97** (cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos), para suplementar a seguinte dotação orçamentária do Executivo:

12 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
201 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2046 - PISO BÁSICO FIXO – PAIF
1042 - 12.201.08.244.0024.2046.339040.95.5000000.....R\$ 40.000,00

18 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
200 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
2096 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
934 - 18.200.12.361.0043.2096.339039.95.2990439.....R\$ 17.668,97

Art. 2º O valor do presente crédito será coberto com recursos proveniente do Superávit Financeiro do Exercício de 2023, conforme seguem:
PBF – Piso Básico Fixo R\$ 40.000,00
Escola em Tempo Integral R\$ 17.668,97

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “FÓRUM DA CIDADANIA”, 26 de março de 2024.

–Emil Ono –

–Kellen Maria Sartori –

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

– Magali Pereira Gonçalves Costato Basile –
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

– Eliane Doratiotto Endsfieldz –
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

– Wagner de Jesus Casemiro da Silva –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

Memorando 16.738/2024

DECRETO Nº 10.840
de 26 de março de 2024

Dispõe sobre a abertura de um crédito suplementar no valor de **R\$ 1.606.243,23** (um milhão seiscentos e seis mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos).

O PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, usando de suas atribuições legais e devidamente autorizadas pela Lei nº 4.906 de 07 de julho de 2023, em seu artigo 10, combinado com o artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

DECRETA

Art.1º Fica aberto na Divisão de Controladoria da Secretaria de Planejamento e Finanças da Prefeitura da Estância de Atibaia o valor de um crédito suplementar no valor de **R\$ 1.606.243,23** (um milhão seiscentos e seis mil duzentos e quarenta e três reais e vinte e três centavos), para suplementar as seguintes dotações orçamentárias do Executivo:

11 GABINETE DO PREFEITO
001 GABINETE E ASSESSORIAS
2004 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO
06 - 11.001.04.122.0004.2004.339033.01.1100000.....R\$ 1.894,35

18 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
200 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
2096 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
292 - 18.200.12.361.0043.2096.449052.01.2200000.....R\$ 21.226,16

300 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB
2115 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO FUNDEB – ENSINFUNDAMENTAL
985 - 18.300.12.361.0049.2115.339049.02.2620000.....R\$ 18.000,00

24 SECRETARIA DE SAÚDE
400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2269 - REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
612 - 24.400.10.302.0064.2269.449052.01.3100000.....R\$ 57.500,00

27SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS
101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE OBRAS PÚBLICAS
1042 - OBRAS EM VIAS PÚBLICAS
1041 - 27.101.15.451.0071.1042.449051.01.1000347.R\$ 1.000.000,00

30SECRETARIA DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO

Atos do Poder Executivo

URBANO

101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

2214 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

789 - 30.101.26.782.0088.2214.449052.01.1100000....R\$ 507.622,72

Art. 2º O valor do presente crédito será coberto com recursos proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária do Executivo:

17SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2087 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

237 - 17.101.23.691.0040.2087.339033.01.1100000.....R\$ 1.894,35

18 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

200 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

2281 - ESTAGIÁRIOS – EDUCAÇÃO

381 - 18.200.12.367.0046.2281.339036.01.2400000.....R\$ 21.226,16

300 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB

2115 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO FUNDEB – ENSINFUNDAMENTAL

392 - 18.300.12.361.0049.2115.319013.02.2610000.....R\$ 18.000,00

24 SECRETARIA DE SAÚDE

400 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2153 - TRANSPORTE SANITÁRIO

569 - 24.400.10.301.0097.2153.339039.01.3100000.....R\$ 57.500,00

27SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS

101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE OBRAS PÚBLICAS

1058 - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS

729 - 27.101.15.451.0009.1058.449051.01.1000347...R\$ 1.000.000,00

1042 - OBRAS EM VIAS PÚBLICAS

732 - 27.101.15.451.0071.1042.449051.01.1100000....R\$ 250.000,00

2179 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

746 - 27.101.15.451.0072.2179.339039.01.1100000....R\$ 200.000,00

30SECRETARIA DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

101SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

2214 - MANUTENÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

786 - 30.101.26.782.0088.2214.339039.01.1100000.....R\$ 57.622,72

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, “FÓRUM DA CIDADANIA”, 26 de março de 2024.

–Emil Ono –

PREFEITO DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA

– Kellen Maria Sartori –

SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

– Marcelo Martiniano Bernardes –

CHEFE DE GABINETE

Annibale Tropi Somma –

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

– Eliane Doratiotto Endsfieldz –
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

– Grazielle Cristina dos Santos Bertolini –
SECRETÁRIA DE SAÚDE

– Virgílio José Guatura –
SECRETÁRIO DE OBRAS PÚBLICAS

– Daniel Carreiro de Teves –
SECRETÁRIO DE MOBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO

Publicado e Arquivado na Secretaria de Governo, na data supra.

– Wagner de Jesus Casemiro da Silva –
SECRETÁRIO DE GOVERNO

CANDIDATOS ELEITOS ELEIÇÃO DO COMPIR -
TITULARES E SUPLENTE
Gestão 2.024 – 2026

Representantes de Entidades de Cultura:

TITULARES:

- Silvana Cotrim Moreira da Silva – NEGRA VISÃO
- Vanda Bezerra Cavalcante – NEGRA VISÃO

SUPLENTES:

- Evaneide Oliveira Santos – NEGRA VISÃO
- Larissa Nascimento dos Santos – NEGRA VISÃO

Representantes de Coletivos:

TITULARES:

- Mariana Vasconcelos Silva – UNIAFRO
- Tainá Gasparim da Mota – COLETIVO PAJUBÁ

SUPLENTES:

- Raquel Costa da Silva – COLETIVO IMPÉRIO CREW
- Maria Fernanda Leite de Andrade – ICJ Incentivadores da Consc. Jovem

Representantes de Entidades Religiosas:

TITULARES:

- Ariana Alves Duarte Cardoso - TENDA DE UMBANDA CACIQUE PENA VERMELHA
- Rafaella Cristina Soares – TENDA DE UMBANDA CACIQUE PENA VERMELHA

SUPLENTES:

- Renan Fernandes Abranches – QUILOMBO VÓ COTINHA e PAI GUSMÃO
- João Vítor Gonçalves Cavalcante - QUILOMBO VÓ COTINHA e PAI GUSMÃO

Representantes de Entidades de Classe

TITULARES:

- Vanderson Silva de Souza – OAB
- Thaís Ferreira Monteiro da Silva – OAB

SUPLENTES:

- Lucas Marins Bento – APEOESP
- Valéria de Oliveira Rocha – APEOESP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8139-8A3E-F597-8CAE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WAGNER DE JESUS CASEMIRO DA SILVA (CPF 171.XXX.XXX-56) em 26/03/2024 18:44:34 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://atibaia.1doc.com.br/verificacao/8139-8A3E-F597-8CAE>